



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Ata nº 3/2023

2ª Sessão Ordinária de 2023 – 1ª Mandato 2021-2025

Reunião de 28 de abril de 2023

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, Primeiro Secretário da Mesa.

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
José Luís Barbudo	Partido Socialista
João Pedro Marreiros Rosa	Partido Socialista
António Alves Alferes Pereira	Partido Socialista
Dário José Pereira dos Reis	Partido Socialista
Ana Catarina Martins Sousa	Partido Socialista
Nuno Filipe Marcelo Monteiro	Partido Socialista
Maria da Luz Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Ivo Miguel Inácio Carvalho Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Cristina Maria de Sousa Velha	Partido Social Democrata



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Luis Filipe Lourenço Alves Custódio	CHEGA
Patrícia Alexandra Gonçalves Ferro	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Sandra Lopes	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
César Valente	PAN

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Joaquim Paulino Duarte	1	28/04/2023	Cristiano Damaso Malha Gregório
PS	Cristiano Malha Gregório	1	28/04/2023	José Luis Barbudo
PS	Carlos Osório	1	28/04/2023	Alzira Calha
PS	Alzira Calha	1	28/04/2023	Paulo Jorge Riscado
PS	Paulo Jorge Riscado	1	28/04/2023	Maria de Lurdes S. Reis
PS	Maria de Lurdes S. Reis	1	28/04/2023	Ana Isabel Gonçalves Bernardino Vieira
PS	Ana Isabel Bernardino Vieira	1	28/04/2023	João Ramos Catarino



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PS	João Ramos Catarino	1	28/04/2023	Avelino Borges Varela
PS	Avelino Borges Varela	1	28/04/2023	Ana Catarina Sousa
PS	Andreia Sousa	1	28/04/2023	João Pedro M. Rosa
PS	Pedro Jorge Moreira	1	28/04/2023	António Alves Pereira
PS	José Júlio de Jesus Ferreira	1	28/04/2023	Dário José Pereira Reis
PS	Sheila Gassin Tomé	1	28/04/2023	Nuno Filipe Monteiro
CHEGA	Paulo Jorge N. Canha	1	28/04/2023	Patricia Alexandra G. F
Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança	Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	1	28/04/2023	Sandra Lopes
PAN	Daniela Duarte	1	28/04/2023	Ricardo Nuno Cândido
PAN	Ricardo Nuno Cândido	1	28/04/2023	César Rodrigo Valente
BE	Marco Pereira	6 meses	20/04/2023 A 20/10/2023	Marilu Santana

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo:

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
José Pedro Cardoso	Vereador – Partido Socialista
João Vasco da Glória Rosado Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA
Ana Maria Chapeleiro Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata

-----Por parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não estiveram presentes: -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Isilda Maria Prazeres dos Santos V. Gomes	Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador - Coligação "Portimão Mais Feliz"

----- Quando eram vinte e uma horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **2ª Sessão Ordinária de 2022**, cumprimentando todos os presentes, e dizer que tinha uma, queria pedir a vossa atenção para um voto de pesar, é do conhecimento público que faleceu Manuel João, que era um homem, era assim que ele era conhecido, o Manuel João, foi autarca, foi vereador da Câmara Municipal de Portimão entre 78 e os anos noventa, noventa e quatro. Não, foi Presidente do Portimonense entre 1978 e 1994, e foi vereador desta Câmara Municipal logo após o 25 de Abril, entre 1977 e 1989. -----

----- Foi uma pessoa que participou na vida política da Câmara Municipal durante pelo menos uma década, foi sempre um cidadão muito interventivo e enquanto Presidente do Portimonense era conhecido a nível nacional pelo, o Presidente, todos os presidentes dos grandes clubes conheciam e admiravam e estimavam o Manuel João, era uma pessoa carismática, com uma forma muito própria de estar na vida, e ele nunca utilizava o termo futebol, para ele era a bola e contava muitas histórias acerca da bola, deixou-nos ontem e eu queria deixar aqui com uma nota daquilo que foi o prazer de ter convivido com ele, porque era uma pessoa carismática, que tinha as suas histórias e que definiu uma parte substancial da nossa vida numa determinada altura de desenvolvimento da nossa cidade e, portanto, deixar aqui este voto de pesar e pedia um minuto de silêncio pelo facto de ter falecido Manuel João, o grande Presidente do Portimonense do Sporting Clube conhecido a nível nacional durante toda a sua presidência. Obrigada. Faremos agora um minuto de silêncio. -----

----- Feita esta apresentação inicial dos trabalhos e do voto de pesar que eu agradeço a vossa participação, iremos agora dar entrada do período de intervenção do público. -----

----Em Seguida, começou por explicar que foi rececionada quatro inscrições, para o **ponto 1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos.** -----

----- Assim, começou por conceder o uso da palavra, ao primeiro cidadão inscrito, **Solange Marques**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: «: Excelentíssima senhora presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos senhores deputados e membros do executivo. Os elementos da comunidade educativa do agrupamento de escolas Júdice Fialho abaixo identificados, vêm por este meio manifestar o seu veemente repúdio pela atitude de total falta de respeito protagonizada



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



pela Exma. Presidente da Câmara Municipal de Portimão em relação a uma das representantes da Comunidade Educativa do nosso Agrupamento, Irina Ferreira. -----

O cargo de excelência que a Exma. Presidente da CMP exerce, mandatado pela maioria dos cidadãos de Portimão, deve trazer-lhe a responsabilidade de tratar com a máxima dignidade, os cidadãos que se dirigem a reuniões camarárias para expor problemas da cidade. O que aconteceu no dia 8/03/2023 (oito de março de dois mil e vinte e três) foi lamentável. A Professora e Encarregada de Educação acima referida, em representação de uma comunidade Educativa, efetuou a sua intervenção com o máximo de respeito por todos e apenas no âmbito desta representação, tal como já havia sucedido em reunião de Assembleia Municipal no dia 06/02/2023 (seis de fevereiro de dois mil e vinte e três). A Nossa representante é uma pessoa idónea, vertical e reta e não mereceu de forma nenhuma que a Presidente do Município, pusesse em causa o seu carácter, levantando a suspeita de estar ali a mando de qualquer interesse político e que tivesse ainda o despeito de tecer comentários desajustados sobre a postura discreta do nosso Subdiretor do Agrupamento numa determinada Reunião Municipal, e ainda considerações inoportunas sobre o estado de saúde da nossa Diretora.-----

Manifestamos assim o nosso total repúdio pela falta de respeito que revelou que, de uma forma ou de outra, nos atinge a todos. -----

Somos Júdice Fialho, somos Portimão, estamos juntos e merecemos respeito. -----

Queria por fim apenas acrescentar que muitos elementos da comunidade Educativa, entre Professores, Assistentes Operacionais e encarregados de educação tiveram receio de assinar este abaixo-assinado por temerem retaliações em diferentes áreas que dependem da Câmara Municipal de Portimão. Obrigada.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para agradecer a intervenção da cidadã. Será registada e seguirá para o executivo municipal. Obrigada. -----

-----Em seguida, concedeu o uso da palavra, ao segundo cidadão inscrito, **Silvia Maria Fernandes de Sousa**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: «: Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos senhores deputados e membros do executivo. Encontro me aqui na condição de encarregada de educação e mãe de um aluno da Escola Secundária Poeta António Aleixo, estive presente na Assembleia Municipal no passado dia seis de fevereiro, onde expus publicamente a situação do meu filho ter sido vítima de roubo e agressão na paragem de autocarro junto à escola por volta das quinze e trinta enquanto aguardava pelo Vai e Vem. O crime foi cometido por um grupo de três alunos e a violência física só terminou quando um adulto que passava no local



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



interveio afastando assim os agressores. Foi apresentada queixa na PSP de Portimão no dia da ocorrência vinte e um de dezembro, último dia de aulas. No dia vinte e dois de dezembro o meu filho foi observado, foi observado pelo médico de medicina legal no hospital de Portimão para recolha de provas, face ao exposto solicitei nesta assembleia a vossas excelências que tomassem medidas para ajudar a prevenir estes incidentes de modo a que o meu filho, os vossos filhos e a restante comunidade educativa possam frequentar a escola e a zona envolvente com segurança. Terminando dizendo que como encarregada de educação e mãe não estou tranquila. Até ao momento não obtive qualquer resposta de vossas excelências por isso estou novamente aqui, questiono vossas excelências sobre o que foi feito em relação a esta situação de insegurança vivida junto às escolas, que medidas foram tomadas e porque é que ainda não obtive qualquer resposta da vossa parte. Apresento ainda algumas sugestões que poderão contribuir para a segurança junto às escolas, mais Assistentes Operacionais nas escolas, mais policiamento junto das escolas e câmaras de vigilância no perímetro escolar. Sei que existe um projeto da Câmara de vídeo vigilância nas entradas de Portimão e na Praia da Rocha podiam estender o projeto às imediações das escolas para ajudar na segurança dos alunos. Também tenho conhecimento da política de privacidade de dados, mas julgo que a segurança dos nossos filhos, dos alunos e da restante comunidade educativa se sobrepõe a essa política. Digo. Obrigada.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**. Agradeço a sua intervenção, efetivamente esse assunto foi dirigido ao executivo municipal, estará a ser tramitado internamente e obterá resposta. Eu comprometo-me a ver essa situação para que possa rapidamente obter a resposta, embora algumas das questões que aí estão colocadas não são da competência da Câmara Municipal como sabe e como referiu. Mas tudo o resto depois obterá uma resposta em devido tempo rapidamente. Obrigada. -----

-----Em seguida, concedeu o uso da palavra, ao terceiro cidadão inscrito, **Luis da Silva de Oliveira Filipe**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: « Boa noite a todos, excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Portimão, Senhoras e senhores restantes eleitos, o meu nome é Luis da Silva de oliveira Filipe sou engenheiro de profissão e sou quadro superior da rede elétrica nacional, e sou proprietário de uma habitação não permanente na rua Salvador Allende no número cinco no bairro operário desta freguesia, trago a esta assembleia a minha preocupação e indignação com o que se passa na mesma rua mas no número quatro com o comportamento de quem lá vive há anos que ignora em absoluto as regras e regulamentos estabelecidos mas também a isso ninguém o obriga. Os últimos anos tenho testemunhado uma série de ações que afetam negativamente a qualidade de vida global de todos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



os moradores, em primeiro lugar este vizinho hipoteticamente com algum défice cognitivo e mental reúne e atrai indivíduos indigentes na esperança de ter alguma vantagem económica, indivíduos que vivem e agem como querem de dia e de noite e que causam perturbação o sossego e o sono dos moradores. Os indivíduos que por lá vão passando todos os dias como aquilo não tem luz, usam velas para terem iluminação no espaço onde ele vive, o que não pronuncia nada de bom, já houve um incendio neste local com outros indivíduos, este local é um dos locais mais conhecidos da polícia de Portimão para desgraça de quem vive naquele bairro e naquela rua, os vizinho vão sendo furtados ocasionalmente nas suas habitações conforme o tipo de pessoas que por lá passam, mais cadastrados menos cadastrados, que têm mais capacidade para o fazer. Eu também já sofri um furto na minha habitação e estou á espera que o ministério público acuse alguém, estes indivíduos ficam no seu espaço onde vivem e de manhã vêm à rua e fazem as suas necessidades sem qualquer constrangimento na rua e na sarjeta, a EMARP tem tido um comportamento louvável a limpar ocasionalmente a rua, minimizando por um dia ou dois o cheiro na rua, mas o problema é que eles praticam os mesmos atos dentro do logradouro e aí a EMARP não vai, não entra. Eu pergunto se nós conseguimos fazer o exercício de quem sabe o ambiente que se vive nesta rua onde existem quatro ou cinco pessoas a fazer da rua e do logradouro a sua casa de banho, não é, a gente se conseguirmos pormos nesta situação é capaz de tentarmos um pouco, o direito de abrir as janelas é manifestamente desaconselhável. Este bairro é maioritariamente habitado por idosos, é um bairro operário, muita gente viúva e indefesos, e se estes lhes fazem um reparo porque as senhoras saem, vêm-nos a fazer as suas necessidades não é, se fazem um reparo nas circunstância surrealista diária sujeitam-se a ser verbalmente agredidos de forma violenta e ameaça física, além disso a presença constante destes indigentes nesta rua e no bairro gera medo, ansiedade constante e insegurança para todos os moradores que muitas vezes são abordados de forma intimidadora ou agressiva por estes indivíduos. Esta situação é extremamente preocupante e eu penso que exige uma ação concreta por parte da Câmara, a Câmara já me informou várias vezes após denuncia da situação que comunicou a todas as entidades mas eu nunca vi essas entidades fazerem o seu trabalho, por isso eu solicito que a Câmara Municipal tome as medidas possíveis e necessárias para garantir a segurança e a higiene da rua à inequivocamente insalubridade habitacional com lixo orgânico e inorgânico incluindo pois quem ali gravita e o próprio proprietário comem e largam as embalagens e o resto da comida que ali vai amontoando deitam para a rua, roupa tiram, deitam no chão, fica lá amontoado. Eu penso que tem de haver aqui uma fiscalização camarária a adoção de medidas preventivas para evitar o acumular de lixo e para evitar a presença de indigentes a gravitar onde não devem estar pois não cumprem minimamente com as regras básicas sociais a que todos



temos de cumprir. Quanto aos factos e comportamentos, o lixo e tudo o resto é deixado na porta da garagem e no logradouro, porque ele vive na garagem porque a casa, a Câmara conseguimos fechar a casa porque nós tínhamos quinze, vinte indigentes a viver na casa, não é, gente complicada, como vocês que vivem cá na cidade conhecem e que infelizmente temos estes problemas para resolver, e que não temos nada contra mas que tentamos resolver mas que não é fácil para quem vive nestes sítios, principalmente gente desta idade, idosos basicamente. Portanto o lixo é deixado na porta da garagem e no logradouro onde coloca todos os lixos orgânicos e inorgânicos atraindo animais e causando um cheiro que as palavras não conseguem transmitir, a Câmara pode colocar, deve colocar pelo menos caixotes para recolha e deve intimar com um prazo a herança pois este individuo tem um irmão capaz que também é dono e é capaz não tem problema nenhum. A Câmara Municipal tem poder suficiente para coercivamente proceder á remoção do lixo se estes não o quiserem fazer e apresentarem esses custos á herança. Este individuo viola a normas de segurança e urbanismo é uma ameaça para ele e para o bairro pois mistura lixo com algumas botijas de gás que eu já lá fui tirá-las vazias, elas nunca estão vazias como nós sabemos ok, tem sempre uma parte em que o gás não sai da garrafa, portanto elas não estão completamente vazias. As ações realmente irresponsáveis deste morador afetam significativamente toda a comunidade e é importante que haja respeito pelas normas e pelas necessidades os demais moradores e isso não existe aqui há anos, a Câmara após uma intensa pressão institucional da minha parte, já tive uma intervenção há cerca de três anos que fez com que não fosse possível a casa ser invadida como era onde chegavam a estar mais de quinze pessoas, o que se pede agora e o que se vem pedindo há mais de dois anos são apenas duas coisas, retirar regularmente o lixo que ele acumula no seu quintal, não deixar que habitem ou ali convivam e se droguem outros indivíduos oportunistas bastando para isso que as autoridades passem regularmente no local. Seria uma conjugação de esforços entre a Câmara e a PSP dando ordens que aquele local em exclusivo para aquele indivíduo que é um dos proprietários e onde o outro herdeiro exige que assim seja e que não viva lá ninguém, só que eles vivem lá, não tem hipótese de controlar aquilo. Vamos acabar, vou acabar. Eu direi que vivemos aqui num mundo ao contrário, quando as pessoas de bem são reféns e vítimas de quem não contribui em absoluto para a sociedade e tem de viver como eles querem sem regras porque sabem que ninguém lhes impõe, ninguém lhas impõe. Mas este não pode ser o modo de vida de pessoas idosas que trabalharam uma vida inteira e querem paz e sossego, eu termino a dizer o seguinte, eu não vivo cá, eu não deixo vir para cá família, os meus filhos não vêm para cá, eu quando venho para cá encontro-os ali, já tive ali problemas sérios com alguns, ao fim de três ou quatro dias vou-me embora e é esta a minha situação, a minha vida e a das outras pessoas. Eu se não quiser cá vir, não venho



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



já não venho aqui à sete meses, não é, tenho a casa fechada, mas a mim o que me custa realmente é que nós pensemos nos idosos, nestas pessoas que vivem neste bairro que são pessoas maioritariamente já a partir acima dos sessenta e cinco anos e que andam nesta vida á anos , isto é que nós temos de pensar, porque vocês, nós todos e mais vocês que cá vivem e quem cá vive , devemos ir para casa e pensar nisto, se aqueles indivíduos vivessem ao nosso lado, ao vosso lado isto não acontecia e aquelas pessoas que são indefesas, viúvas que me pedem para eu falar, para eu escrever, para eu fazer, eu ando nisto à cinco anos, pelo menos tirem de lá o lixo, limpem de lá o lixo, façam qualquer coisa e aqueles indivíduos que lá andam é o que se puder fazer porque realmente isto é inacreditável, não é exclusivo de Portimão mas achoe que era bom que se visse o que é se pode fazer. Muito obrigado.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, agradeço a sua intervenção senhor engenheiro, obviamente é uma questão que será obviamente objeto e é complexa, porque tem aí questões de ordem social, questões de saúde pública e questões de segurança e, portanto, terá que haver aí uma intervenção e será feita certamente, não sei se resolverá a questão como pretende, mas pelo menos para minimizar ou prevenir e, portanto, agradeço a sua intervenção. -----

-----Em seguida, concedeu o uso da palavra, ao quarto cidadão inscrito, **António Pedro de Oliveira Quaresma**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente na função de Presidente na ausência da Senhora Presidente, caros Deputados Municipais, presidentes de Junta, funcionários desta Câmara, estimado público. Venho aqui e a minha intervenção vai ser rápida, nem trago papel, portanto tem de ser de cabeça. Eu faço parte de uma associação que se chama ASAP que é uma associação de pessoas menos jovens e temos aulas, vamos lá, de dança no terceiro piso do teatro O TEMPO, ora e porque é que venho cá falar nisto, os Estores já há muito tempo, muito tempo que estão avariados e assenhora presidente está a ver, durante todo o ano, de inverno faz bem, agora de verão, primavera verão, o sol entra ali pelo lado sul poente, está a ver e o que faz, aquece muito e as pessoas pois, ficam incomodadas não é? E até porque estamos a fazer um esforço e já não somos pessoas, somos pessoas menos jovens, custa! E já falei com funcionários lá do TEMPO, que estão lá de serviço e disseram-me que já tinham falado com a Câmara, mas a Câmara faz ouvidos de mercador e o que venho aqui pedir é que realmente com a máxima urgência a Câmara vá lá, um técnico da Câmara vá lá repor as coisas porque a despesa não deve ser muito grande, aquilo são estores grandes, mas não são muito grandes, mas uma Câmara desta dimensão que agora já há dinheiro e aquilo é pouco dinheiro. A segunda parte da minha intervenção é, o que é que se está a passar com a estrada de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Alvor junto ao Intermarché que constantemente, está a haver derrocada da obra que lá fizeram, quanto a mim, má vigilância da fiscalização, não sei o que é que os senhores fiscais da Câmara andaram a fazer enquanto a obra decorreu e agora está se a dar ali problemas de transito em que ficam as pessoas ali á espera. Portanto como cidadão também interventivo, sempre fui, estamos à espera, os cidadãos estão à espera que este munícipe resolva estes problemas. Obrigado e boa noite.» -----Em

seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, agradeceu a intervenção e informou que iriam entrar no período antes da Ordem do Dia, começando por colocar à votação a ata nº. 10/2022 referente à 5ª Sessão Ordinária de 2022, realizada em 5 de dezembro de 2022. --

-----**A ata nº. 10/2022 foi aprovada por unanimidade.**-----

-----Em seguida, colocou à votação a ata nº.1/2023 referente à 1ª. Sessão Extraordinária de 2023, realizada em 6 de fevereiro de 2023: -----

-----**A ata nº. 1/2023 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a sua intervenção neste ponto prende-se com uma simbiose de interesses de vários partidos presentes na Assembleia com assento, em que, nomeadamente a deputada Independente Ângela Venâncio, a bancada do PAN, a bancada do Bloco de Esquerda, a bancada do Chega, a bancada da Coligação Portimão Mais Feliz composta pelo CDS, Aliança e Nós e a bancada do PSD assinaram neste momento um original para requerer o agendamento extraordinário de uma sessão sobre o estado da educação no município de Portimão. -----

----- A data é de hoje, anteriormente e daí estar aqui rasurado o 14 de março e assumo a responsabilidade da nota por lapso digital, a transição digital falhou aqui, que assumo a culpa sem qualquer problema, era a data que tínhamos já previsto e que vem no seguimento de um agendamento dos vereadores da oposição, também de uma reunião de Câmara com o mesmo efeito e, portanto, entregava já assinado com as assinaturas mínimas necessárias completamente suprimidas, o pedido à senhora Presidente para agendarmos esta sessão. Obrigado. -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, agradeceu a intervenção e aproveitou para informar que efetivamente já tinha sido entregue um pedido e não foi convocada, porque ainda não estava devidamente completa e, portanto, hoje após a apresentação do original e após a análise que terei que fazer, ainda que bastante simples, será feita a respetiva convocatória nos tempos regimentais normais. Obrigada.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a sua intervenção não se prende com este pedido de Assembleia Extraordinária, prende-se com uma questão que tem sido falada recorrentemente em reuniões das conferências de representantes e que eu queria colocar aqui no plenário que é uma questão importante no funcionamento desta Assembleia e que tem que ver com os repetidos adiamentos da Comissão de Revisão do Regimento desta Assembleia que tem ocorrido de há vários meses a esta parte, não foi o último mês ou dois, pelo menos há seis meses a esta parte invariavelmente devido a questões de agenda da senhora Presidente e que implicam que ao fim de quase um ano e meio de mandato nós tenhamos o regimento por rever e sem previsão de data limite dessa reunião. -----

----- Esta questão culminou na última reunião de líderes como a senhora Presidente sabe, com a questão colocada novamente e a senhora Presidente acabou por dizer com a maior das canduras, que os trabalhos só seriam retomados quando a Assembleia tivesse um funcionário em permanência.

----- Ora, esta questão que pode parecer de somenos importância e desdicienda não o é. Não o é antes de mais pela importância que tem o regimento no funcionamento da Assembleia, mas também porque o Partido Socialista no início deste mandato, remeteu para a revisão do regimento a questão que vem sendo repetidamente aqui colocada por várias forças políticas da transmissão das assembleias municipais e, portanto, na prática, o arrastar dos trabalhos à revisão do regimento está a inviabilizar repetidamente que comece a haver transmissão destas assembleias para o público, porque como sabemos é uma questão que é premente, porque depois, enfim, fica bem fazer discursos, nomeadamente no 25 de Abril dizendo que, enfim, temos que combater o afastamento dos eleitores dos eleitos, mas que enfim, quando se pede que sejam transmitidas as assembleias para que quem está em casa possa assistir, há sempre um obstáculo da parte do Partido Socialista e, portanto, a minha pergunta senhora Presidente é muito clara e é muito concreta e eu gostava que fosse dado aqui uma explicação à Assembleia em plenário. Quando é que vai ser retomada a revisão do regimento e qual é a previsão que a senhora Presidente tem em termos de prazo limite para essa conclusão dos trabalhos. -----

----- Finalmente, eu, agradecendo a intervenção do público, já estão cá poucas pessoas que falaram no período do público, tenho que fazer aqui um lamento que se prende com a primeira intervenção que ouvimos aqui. Comemorámos no passado dia 25 de Abril quarenta e nove anos sobre a Revolução de 25 de Abril. Não deixa de ser tristemente irónico e grave que quarenta e nove anos depois do 25 de Abril venha aqui uma senhora professora, mas podia ser uma outra pessoa qualquer com outra profissão qualquer, lamentar a postura ofensiva e desrespeitosa de uma Presidente de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Câmara para com uma professora de uma reunião de Câmara e dizer aqui e está gravado, que muitas pessoas tiveram receio, tiveram medo, assinaram o papel com medo de represálias. Portanto, isto dá que pensar a todos. Eu chamo a atenção para isto, porque isto não é uma questão, enfim, não é uma questão de somenos importância, isto é gravíssimo! Portanto, eu agradeço que todos meditem nesta questão e nesta mensagem que foi aqui deixada. Disse.-----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, agradece a intervenção, até porque vai permitir que ela esclareça duas ou três questões e, portanto, agradece-lhe que tenha feito essa intervenção, como também agradece a intervenção do senhor deputado Carlos Martins, que também de alguma forma veio esclarecer uma situação que parece que ao nível dos grupos parlamentares até por um e-mail que recebeu ontem, havia aqui alguma confusão relativamente à convocatória da Assembleia Extraordinária relativamente à educação. E farei distribuir essa informação para que não haja dúvidas de que a Presidente da Assembleia não convocou mais cedo, porque não havia condições para convocar mais cedo e só hoje o senhor deputado Carlos Martins com a sua verticalidade que é conhecida, informou todos os grupos parlamentares que aqui estão partidários, no sentido de dizer que só hoje é que está perfeita e pronta a dar entrada, porque aquilo que eu recebi e que foi articulado com a comunicação que foi feita pelo senhor deputado Carlos Martins, era de que quando estivesse em condições que me desse conhecimento quando tivessem todas as assinaturas. Não sou eu que vou dizer quais são as forças partidárias que já assinaram ou deixaram de assinar, ou se se arrependeram, ou se persistem na sua assinatura. Eu não trago aqui à Assembleia Municipal assuntos que devem estar no recato da conferência de líderes, não trago em rigor, mas quando essas questões me são colocadas da forma como foram colocadas neste momento pelo senhor deputado João Caetano relativamente à questão do regimento, o regimento tem o seu tempo e o seu período, porque não é elaborado por mim, não foi proposto por mim, as alterações são apresentadas pelos líderes e pelos representantes que estão na comissão. Se anda mais depressa ou mais devagar, se termina mais cedo ou se termina mais tarde, eu estou disponível para trabalhar até à uma, duas, três da manhã para que ele termine rapidamente, ele está a mais de meio completo. Porque é que houve uma suspensão relativamente aos trabalhos? Houve efetivamente uma funcionária, a Dra. Vanda que por concurso para o município de Silves, transitou para o município de Silves, e ao mesmo tempo a segunda funcionária entrou em baixa médica. Isso impediu que eu fizesse a devida, e dei conhecimento disso aos serviços e é do conhecimento público dos senhores deputados que não podia assegurar de forma qualitativa essa questão. Portanto, qual é o prazo que terminará. Terminará em maio, senhor deputado, terminará em maio, em maio deste ano senhor deputado e espero que o senhor deputado esteja disponível



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



para trabalhar no termo até ao final de maio, porque eu por mim não tenho prazer nenhum a andar a arrastar reuniões da Comissão do regimento. Por outro lado, é bom que se diga a esta Assembleia Municipal, que nunca deixou de funcionar com o atual regimento, que nunca deixou de funcionar com o atual regimento. Portanto, chegaremos a esse ponto, está a funcionar com as condições técnicas que temos. Agora, se o regimento é mais rápido ou mais lento, não é da Presidente, porque a Presidente não lidera os trabalhos no sentido de os impedir ou que eles não funcionem com a devida celeridade. Somos todos responsáveis e, portanto, acusações à Presidente da Assembleia Municipal relativamente a não elaboração atempada do regimento, eu não colho essa responsabilidade a título individual, ou assumimos todos, ou não colho essa responsabilidade e, portanto, se fizerem as propostas todas rapidamente e as votarem todas rapidamente, ele estará pronto em maio e não quero ouvir mais nada sobre o regimento nesta Assembleia mais vez nenhuma, ele na próxima Assembleia Ordinária virá cá, nem que seja para fazermos uma convocatória extraordinária. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, só precisar uma coisa em relação àquilo que acabou de dizer. Eu não culpei a senhora Presidente por o regimento não estar revisto. Interveio a Presidente da Assembleia municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer culpou, culpou. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, se me der licença... esclareça aquilo que eu disse, a senhora parece que não percebeu, mas eu vou precisar. Aquilo que eu disse foi que, foi devido a indisponibilidade da senhora Presidente que foram adiadas várias reuniões de há pelo menos seis meses a esta parte e isso está demonstrado na documentação e, portanto, aqui a questão é, os contributos que foram entregues por várias bancadas para a revisão foram entregues há mais de seis meses. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhor deputado, eu vou distribuir todas as atas e toda a documentação para que não haja dúvidas.

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu não faltei a nenhuma reunião da Comissão do Regimento e não foi nenhuma reunião adiada por minha causa, foi sim por indisponibilidade da sua parte. Portanto, a responsabilidade do regimento não estar revisto é de todos, mas a responsabilidade para o adiamento em reuniões não é de todos, é da sua indisponibilidade e foi devido à sua indisponibilidade. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, eu darei conhecimento a todos os membros da Assembleia Municipal das atas e de toda a evolução dos trabalhos. Obrigada. Ó senhor deputado, eu quando respondo, respondo com toda a transparência, eu não tenho jogo escondido, está bem? Eu não tenho problemas nenhuns em assumir as minhas responsabilidades, fi-lo no início destes trabalhos quando disse que me tinha esquecido de me dirigir aos senhores deputados municipais na Sessão Solene do 25 de Abril, e quem me conhece e quem sabe o meu percurso e conhece o meu percurso político sabe que eu não tenho problema nenhum em aceitar as minhas responsabilidades e as minhas falhas e por mim o regimento já estaria pronto. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que depois de estar a ouvir esta situação do regimento, cumpre-lhe só esclarecer o seguinte e tomar aqui ponto da situação. Ambos, portanto, eis estas agendas a marcar e a desmarcar, portanto, isso provoca também o atraso, como também provoca o atraso o facto dos senhores deputados disporem a maior parte deles uma hora para a reunião do regimento, uma hora! -----

----- Muitas vezes nós podíamos ficar até às onze ou até à meia-noite e há uma hora de reunião do regimento, portanto têm que ir todos para casa, não é? Daí que uma hora, eu percebo porque é que é uma hora, porque é mais uma sessão, é mais uma conferência e é mais uma senha, mas não pode ser assim. Se nós temos que ter, se é para aprovar um regimento, é para aprovar o regimento, se tivermos que ficar mais duas ou três horas, numa noite entramos às sete chegamos, alguns membros chegam tarde, alguns líderes chegam tarde e dentro depois de uma hora, às oito horas ou às nove horas querem sair, porque querem ir jantar. Portanto, isto assim de facto, eu não sei se é dois anos, se é mais dois anos, se é mais três, se é mais quatro ou mais cinco, ou se passa a alteração do regimento para o próximo mandato. -----

-----Em seguida, informou que iria abrir o debate para a discussão e votação das **Moções/Propostas de Recomendação** apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, às **Moções/Propostas de Recomendação**, apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, à **Moção – Novo ninho de empresas na cidade de Portimão (subscrita pela Bancada do CHEGA)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « O Município de Portimão estabeleceu parceria com várias entidades para a constituição do Centro de Negócios de Portimão e STAR UP/Ninho de Empresa no Autódromo Internacional do Algarve, no dia 10 de agosto de 2017.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Após 5 anos, as necessidades dos agentes económicos e dos empreendedores mudaram, é necessário reformular a estratégia do Centro de Negócios de Portimão, com uma nova localização para um novo ninho de empresas. -----

A otimização passa pelo centro da cidade de Portimão, junto das entidades do conhecimento (Instituições de Ensino Secundário e Superior), e da valorização do território (agentes económicos e culturais locais), promovendo desta forma a interligação entre os vários elementos de importância *societal* de um mesmo território. -----

O Partido CHEGA propõe que o novo “ninho de empresas” seja instalado na Rua do Comércio, nº 31, atual Balção Único Municipal, após a transferência de instalações do mesmo para o edifício do Alfagar.» -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o público desta vez surpreendeu a Assembleia. Peço a vossa excelências que cada vez sejam mais, para poderem testemunhar as falências, o que se faz, o que se trabalha e as necessidades dos munícipes. Muito obrigado. -----

----- Ora, esta moção que eu apresento, embora não seja de minha autoria e já é datada de fevereiro como a senhora Presidente explicitou, tem a ver com um novo ninho de empresas na cidade de Portimão. Penso que os meus colegas da Assembleia já tiveram ocasião de a ler, eu não me vou demorar nem em delongas, e poderei ler só o último parágrafo ou os dois últimos parágrafos, em que diz, «A otimização passa pelo centro da cidade de Portimão, junto das entidades do conhecimento (Instituições de Ensino Secundário e Superior), e da valorização do território (agentes económicos e culturais locais), promovendo desta forma a interligação entre os vários elementos de importância *societal* de um mesmo território. -----

----- O Partido CHEGA propõe que o novo “ninho de empresas” seja instalado na Rua do Comércio, nº 31, atual Balção Único Municipal, após a transferência de instalações do mesmo para o edifício do Alfagar». Claro que após, portanto, o município de Portimão tem estabelecido «parceria com várias entidades para a constituição do Centro de Negócios de Portimão e STAR UP», no dia 10 de agosto de 2017. «Após 5 anos, as necessidades dos agentes económicos e dos empreendedores mudaram, é necessário reformular a estratégia do Centro de Negócios de Portimão, com uma nova localização para um novo ninho de empresas». Tenho dito, muito obrigado. -----

----- Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que a bancada do PSD acima de tudo valida a pertinência da moção da bancada do Chega. No entanto, deixa-nos algumas questões em aberto que de futuro poder-nos-ão fazer avançar no sentido conjunto dessa matéria, mas prendem-se sobretudo com a dinâmica que um



projeto destes envolve para o município, tem que ter por base uma estratégia aplicada, qual o tipo de atratividade que queremos para o concelho, para onde queremos fixar ou não as pessoas que estão enraizadas a esse ninho de empresas e inclusive ter uma aliança e uma âncora que tenha funcionalidade para, à imagem do que existe com o Portimão Start-up possa funcionar na sua plenitude. Como carece, há boa vontade, mas carece esse estudo e é natural que o faça, iremos abster-nos nesta matéria pelo simples facto de que, embora concordemos que é sempre o caminho evolutivo para qualquer concelho, entendemos que há algumas premissas que são muito importantes para podermos aprovar ou validar um conjunto de ideias como a que o Chega aqui traz. No entanto, salientar a importância que de futuro Portimão consiga mais uma, mais duas, mais três e dessa forma fixar jovens, empresários, empresas e pessoas que sejam novos portimonenses ou portimonenses antigos, mas que eram dedicados a outras áreas empresariais. Disse. -----

----- Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que o Partido Socialista esteve a analisar esta moção e efetivamente encontrou aqui algumas situações problemáticas que gostaria naturalmente de refletir e, enfim, com elas depois em função disso manifestar-se de forma positiva ou menos positiva. Nós tivemos aqui uma proposta de aquisição do Alfagar, portanto do edifício, foi uma razão suficiente para a busca de soluções menos onerosas para que as mesmas fossem encontradas, enfim, no erário público, não é? Portanto, há uma ideia de libertação de encargos. -

----- O município na altura foi objeto de reparo, suponho que pelo Chega, com esta objeção de que de facto a Câmara estaria a substituir-se ao estado nos encargos com o edificado a adquirir. E de certa forma a questão que se coloca aqui, é a de saber se não se está a substituir agora ao mercado. Foi evocado e bem que o dinheiro dos contribuintes estaria naturalmente em jogo, isto para uma iniciativa de serviços públicos. Se bem nos recordamos foi este, enfim, o debate entre nós para o ninho de empresas e sem obviamente deixar de pensar na responsabilidade social das mesmas, a questão que se coloca é se esses juízes agora já não vigoram, independentemente de não estar em causa, de modo algum há o propósito genuíno do desenvolvimento da cidade, que não está obviamente em causa, porque aqui o que estamos aqui a fazer, é a alocação de espaço, não é? -----

----- A proposta não tinha suporte técnico, foi uma das vossas críticas, eu suponho que isso teria a ver com uma falta de estratégia, que aliás já foi aludida aqui pelo senhor deputado Carlos Martins. De facto, essa estratégia aqui é omissa, ela não surge clara, não surge explícita e seria desejável que obviamente ela fizesse parte de algum plano de estruturação desenvolvimentista da cidade. Mas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



o Chega também problematizou este tipo de iniciativas no centro da cidade, nós aliás também fizemos um pouco disso e até face digamos ao não acompanhamento público do envelope financeiro. A questão agora que se coloca é, se nós teríamos aqui uma nova postura de cooperação com o governo central, face digamos à nova natureza dessa proposta. -----

----- O Chega afirmava que os centros das cidades não são reabilitados com intervenções daquela ordem, ou seja, com a aquisição daquele edificado. Portanto, se nós formos dar crédito a esta postura e por uma questão, enfim, de pensar que esta proposta merece ser explorada, merece realmente ser reequacionada e objeto de algum aprofundamento, nós no PS mostrámos de facto muitas reticências em relação a esta proposta, face digamos às alegações, aos argumentos que acabámos de produzir. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção – Novo ninho de empresas na cidade de Portimão (subscrita pela Bancada do CHEGA)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU CP/PEV)	PAN	DEPUTADA DEPENDENTE	OTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	3	0	0	0	0	0	3
BSTENÇÕES	0	5	0	2	2	0	1	0	10
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	1	0	1	17

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). ----- **A**

moção foi reprovada por maioria. -----

----- **No seguimento desta votação, a bancada do PAN, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «O Grupo Municipal do PAN, representado na 2ª sessão ordinária de 2023 da Assembleia Municipal de Portimão por César Valente, **abstém-se** na votação da Moção "Novo ninho de empresas na cidade de Portimão" do partido Chega, pelos seguintes motivos: O edifício para onde é proposto o novo ninho de empresas é um imóvel arrendado que a aquisição do edifício da Alfagar tem como objetivo abandonar de modo a reduzir encargos desnecessários para a autarquia. -----

Somos a favor do ninho de empresas, mas noutra localização e com a verdadeira função de ser um ninho para Start Ups ao invés de um espaço de escritórios a ser usado por empresas já criadas e com alguma antiguidade. -----



O ninho de empresas deverá ser um espaço de apoio à fixação de jovens empreendedores e jovens empresas no concelho de Portimão, assim como um contributo à dinamização do tecido empresarial.- Deverá também promover e acompanhar projetos na fase pré start-up e start-up, disponibilizando um espaço físico e colocando ao seu dispor um conjunto de espaços e serviços, contribuindo para que as empresas tenham as condições necessárias ao sucesso na sua fase inicial».

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **moção – Combate à iliteracia financeira (subscrita pela bancada do CHEGA)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « O Banco Mundial num relatório sobre educação financeira refere que os consumidores com uma menor taxa de conhecimentos financeiros têm mais despesas, acumulam mais dívidas, pagam mais taxas de juro dos seus empréstimos e possuem uma menor capacidade de poupança, temos como exemplo recorrente, e recentemente noticiado na comunicação social que cada vez mais portugueses pedem empréstimos para pagar empréstimos, aumentando desta forma, a "bola de neve" de dívidas financeiras.

O que nos diz a estatística? -----

Somos efetivamente um País de baixos salários e de altos impostos. Assim sendo, de acordo com os dados da Pordata e relativos aos Censos 2021, o ganho médio dos portugueses era de apenas 1.294€, enquanto a média dos jovens é de apenas 1036€. -----

Em 2021, num estudo patrocinado pelo European Central Bank, o nosso país ocupa a última posição no que se refere à literacia financeira, ficando atrás de Malta, Eslovénia ou Lituânia. -----



Gráfico retirado do site European Central Bank

Proposta de alteração-----

Atualmente, debate-se com mais intensidade se devemos ou não ter casas de banho partilhadas nas escolas. Verificamos que os nossos jovens possuem mais conhecimento do que é um binário,



não-binário, género ou transgénero, do que conhecimento financeiros e económicos. Se questionarmos a um jovem adulto o que é uma taxa Euribor, taxa de juro, o que é o IUC, IMI, IVA, Spread, ou se sabem a diferença entre remuneração líquida ou ilíquida, já sabemos a resposta, a maioria irá dizer NÃO. -----

Como já acima foi evidenciado, somos um País de baixos salários, desta forma, termos uma reduzida literacia financeira cria mais dificuldades na vida do dia a dia. A quantos de nós já aconteceu olhar para o recibo de vencimento e existirem itens dos quais não entendemos? Quantos de nós já recebeu cartas das finanças e fica com dúvidas sobre o que está exposto? -----

Nos Estados Unidos da América foi identificada uma relação entre a existência de conteúdos financeiros no programa de ensino secundário e uma redução nos incumprimentos de créditos bancários dos jovens, isto dá-nos uma orientação do caminho a seguir para o combate à iliteracia financeira, A ESCOLA. -----

Sabemos que existe em Portugal um programa orientador identificado como "Referencial de Educação Financeira", ou REF. Este documento aborda, para cada nível de ensino, conceitos de educação financeira adaptadas a situações reais, que podem ajudar os nossos jovens a ter uma perceção do mundo financeiro e económico. -----

Estes cadernos, que podem ser utilizados pelos pais, estão disponíveis gratuitamente no site da Direção Geral de Educação, mas deixamos aqui uma importante questão, quantos pais e professores sabem da existência deste programa? Provavelmente muito poucos, pois não existe uma aposta na divulgação deste tipo de informação por motivos que desconhecemos. No entanto, é informação, que sem quaisquer dúvidas, é relevante e importante para o futuro dos nossos jovens. Acreditamos que grande parte dos estudantes que termina o 12º ano (ensino obrigatório), não tenha tido uma abordagem relevante aos assuntos financeiros. -----

Com esta moção, e como refere Robert Kiyosaki "A Alfabetização financeira permite-nos ler números, e estes números contam histórias", o que pretendemos é: -----

- Campanha de sensibilização devidamente adaptada às várias faixas etárias e respetivos programas
- Informação focada na literacia financeira e económica em todas escolas do concelho de forma continuada. -----
- Simultaneamente que seja um incentivo e sensibilização aos professores para mais e melhor adaptação dos diversos programas curriculares de matemática e disciplinas relacionadas para que possam incluir com uma maior incidência a economia doméstica; -----

CONCLUSÃO -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Considerando que, desde o 25 de Abril de 1974, Portugal já passou por diversas e severas crises económicas, considerando que somos dos países da Europa com mais baixos salários, torna-se relevante a adaptação e inclusão de ações de sensibilização sobre literacia financeira nas escolas do concelho. Acreditamos que este reforço irá melhorar o conhecimento numa área fundamental da vida, assim como a capacidade de mitigação dos nossos jovens a futuras crises que possam ocorrer.» -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do Chega **Patrícia Ferro**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que «o banco mundial num relatório sobre a educação financeira, refere que os consumidores com uma taxa menor de conhecimentos financeiros tem mais despesas, acumulam mais dívidas, pagam mais taxas de juros dos tais empréstimos e possuem uma menor capacidade de poupanças. Cada vez mais portugueses pedem empréstimos para pagar empréstimos, aumentando desta forma, a “bola de neve” de dívidas financeiras. Verificamos então que os nossos jovens possuem mais conhecimento do que é um binário, não-binário, género ou transgénero, do que de conhecimentos financeiros e económicos. Somos um País de baixos salários, desta forma, termos uma reduzida literacia financeira cria mais dificuldades na vida do dia a dia. Sabemos que existe em Portugal um programa orientador identificado como “Referencial de Educação Financeira”, ou REF. Este documento aborda, para cada nível de ensino, conceitos de educação financeira adaptadas a situações reais, que podem ajudar os nossos jovens a ter uma perceção do mundo financeiro e económico. -----

Com esta moção, e como refere Robert Kiyosaki “A Alfabetização financeira permite-nos ler números, e estes números contam histórias”, o que pretendemos com isto é: -----

- -----Campanha de sensibilização devidamente adaptada às várias faixas etárias e respetivos programas. -----

Informação focada na literacia financeira e económica em todas as escolas do concelho de forma continuada. -----

-Simultaneamente que seja um incentivo e sensibilização aos professores para mais e melhor adaptação dos diversos programas curriculares de matemática e disciplinas relacionadas para que possam incluir com uma maior incidência a economia doméstica»; -----

Concluindo assim que «desde o 25 de Abril de 1974, Portugal já passou por diversas e severas crises económicas, considerando que somos um dos países da Europa com mais baixos salários, torna-se relevante a adaptação e inclusão de ações de sensibilização sobre literacia financeira nas escolas do concelho. Acreditamos que este reforço irá melhorar o conhecimento numa área



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



fundamental da vida, assim como a capacidade de mitigação dos nossos jovens a futuras crises que possam ocorrer». Obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que cumprimentou todos os presentes, e dizer que quando o Chega vem logo falar sobre os géneros, que os jovens sabem mais o género, pela minha experiência como pai, o que o meu filho falava era da escola, dos amigos, jogos digitais, jogos de futebol, das redes sociais, não se falava do género, não sabe qual é o gráfico que foram ver a esse tipo, de informação.-----

Sobre o REF, a referência á educação financeira que falam, vocês também têm lá a ambiental, essa deve ser a próxima moção do Chega, deve ser a ambiental, deve ser a rodoviária e outras mais que têm neste programa que o estado fez. -----

-----Sensibilizar os professores. Quem é o Chega? Ou a Câmara Municipal que vai sensibilizar os professores? Eu acho que quem tem que sensibilizar os professores, são os programas curriculares que são autonomia do governo e do Ministério da Educação e não uma Câmara Municipal. Esta moção não faz sentido, mas sim na Assembleia da República. Por esse o Bloco de Esquerda vai votar contra. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar muito rapidamente que o texto que acabaram de ouvir, demonstra o atraso civilizacional que o Chega representa. Todo o conhecimento é válido e estarmos a comparar conhecimento sobre identidade de género com literacia financeira, não faz sentido. Saber distinguir binário de não binário ou transgénero, faz parte do autoconhecimento dos jovens e revela um elevado desenvolvimento e consciencialização que cada um e cada uma é único e não apenas o que as normas sociais definem. Concordamos com a necessidade da educação para a literacia financeira, não nestes moldes. O PAN irá abster-se da votação e irá entregar uma declaração de voto, onde explicitaremos o que acabámos de votar. Obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo da Conceição Leonor Mateus**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que eles queriam partilhar aqui duas ou três coisas sobre esta moção. Mais uma vez, entendemos o porquê da moção, mas não querendo aqui ir buscar as questões de ser professor ou não ser professor, a revisão de literatura é curta. Portanto, apresentaram alguns argumentos com base em literatura é curta, porque nos dias de hoje não faz sentido trabalharmos literacia financeira sem trabalhar literacia financeira para a sustentabilidade e crescimento inclusive e, portanto, a boa literatura que devia de ser revista é da OCDE de 2018/2019, que é os novos programas de nova literacia



financeira. Portanto, não quer dizer que estas questões aqui expostas não sejam importantes, mas já não é só esta a sociedade em que nós vivemos. Já que citaram o Old Bank, dizer que tenho o orgulho de fazer parte de uma Comissão de Trabalho com o Old Bank, exatamente porque estamos a perceber que os indicadores e os investimentos financeiros não podem ser só vistos do ponto de vista que está expresso nesta moção, porque questionamos se queremos tomar conta da natureza quem é que paga. O estados, a União Europeia, os países? Então, mas e o resto e a economia qual é o papel que tem nesta questão da sustentabilidade do ambiente. Portanto, é uma boa intenção, peca por não estar adequada àquilo que é o estado da arte nos dias de hoje e como disse já aqui algum membro da bancada, acho que faz mais sentido trabalharmos ao nível da Assembleia e do município de criar debate sobre estas questões a um nível macro, do que nos metermos nas questões que não são da competência da Câmara Municipal, que são as construções dos conteúdos programáticos, que isso ainda há um ministério que tem que tratar disso, se os mete ou não é com eles. Portanto, disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que esta é das tais matérias que eles realmente têm muita dificuldade em resistir e porventura até em sintetizar e ele pedirá desculpa, enfim, pela vossa paciência. Mas de facto, mesmo admitindo que as preocupações do Chega sejam genuínas e por certo sê-lo-ão, nós observamos que se cai aqui num conceito de escola tradicional de imposição do conhecimento ao aluno. Portanto, há aqui questões epistemológicas de fundo com as quais nós não podemos de modo algum alinhar.-----

-----Este tipo de iniciativas não estão aqui contempladas em matéria de audição prévia das escolas, dos alunos, dos pais, enfim, nós sabemos que para os alunos a escola é aborrecida, passam muito tempo dentro das salas de aulas, têm muita matéria, trabalhos de casa, etc. por aí fora. A questão primordial aqui, é colocar os alunos no centro do sistema de aprendizagem. E é um conceito de aprendizagem que é simples e que se retira da convicção de que nós devemos pugnar por algo que move efetivamente o aluno na direção do conhecimento, que é a motivação. Portanto, é preciso não destruir o direito de perguntar, é necessário não destruir o direito à curiosidade e os programas têm que ser construídos como projetos de vida e não como matérias que os alunos têm que assimilar como se a escola formasse financeiros, a escola não forma financeiros, a escola pretende formar homens, mas para que não digam que nós estamos a antever aqui umas linhas filosóficas muito abstratas, importa observar razão de ser então da nossa profunda discordância na matéria que respeita a vossa proposta que nós muito respeitamos, é que efetivamente a disciplina cidadania e desenvolvimento, eu disse bem, dá impressão que os senhores professores que nos estão a ouvir, a disciplina da cidadania e desenvolvimento, contém entre outros temas, um que se chama,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



exatamente que se denomina literacia financeira e educação para o consumo, mas ao que parece, ao que se julga e porventura não se julga errado, é esta uma das disciplinas que porventura o Chega quer eliminar do currículo do estudante. Em boa hora, nós solicitamos ao Chega que, isto por respeito da prática política, enfim, com as suas dosagens ideológicas, não é isso que está em causa, que reflita sobre este tipo de preocupações e que pondere se as acha razoáveis ou não. Isto para dizer que iremos naturalmente, em face destes argumentos, iremos penalizados votar contra na matéria que está aqui em pauta. Muito obrigado, senhora Presidente. Disse. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção – Combate à iliteracia financeira (subscrita pela Bancada do CHEGA)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	3	0	0	0	0	0	3
ABSTENÇÕES	0	5	0	0	0	0	1	1	7
VOTOS CONTRA	15	0	0	2	2	1	0	0	20

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

A moção foi reprovada por maioria. -----

No seguimento desta votação, a bancada do PAN, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra: «O Grupo Municipal do PAN, representado na 2ª sessão ordinária de 2023 da Assembleia Municipal de Portimão por César Valente, **abstém-se** na votação da Moção "Combate à iliteracia financeira" do partido Chega, pelos seguintes motivos: -----

O texto demonstra o atraso civilizacional que o Chega representa. -----

Todo o conhecimento é válido, e comparar conhecimento sobre identidade de género com literacia financeira não faz sentido. Saber distinguir binário, não-binário ou transgénero faz parte do autoconhecimento dos jovens e revela um elevado desenvolvimento e consciencialização que cada uma e um é único e não apenas o que as normas sociais definem. -----

No ponto:-----

"Simultaneamente que seja um incentivo e sensibilização aos professores para mais e melhor adaptação dos diversos programas curriculares de matemática e disciplinas relacionadas para que possam incluir com uma maior incidência a economia doméstica;"-----

O partido Chega propôs recentemente que a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento fosse



opcional. -----

Em comunicado, o partido defende que “o Estado não pode continuar a impor uma disciplina e área curricular que, pela sua natureza e como funciona, doutrina ideologicamente transformando as salas de aulas em laboratórios de engenharia social massificada”. -----

“A parcialidade política e ideológica de Cidadania e Desenvolvimento é inevitável e os conteúdos lecionados dificilmente poderão oferecer garantias de se sustentarem apenas e sobretudo em princípios científicos, isto é, política e ideologicamente neutros”-----

No programa da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento podemos verificar que a mesma está dividida em três grupos, em que o segundo grupo inclui sexualidade, media, instituições e participação democrática, **literacia financeira e educação para o consumo**, segurança rodoviária e risco.-----

O partido Chega pretende assim sobrecarregar uma disciplina já de si com um extenso conteúdo programático como a de matemática, apenas para eliminar uma onde o conteúdo programático vai contra o que defendem, mas que inclui a questão em discussão.-----

Assim, concordamos que é necessária uma maior sensibilização para o aumento da literacia financeira, mas que se utilize os mecanismos atualmente existentes ao invés de os querer eliminar e sobrecarregar outros.»-----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **moção - “Comemorar abril, afirmar e valorizar o poder democrático” - (subscrita pela bancada CDU(PCP/PEV))**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspetos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.-----

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País. -----

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam. -----

- Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Assim, comemorar abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal. -----

- Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado. -----

Por mais que reescrevam, abril foi uma revolução, não uma "evolução" ou "transição" entre regimes, um momento e um processo de rutura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava. -----

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo. -----

Comemorar abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas. --
Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a ação do passado fascista assentavam. -----

Foi pela ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, consequentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República. -----

Comemorar abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros. ----

Comemorar abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. -----

Comemorar abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam. -----

Assim a eleita da CDU- Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, propõe que a Assembleia Municipal de Portimão reunida em Sessão Ordinária de 28 de abril de 2023, delibere: -----

1.Saudar o 49.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;-----

2.Reafirmar o espírito de serviço público que, há 48 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;-----

3.Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando abril em cada dia de trabalho e de luta; -----

4.Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas.» -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV **Maria de Lurdes Sousa Vales**

Melo Nogueira, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a CDU vem aqui apresentar uma saudação ao quadragésimo nono aniversário do 25 de Abril e ao inquestionável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o matrizaram. Queremos relembrar que por mais que rescrevam, Abril foi uma revolução, não uma evolução ou transição entre regimes, um momento e um processo de rotura com o regime fascista, o derrubo do fascismo e do que o suportava. Abril só foi possível, porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade, tanto por comunistas, como por todos os democratas, de uma intensa luta de classes, da classe operária, da juventude e do povo. Muito obrigada. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a

Moção – “Comemorar abril, afirmar e valorizar o poder democrático” - (subscrita pela bancada CDU(PCP/PEV), tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	2	2	1	0	1	26
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	1	0	4
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A moção foi aprovada por maioria.** -----

-----**No seguimento desta votação, a bancada do PAN, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «O Grupo Municipal do PAN, representado na 2ª sessão ordinária de 2023 da Assembleia Municipal de Portimão por César Valente, **abstém-se** na votação da Moção "Comemorar abril afirmar e valorizar o poder local democrático" do partido CDU, pelos seguintes motivos:-----

- Apesar de concordarmos com os 3 primeiros pontos, não podemos concordar com o ponto "Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas" pois o partido Pessoas Animais Natureza (PAN) defende que seja realizado um debate alargado sobre a regionalização que envolva revisão constitucional. Para o PAN o esclarecimento é fundamental, pois sem o mesmo os opositores da regionalização poderão vir a vencer este debate por falta de comparência ou por via de apelos à abstenção, algo que defraudaria a verdade eleitoral num processo que nunca será isento de tensão.»-----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **moção – "1º de Maio" - (subscrita pela bancada do BE)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Há 50 anos, no 1º de Maio de 1973, apesar da ditadura fascista, trabalhadores e povo saíram às praças e ruas do país. Com grande coragem. -----

Sabiam que haveria cargas policiais, feridos e prisões. Mas não desistiram. Em Lisboa, Porto, Coimbra, Marinha Grande, Alpiarça, Amadora, Espinho, Torres Novas e em muitos outros locais do país exprimiram a vontade coletiva para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, combater as injustiças e desigualdades, acabar com a exploração. -----

E lembravam o Dia Internacional do Trabalhador, as greves e as manifestações de Chicago nos EUA, pela redução da jornada de trabalho para 8 horas e que foi violentamente reprimida, com a condenação à morte de dirigentes sindicais. -----

A explosão da democracia marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: cuidados de saúde públicos, educação, habitação, o direito ao trabalho e ao salário, o reconhecimento às férias e respetivo subsídio, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300 escudos. -----

Foi também após esta data que se consagraram o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como uma nova forma de organização dos trabalhadores, as Comissões de Trabalhadores (CT). -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Num momento em que, pelos efeitos da fortíssima inflação, da não reposição de direitos retirados no tempo da troika, dos baixos salários, das novas formas de precarização do trabalho, trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores se têm manifestado pelo trabalho digno e pelo direito à habitação, é mais que nunca importante assinalar e valorizar o 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador.-----

E lembrar que o direito a trabalhar, em condições justas e favoráveis, com uma remuneração justa e satisfatória, que assegure ao trabalhador e à sua família uma existência compatível com a dignidade humana, é um direito humano. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Portimão reunida em sessão ordinária no dia 28 de abril de 2023, delibera: -----

1. Saudar o 1º de Maio e nele a coragem de todos e todas, que exigem dignidade, democracia e progresso social, emprego com direitos, salário e pensões dignas e serviços públicos de qualidade para todos e todas. -----

Saudar as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores dos setores público, privado e social, por condições de trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de precariedade ou exploração.» -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que é, «Saudação ao Primeiro de Maio. Há cinquenta anos no 1º de Maio de 1973, apesar da ditadura fascista, os trabalhadores e o povo saíram às praças e ruas do nosso país. Com grande coragem. -----

Sabiam que haveria cargas policiais, feridos e prisões. Mas não desistiram. Em Lisboa, Porto, Coimbra, Marinha Grande, Alpiarça, Amadora, Espinho, Torres Novas e em muitos outros locais do país exprimiram a sua vontade coletiva para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, combater as injustiças e desigualdades, acabar com a exploração. -----

- 1.E lembravam o Dia Internacional do Trabalhador, as greves e as manifestações de Chicago nos EUA, pela redução da jornada de trabalho para 8 horas e que foi violentamente reprimida, com a condenação à morte de dirigentes sindicais». -----

- 2.Com isto o Bloco pretende, «saudar o 1º de Maio e nele a coragem de todos e todas, que exigem dignidade, democracia e progresso social, emprego com direitos, salário e pensões dignas e serviços públicos de qualidade para todos e todas. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Saudar as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores dos setores público, privado e social, por condições de trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de precariedade ou exploração». Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, diria que esta moção está carregada de incongruências. Falar em liberdade de Maio sem falar em 25 de Novembro. O Primeiro de Maio ainda mal começou na luta contra o social comunismo. -----

----- Confundir e recordar o massacre de Chicago que esteve na base do Primeiro de Maio com a situação internacional sendo preocupante não condenar a invasão da Rússia e a criminalização que está a provocar em dizimar populações e a economia, que por sua vez influencia diretamente as condições de vida dos trabalhadores. É o que devia envergonhar os Partidos Comunista e também o Bloco de Esquerda. Tenho dito, obrigada. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção – “1º de Maio” - (subscrita pela bancada do BE)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	2	2	1	1	0	26
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	0	0	3	0	0	0	0	0	3

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A moção foi aprovada por maioria.** -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de recomendação – “Criação de um programa CED efetivo e funcional no Concelho de Portimão e criação de um projeto piloto do cuidador do animal” - (subscrita pela bancada do PAN)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « **O que é o CED?** -----

Capturar-Esterilizar-Devolver (CED) é um método humano e eficaz de controlo de colónias de gatos e de redução das populações felinas silvestres ou assilvestradas. O processo envolve a captura dos gatos de uma colónia, a sua esterilização, um pequeno corte na orelha esquerda para fins de identificação, desparasitação e, por fim, a devolução dos animais ao seu território de origem, onde são alimentados e protegidos por um cuidador. Sempre que possível, os animais adultos dóceis e as



crias que ainda estejam em idade de socialização são retirados das colónias e encaminhados para adopção. -----

O que é um gato silvestre? -----

Um gato “doméstico” é um gato que aprecia o convívio com pessoas e vive num ambiente doméstico humano ou num abrigo de proteção animal, enquanto aguarda adoção. Recebeu cuidados humanos durante o seu período sensível de desenvolvimento emocional (entre as duas e as dez semanas de idade) e é capaz de estabelecer laços sociais com pessoas. -----

Um gato “silvestre” nasceu e vive fora de um ambiente doméstico e regrediu, até certo ponto, ao seu estado selvagem. Os gatos silvestres têm receio das pessoas e mantêm a sua distância, a não ser das pessoas que conhecem e nas quais aprenderam a confiar, normalmente os seus cuidadores. -----

Chamamos “assilvestrados” aos gatos que foram um dia domésticos mas se encontram agora na rua por se terem perdido ou por terem sido abandonados, e acabaram por adoptar comportamentos de gatos silvestres. -----

O que é feito no programa CED? -----

– O registo de todas as colónias existentes no concelho. Os munícipes podem efetuar a sinalização de colónias remetendo a identificação do(s) cuidador(res), contactos telefónicos e as coordenadas GPS ou morada dos locais para a Câmara Municipal de Portimão; -----

– Através do registo na base de dados da Câmara Municipal de Portimão são hierarquizadas as colónias prioritárias a ser intervencionadas; -----

– Os gatos são recolhidos e transportados para o CRO ou, em sua substituição, para uma clínica veterinária; -----

– Os gatos são esterilizados, desparasitados, registados e identificados eletronicamente, efetuando-se um pequeno corte reto da ponta da orelha esquerda para permitir o reconhecimento de que estes gatos já foram intervencionados; -----

– Os animais intervencionados são devolvidos ao seu território de origem, onde são alimentados e protegidos por um cuidador. -----

Vantagens do Programa CED-----

– Permite um controlo e monitorização da população de gatos errantes do concelho; -----

– Reduz o ruído resultante das competições entre gatos e cheiros proveniente da urina; -----

– Controlo natural e eficaz da população de roedores (ratos, ratazanas, etc.); -----

– Melhora a saúde e bem-estar dos animais;-----

– Reduz os riscos para a saúde pública; -----

– Melhora a ação das Associações de Defesa Animal;-----



- Atenua os impactes negativos na comunidade; -----
- Torna os animais mais calmos e menos dados a lutas territoriais ou de índole sexual.-----

Descrição de cuidadores-----

O papel do cuidador e do voluntário são merecedores do maior respeito e importância para o sucesso do programa CED. São estes operacionais que dedicam uma parte significativa do seu tempo livre em prol do bem-estar dos animais e da comunidade em geral. -----

Há dois perfis de cuidador: -----

1. Cuidador de colónias de gatos: Pessoa que cuida de uma ou mais colónias a título voluntário. As despesas de alimentação por norma estão ao encargo da mesma, através de peditórios ou banco alimentar animal. Sinaliza os animais e solicita apoio a instituições/Câmara Municipal para despesas veterinárias, quando não o consegue fazer a título pessoal através do dinheiro angariado. -----

2. Cuidador de animais desfavorecidos: Pessoa que de uma forma singular ou organizada em grupos, distribui alimentação e encarrega-se dos cuidados veterinários de animais ao abrigo de famílias carenciadas. As despesas associadas são colmatadas através de peditórios e/ou dinheiro próprio. --

O que fazem os voluntários? -----

Os voluntários efetuam a captura, transporte para as clínicas veterinárias, acompanhamento no recobro pós-operatório e posterior libertação dos gatos capturados. O cuidador pode igualmente desempenhar as tarefas de um voluntário. -----

Objetivos do projeto piloto:-----

-Constituir uma rede de suporte para as cuidadoras, onde terão direitos, mas também alguns deveres, enumerados no Regulamento do Cuidador de Colónias de Gatos do Município de Portimão a ser criado e aprovado com o apoio das Associações de Proteção Animal do concelho, do Gabinete Médico Veterinário do concelho e da Câmara Municipal de Portimão.-----

-A Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, prevê no seu artigo 4.º, que por razões de saúde pública, devem ser concretizados programas de captura, esterilização e devolução (CED) para gatos.-----

-Pretende -se com esta iniciativa conceder apoio aos animais de rua, reconhecendo a existência de colónias de gatos, regular a sua presença, bem como promover as condições aceitáveis à sua manutenção, nomeadamente quanto às condições sanitárias e de alimentação, promovendo -se a esterilização e regulando as condições aceitáveis de alimentação face aos requisitos de salubridade e saúde pública.-----

-- Em paralelo, esta medida tem um impacto positivo ao nível da saúde pública e da limpeza urbana, uma vez que a articulação com os cuidadores das colónias assegura a sua responsabilização pela



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



alimentação, limpeza e acompanhamento dos gatos, bem como permite a adequada identificação e vigilância destas colónias, nos locais de alimentação formalmente autorizados para o efeito.-----

Atualmente, o que existe é a distribuição dos fundos afetos ao programa CED pelas Associações de Proteção Animal do concelho, que se encarregam de, dentro das suas possibilidades e limitações, aplicar a lei. Essa obrigação deverá ser sempre primeiramente do município, com o apoio das associações e cuidadoras. Só com um projeto capaz, estruturado e orientado para resultados se conseguirá regular o número de animais silvestres e assilvestrados do concelho. -----

-Deste modo, e pelos motivos atrás explanados, vem o Grupo Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária de 28 de abril, delibere recomendar à Câmara Municipal de Portimão a criação de um Plano CED efetivo e funcional, assim como a criação do Regulamento do Cuidador de Colónias do Município.» -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, para dizer que pensa que tiveram toda oportunidade de ler, não se vai estender muito, porque é um pouco extenso. Rapidamente o que o PAN pretende, é criar o que já foi criado noutros concelhos que já estão bastante mais à frente que o nosso na problemática da causa animal. Queremos que o Programa CED seja efetivado em Portimão, não apenas distribuindo dinheiro pelas associações para que elas se substituam à Câmara, mas que a Câmara faça o seu trabalho e queremos que seja criado um projeto piloto do cuidador do animal, porque não podemos ter pessoas na rua a dar comida aos animais só porque sim. As pessoas têm que ser ajudadas, têm que ser apoiadas e tem que haver regras, as pessoas não podem só ir dar comida aos animais e o lixo ficar para trás e os animais ficarem para trás sem ser cuidados. É isto. Obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que com efeito, lembrar-se-ão de no mandato anterior ela também teve oportunidade de subscrever aqui uma recomendação, uma moção que foi aprovada nesta casa relativamente à implementação do programa CED no concelho. Eu venho dizer que esta moção do PAN vem num bom momento, porque relembra os princípios que já no mandato anterior aqui foram aprovados e relembra ao município a necessidade de implementar este programa de uma forma mais eficaz, porque reconhecemos que as imensas dificuldades sentidas no terreno pelas voluntárias que são sempre as mesmas, são sempre as mesmas pessoas que todos os dias dedicam o seu tempo e toda a sua disponibilidade a cuidar das colónias deste município, colónias que realmente estão insuficientemente tratadas, temos um CROA que não tem condições para assegurar as esterilizações e a devolução e captura dos animais, enfim, é um sistema implementado, continua a ser implementado por voluntárias e que o município na maioria das vezes



se limita a conceder alguns apoios às organizações cujas voluntárias estão no terreno, se demitido um pouco das competências e, portanto, esta moção virá complementar aquilo que, um trabalho já iniciado no mandato anterior e que apelamos ao município para a importância de o implementar de forma correta e este aspeto do cuidador é um aspeto que consideramos necessário, virá ajudar aqui a implementar este apoio às cuidadoras e é uma necessidade premente que este município deve atender à causa animal que está tão ligada ao ambiente e à necessidade de um município evoluído que só pode ser um município atento à causa animal e ao bem-estar animal como o demonstra um município de futuro e preocupado com os seus cidadãos e com o seu ambiente. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que em relação aqui ao CED, gostaria de saber os custos, tirando o que se vai poupar com o controlo natural e eficaz da população do roedores, não é? E qual é o sentido que, ou aproximação das associações do concelho se estão interessadas em partilhar este projeto. É a questão que eu faço. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PS **Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que coube-lhe a ela comentar esta moção do PAN dos objetivos do projeto piloto do cuidador do animal. No âmbito do CED, capturar, esterilizar e devolver os animais de uma forma controlada já é uma ação em curso no município de Portimão como todos conhecem. O registo de colónias intervencionadas ou por intervencionar, por esterilizar, desparasitar, registar os animais, neste caso gatos que são posteriormente devolvidos ao seu território, já existe no concelho de Portimão. Por curiosidade, posso assegurar que no ano passado foram esterilizados cerca de setecentos gatos. -----

-----As vantagens destes processos todos conhecemos e são benéficas e o município tem consciência que tem que levar esta atenção em relação a estes animais que andam pela cidade com alguma seriedade e com alguma atenção. Assim, o município já trabalha nesta área desde 2019, através de protocolo com diversas associações de defesa dos animais, designadamente a ADAP, a Associação de Defesa dos Animais de Portimão, a APAA, Associação Protetora de Animais do Algarve, a FCP Friends of Canil de Portimão e a Associação Franjinhas. Nestas associações várias pessoas são voluntárias, várias pessoas trabalham e estão quotidianamente empenhadas neste tipo de atividade com os animais. -----

-----Atualmente já temos sinalizados e registados, intervencionados cerca de vinte e uma colónias de gatos nas ruas, freguesias de Portimão, Alvor e Mexilhoeira. As colónias que contam com cuidadores responsáveis e devidamente identificados e com abrigos com sinalização das regras e



legislação em vigor. Este é um trabalho contínuo de identificação de novas colónias e fabrico de novos abrigos que existe, inclusive há parceria com o estabelecimento prisional de Silves. -----

-----O processo de trabalho pelo associativismo tem sido muito eficaz, pois sem este trabalho não seria possível a figura do cuidador que o PAN propõe agora já existe e é assegurada pelas associações e em particular pelas pessoas afetas às mesmas que em voluntário se ocupam destas tarefas. Por isso, a bancada do PS votará contra. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, para dizer que compreende e agradece a explicação da sua colega Marina, porque acha excelente saberem estas coisas. Eu tenho mais ou menos conhecimento desses números e algum conhecimento da realidade, também é verdade que, e é verdade o que disse tudo, agora as voluntárias são sempre as mesmas, eu o estatuto desconheço, isso para mim é uma novidade que me está a dar, porque as voluntárias são sempre as mesmas e a forma, e eu que estou no campo, agora menos, mas costumo estar no campo com muitas delas e quando não estou no campo estou em contacto com muitas, nomeadamente são sempre as mesmas, as queixas são sempre as mesmas, desconheço o estatuto de que me falou, a única razão que eu sei como isto funciona é, portanto, há aqueles dinheiros distribuídos a essas associações, as associações fazem este trabalho, as colónias muitas delas, as casinhas infelizmente são roubadas muitas vezes também, não sei porquê, não sei qual é o interesse de pessoas que o fazem, portanto, há realmente aqui uma carência e as cuidadoras estão esgotadas, não têm capacidade para isto, eu às vezes até já tenho substituído algumas e dado algum apoio e sei que realmente é bonito o que me está a dizer e em parte é real, mas é insuficiente e eu creio que é, há que implementar, aumentar o número de funcionários do CROA será uma das maneiras de auxiliar o programa e assegurar o seu funcionamento e o estatuto de cuidador realmente regulado, porque eu desconheço. Eu só conheço esta forma de trabalhar através da transferência de fundos e depois andamos no terreno. Obrigada.

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, para dizer que não se vai alongar até porque não pode. Agradeço a participação da senhora deputada Cristina, que respondeu a quase tudo o que eu ia responder, o que eu posso dizer muito rapidamente é, eu tenho aqui comigo, se quiserem posso-vos passar a todos, informação acerca da dúvida que têm em relação às cuidadoras. O que nós temos neste momento não são as associações a tomar conta de nada, porque Portimão não tem colónias, Portimão tem sítios onde os gatos se reúnem e as pessoas alimentam, não são colónias. Se alguém quiser, estiver interessado eu tenho aqui tudo, posso-vos enviar, Oeiras tem um excelente projeto, Loures tem um excelente projeto, eu tenho algo que ando a fazer a desenvolver há dois anos, até recentemente fiz parte da direção de uma



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



associação, portanto, posso-vos passar tudo o que vocês quiserem acerca disto, colónias Portimão não tem, tem voluntárias como a senhora deputada Cristina disse que tratam de animais na rua. Obrigado. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a Proposta de recomendação– **“Criação de um programa CED efetivo e funcional no Concelho de Portimão e criação de um projeto piloto do cuidador do animal” - (subscrita pela bancada do PAN)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	0	2	2	1	1	1	12
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	0	0	3
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

A moção foi reprovada por maioria. -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **moção – “1973 – 2023 50 anos do 3º Congresso da Oposição Democrática” - (subscrita pela bancada CDU(PCP/PEV))**, cujo teor se transcreve na íntegra:

« Completou-se no passado dia 4 de abril 50 anos sobre a realização, em Aveiro, do 3º Congresso da Oposição Democrática que constituiu, a muitos títulos e por variadas razões, um importante êxito da luta antifascista em Portugal, um sólido e incontestado testemunho da persistente contribuição para a unidade das forças de oposição à ditadura fascista e um marco muito relevante no áspero caminho para a conquista da liberdade e da democracia no nosso país.-----

1. Quando naquele já longínquo dia 4 de abril de 1973, no Cineteatro Avenida em Aveiro, Álvaro Seça Neves leu o telegrama do Prof. Rui Luís Gomes declarando aberto o 3.º Congresso da Oposição democrática, na qualidade de Presidente do Congresso em que fora investido por vontade unânime da Comissão Nacional, mas que o fascismo impedira de exercer presencialmente ao não permitir o seu regresso do exílio, os participantes nessa sessão inaugural teriam certamente boa consciência de que, para trás, ficava um aturado, laborioso e amplamente participado trabalho preparatório. Teriam certamente também uma firme e fundamentada convicção de que aquela realização iria significar um forte impulso na luta do movimento democrático contra o fascismo e designadamente na sua intervenção na farsa eleitoral marcada para outubro desse ano. Mas não



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



podiam saber – e ninguém honestamente podia saber ou adivinhar – que se estava à beira do último ano de vida da ditadura e a um ano do 25 de Abril.---2. As novas e distintivas características que o 3.º Congresso da Oposição Democrática assumiu e bem assim a natureza das orientações políticas fundamentais que nele foram aprovadas testemunharam, por referência aos meritórios 1.º e 2.º Congressos (respetivamente, de 1958 e de 1969), um processo não apenas de assimilação crítica de experiências e orientações anteriormente prevalecentes, mas também uma evolução de Conceções determinada por patentes alterações na correlação de forças dentro do campo da oposição antifascista que já se vinha desenhando e afirmando, no plano do movimento democrático, desde as «eleições» de 1969. E surge como indiscutível que nessa evolução e nessas mudanças pesaram, entre outros fatores e de forma determinante, a própria dimensão da luta da classe operária, os audaciosos avanços e posições conquistadas nos sindicatos e a integração na luta legal e semilegal de novas gerações de estudantes e jovens trabalhadores, e que, ganhando autoridade e reconhecimento de acerto no confronto com o andamento da realidade política nacional, conquistaram crescente audiência e influência em amplos sectores democráticos.-----

3. No plano da organização e dos métodos de preparação, o 3.º Congresso da Oposição Democrática ficou sobretudo assinalado pela amplitude do número e pela diversificação regional e social dos democratas integrados nas estruturas de preparação e direção; na formação e regular funcionamento ao longo de vários meses de uma Comissão Nacional com cerca de 500 membros; em inúmeras iniciativas e reuniões de debate (e mais não foram porque muitas, de maior expressão pública, foram proibidas); na apresentação de duas centenas de teses e trabalhos, muitos deles de elaboração coletiva, abrangendo um vastíssimo leque de questões e problemas da vida nacional mas onde, significativamente, ganharam um novo e destacado relevo os problemas dos trabalhadores e a questão da guerra colonial. E cremos que, nem na época nem hoje, pode haver alguma dúvida de que, sem prejuízo de outros fatores gerais como a conjuntura de patente isolamento do regime, foram estes critérios e orientações firmemente apostados numa ampla participação na sua preparação que muito favoreceram a presença no Congresso de milhares de participantes, atestando uma grande e dinâmica mobilização democrática. -----

4. Com efeito, no quadro atrás descrito em termos gerais, a combatividade e a firmeza política manifestada por ocasião do 3.º Congresso da Oposição Democrática revelaram-se quer no plano das principais conclusões políticas (e, de forma por demais significativa, na definição das grandes exigências ou, melhor dizendo, dos grandes objetivos da luta democrática) quer na forma corajosa como o Congresso e a sua direção e participantes deram resposta às limitações e à brutal repressão que o governo desencadeou contra o Congresso na esperança de o



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



domesticar ou de frustrar o seu impacto.-----

5. No plano político, adquiriu um relevante significado que o 3º Congresso da Oposição Democrática (indiscutivelmente assente na contribuição convergente das principais forças e correntes da oposição) tivesse postulado com toda a clareza, na sua Declaração Final, como «objetivos imediatos, possíveis de atingir através da ação unida das forças democráticas,» o «fim da guerra colonial», (antes classificada no texto como «crime contra a Humanidade») a «luta contra o poder absoluto do capital monopolista» e a «conquista das liberdades democráticas».-----

À distância de 50 anos, justifica-se explicar que o relevo e importância da fixação destes três precisos objetivos não derivam naturalmente do ponto referente à «conquista das liberdades democráticas» (desde há muito património comum das diversas correntes da oposição) mas sim dos pontos referentes ao «fim da guerra colonial» e da «luta contra o poder absoluto do capital monopolista», objetivos de há muito sustentados pelo PCP mas rejeitados ou não assumidos com clareza por algumas outras correntes.-----

A definição destes três grandes objetivos e a assunção dos seus indissolúveis nexos, iluminando «a contrario censura» a verdadeira natureza da ditadura fascista, não só marcaram decisivamente a intervenção da oposição democrática na farsa eleitoral de Outubro de 1973 como influenciaram o pensamento político do Movimento dos Capitães, viriam a ter uma aproximada consagração no «Programa do MFA» e viriam a plasmar-se na vida como componentes cruciais da Revolução de Abril.-----

Face ao exposto a Eleita da CDU- Coligação Democrática Unitária PCP-PEV propõem que a Assembleia Municipal de Portimão reunida a 28 de abril de 2023 delibere:-----

1- Saudar o 50.º Aniversário do 3.º Congresso da Oposição Democrática realizado em Aveiro.-----

2- Saudar os Membros da Comissão Nacional em geral e os membros do Algarve que integraram a Comissão, em particular.-----

3 – Saudar os participantes de Portimão neste Congresso.»-----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo** Nogueira, para dizer que «no passado 4 de abril, completou-se os cinquenta anos sobre a realização em Aveiro do terceiro congresso da oposição democrática que constituiu um importante êxito da luta antifascista em Portugal e um sólido e incontestado testemunho da persistência e contribuição para a unidade das forças de oposição à ditadura fascista e um marco muito relevante no áspero caminho para a conquista da liberdade e da democracia no nosso país». -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Deste congresso retiraram-se «três objetivos imediatos, possíveis de atingir através da ação unida das forças democráticas», o «fim da guerra colonial», a luta contra o poder absoluto do capitalismo e a conquista das liberdades democráticas». Foram na verdade estes três objetivos que «marcaram decisivamente a intervenção da oposição democrática na farsa eleitoral de Outubro de 1973 como também influenciaram o pensamento político do Movimento das Forças Armadas dos Capitães que vieram a ter uma aproximada consagração no programa do MFA e virariam a plasmar-se na vida como componentes cruciais da Revolução de Abril».

-----Propomos assim a esta Assembleia, propomos assim hoje uma saudação ao quinquagésimo aniversário do terceiro congresso da oposição democrática em Aveiro e saudamos aqui todos os participantes, todos os membros da comissão nacional em geral e os membros do Algarve que integraram a comissão em particular. Queremos aqui também saudar os portimonenses que participaram neste congresso.

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção – “1973 – 2023 50 anos do 3º Congresso da Oposição Democrática” - (subscrita pela bancada CDU(PCP/PEV))**, tendo sido obtido o seguinte resultado:

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	2	2	1	1	0	21
ABSTENÇÕES	0	5	0	0	0	0	0	1	6
VOTOS CONTRA	0	0	3	0	0	0	0	0	3

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança).

-----**A moção foi aprovada por maioria.**

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de recomendação – “Criação de uma praia Pet – Friendly no Concelho de Portimão” - (subscrita pela bancada do PAN)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Em Portugal, há cerca de 3 milhões de animais de companhia registados no Sistema de Informação de Animais de Companhia (SIAC), sendo que, de acordo com o estudo da GfK (GfK/Track.2Pets), estima-se que cerca de 56% dos lares portugueses existem, pelo menos, um animal de estimação.

O mesmo estudo dá nota de que os animais de estimação são percecionados como contribuindo para o bem-estar físico e psicológico dos seus tutores, sendo esta uma das razões apontadas para justificar



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



o seu crescente aumento. E, naturalmente, sendo entendidos como parte integrante da família deverão, igualmente, estar habilitados a acompanhar a sua família nas suas atividades, como as praticadas ao ar livre, a ida à praia, como já acontece em diversos países europeus. -----

Em Espanha, por exemplo, toda a costa tem praias disponíveis para que os tutores e os seus animais possam circular e permanecer. Em Itália, os cães podem estar em todas as áreas públicas desde que de trela, com identificação eletrónica e desde que os tutores tenham na sua posse a documentação dos animais. Na Grécia, por seu turno, os cães são admitidos em todas as praias desde que estejam de trela. Ainda que as normas para permanência dos animais possam divergir, no essencial, nomeadamente a permissão de permanência, está prevista em todos estes países. Acresce também que cada vez mais pessoas que visitam o nosso país se fazem acompanhar dos seus animais de companhia, apesar das limitações existentes. -----

Considerando que: -----

Muitas famílias em Portimão têm animais de companhia e os levam consigo para todo o lado; -----

Facilitar o acesso de famílias aos locais com os seus animais é positivo e previne que os animais fiquem muitas horas sozinhos em casa;-----

Municípios como Oeiras, Torres Vedras, Peniche, Esposende, Vila Nova de Gaia, Odemira entre outros, já criaram praias pet-friendly;-----

A criação de uma praia pet-friendly é um sinal de progresso e de acompanhamento das sensibilidades atuais da nossa sociedade;-----

A cidade de Portimão é um importante destino turístico em Portugal e recebe milhares de visitantes todos os anos. Sabemos que muitos desses visitantes viajam acompanhados de seus animais de estimação e, por isso, é importante que a cidade ofereça opções de lazer e entretenimento também para eles; -----

A criação de uma praia pet-friendly pode atrair visitantes de outras cidades e gerar mais receita para a nossa comunidade;-----

A criação de uma praia pet-friendly oficial em Portimão também pode ser uma importante iniciativa para consciencializar as pessoas sobre a importância do respeito e cuidado com os animais de estimação. A praia pet-friendly pode ser um espaço de convivência saudável entre os animais e seus tutores, e pode ajudar a promover a cultura da guarda responsável e do respeito aos direitos dos animais; -----

A Praia de Alvor, junto ao molhe, tem condições para ser um local onde os tutores de animais de estimação poderiam levar os seus cães para se divertir e desfrutar do sol e da água ao longo de todo o ano, tal como já acontece de forma informal;-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



É possível instalar uma delimitação para manter os animais na área indicada, disponibilizar bebedouros para cães, a instalação de dispensadores de sacos para dejetos e o aumento de baldes de lixo na zona;-----

É possível realizar campanhas educativas para os frequentadores da praia, a fim de garantir que os animais de estimação sejam tratados com respeito e que os tutores sejam responsáveis pela limpeza da área e pelo comportamento de seus animais;-----

Esperamos que esta recomendação seja considerada e implementada o mais rápido possível, de modo a dar respostas necessárias aos munícipes que têm animais de companhia e que para levarem os seus animais à praia têm de ir para outros concelhos, como Odemira.-----Na Assembleia Municipal realizada a 28 de abril de 2023, o Grupo Municipal do PAN recomenda à Assembleia Municipal que delibere recomendar à Câmara Municipal que tome as diligências necessárias para formalizar a existência de uma praia pet- friendly no município de Portimão.»-----

-----EXEMPLOS DE PRAIAS PET-FRIENDLY EM PORTUGAL-----



-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, peço desculpa pela praia **Pet – Friendly**, mas é o nome mais comum. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que têm autonomia para fazer como entenderem, é só um comentário. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, para dizer que o que o PAN pretende, é que Portimão a exemplo de outros concelhos no país, evolua e que permita que os companheiros da maior parte das famílias que existem atualmente em Portugal possam ir com eles à praia, tendo em conta a quantidade de visitantes externos que Portimão recebe, que ainda no 25 de Abril pudemos ouvir a senhora Presidente a congratular-se do turismo em Portimão, muitos deles trazem animais e muitos deles provavelmente gostariam de os levar à praia em vez de os deixar trancados no apartamento ou no carro, daí a criação desta praia. A praia em questão não penso que vá prejudicar alguém, o acesso está feito, falta criar condições e criar fiscalização. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PS **Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves**, para dizer que a bancada do PS aprecia a moção de recomendação apresentada pelo PAN para criação de uma área ou praia **Pet – Friendly** para cães. De facto, haver uma área delimitada para que quem tem animais de estimação os possa levar à praia, podia ser benéfico para os donos e para os animais. Acontece que essa área na prática já existe, pois no final da praia de Alvor junto ao Molhe como referem, é onde se encontram as pessoas que vão à praia e levam os seus animais de estimação. Essa prática deveria trazer por parte desses utentes as condições que o PAN vem nesta moção apelar. Bebedor para cães, sacos do lixo para recolher os dejetos desses animais. Sem querer equiparar, a parte da praia de utilização sem animais de estimação também pressupõe por parte dos seus utentes, adultos e crianças que estes levem a sua comida, água, sacos para o lixo que fizerem e cuidados de manutenção e a limpeza desses espaços que são públicos e de acesso a todos nós, e só assim se respeitam e serão respeitados na utilização destes espaços públicos. -----

-----Como compreenderão, o município nesta área balnear tem uma intervenção limitada e neste momento esta não será uma prioridade. Por isso, a bancada do PS votará contra esta moção e disse.

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria de Sousa Velha**, para dizer que lamenta esta posição da bancada do PS, já não é a primeira vez que vem este tipo de moções cá, lá foi, é uma minha também do mandato anterior e vejo que não evoluíram. -----

-----Repare deputada Marina, não é a mesma coisa aquilo que nos referiu e propôs de uma área estar a ser utilizada, não é a mesma coisa, não há as mesmas condições de segurança e relembro que se formos ver ao abrigo dos regulamentos legais, então os cães nem deveriam ir porque é



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



proibido os cães, ou seja, se não houver uma praia delimitada na verdade pelo menos na época banhar é proibido levar os cães para a praia. Portanto, isto é uma questão complexa e poderá trazer muitos benefícios, a delimitação através da aplicação de ter um banheiro, nadador-salvador também e as condições de segurança para todos, e isto é o que se quer, é frequentar a praia de forma legal, regular, mas com as mesmas condições que os restantes troços de praia e sem incomodar os restantes. Pronto, não me vou alongar agora, lamentar apenas a vossa atitude. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que a sua primeira e última experiência numa praia de cães foi desanimadora. Os cães grandes de raças consideradas perigosas sem açaime e os donos tinham dificuldade em encontrar os dejetos dos animais. E mais, o parque de campismo que se encontrava em frente a essa praia tinha a proibição de animais, e basta ver nos nossos passadiços da praia da Rocha e de Alvor, basta ver o que se mais se encontra lá, se formos um bocado distraídos pisamos os dejetos. Não é por isso que o Bloco vai votar contra, mas se calhar tínhamos que arranjar também um ou dois seguranças para estar nessa praia para ajudar os donos a encontrar os dejetos e tentar também impor respeito na praia. Tenho dito. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a Proposta de recomendação- **"Criação de uma praia Pet – Friendly no Concelho de Portimão"** - (subscrita pela bancada do PAN), tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	0	0	0	0	1	0	6
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	0	1	4
VOTOS CONTRA	15	0	0	2	2	1	0	0	20

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Proposta de Recomendação foi reprovada por maioria.** -----

----- Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Saudação – "1º de Maio – Dia Internacional do trabalhador"** - (subscrita pela bancada CDU(PCP/PEV), cujo teor se transcreve na íntegra: « No dia 1 de maio de 1886, milhares de operários da cidade norte-americana de Chicago, conscientes da necessidade de humanização do mundo do trabalho, iniciaram uma luta histórica, fazendo uma greve geral pela



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



jornada de oito horas de trabalho diário. A violenta repressão associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinaram que, em 1890, a Associação Internacional dos Trabalhadores decretasse o dia 1 de maio como o Dia Internacional do Trabalhador. -----

A partir daí, o movimento operário e sindical internacional reforçou a sua organização, alargou e envolveu na ação uma sociedade sedenta de justiça social, de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade. Lançou, assim, pontes para o futuro, assumindo um papel central e determinante para os nossos dias.-----

Desde então, as lutas dos trabalhadores inseridos nas suas organizações sindicais têm contribuído decisivamente para um objetivo comum: a defesa da dignidade do trabalho e dos trabalhadores, a conquista e a defesa de direitos inalienáveis, um valioso contributo para mais justiça social e melhoria das condições de vida de milhões de trabalhadores, trabalhadoras e jovens.-----

Em Portugal, o 1º de maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de abril, depois de décadas de repressão do Fascismo, foi uma explosão da democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados, designadamente : o direito universal à saúde gratuita, tornado possível pela criação do Serviço Nacional de Saúde ;o Sistema Público de Segurança Social, que, para além de apoiar os cidadãos no desemprego, na velhice e na invalidez, procura assegurar a igualdade de oportunidades, o bem-estar e a coesão social a todos os portugueses e estrangeiros residentes;; o direito à educação para todos, independentemente das suas origens e condições socioeconómicas; o direito à habitação, o direito à fruição e criação cultural, social, desportiva e associativa, consagrou o direito ao trabalho digno, instituiu o direito à igualdade entre mulheres e homens, ao salário mínimo nacional, a férias pagas, à proibição dos despedimentos sem justa causa, direito de expressão e de manifestação, o direito de greve e de atividade sindical com direções sindicais livremente eleitas pelos trabalhadores.-----

Portugal atravessa hoje um período difícil, com o empobrecimento da população, os baixos salários e reformas, a precariedade, o desemprego, o brutal aumento do custo de vida, a fragilização das relações de trabalho, pondo em causa direitos conquistados e consagrados na Constituição da República Portuguesa.-----

É esta realidade de instabilidade permanente que nos dias de hoje compromete não só o futuro dos trabalhadores, mas também o futuro dos jovens e do próprio desenvolvimento do país.-----

Reivindicar maio é estar ao lado dos trabalhadores e dos seus representantes, continuando a apoiar as lutas pelos direitos que lhes são devidos, defendendo os direitos já alcançados e os que se afiguram ameaçados.-----

Celebrar esta data é, não só, recordar o significado da luta pioneira dos operários de Chicago, mas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



também celebrar a luta passada e presente de todos os trabalhadores no mundo e, especialmente, dos trabalhadores portugueses e portimonenses que continuam a pugnar por um trabalho não precário e digno; por melhores condições de vida, por pensões e salários justos, pela valorização e qualificação do trabalho, pela possibilidade de conciliação do mesmo com a sua vida privada e familiar, pela revogação das normas gravosas da legislação laboral e por serviços públicos de qualidade.-----

Face ao exposto, a eleita da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV na Assembleia Municipal de Portimão propõe que esta Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 28 de abril de 2023, delibere:-----

1. Saudar o 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, e saudar todos os trabalhadores e as suas organizações sindicais, manifestando solidariedade com a luta por eles desenvolvida, exortando-os a continuá-la, numa perspetiva de consolidar direitos conquistados e de alcançar novos avanços que conduzam à sua total emancipação; -----

2. Enviar a presente deliberação à Presidência da República, à Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares, à Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN) e à União Geral de Trabalhadores (UGT)-----

3. Dar conhecimento desta saudação aos órgãos de comunicação social.» -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, «celebrar esta data é, não só, recordar o significado da luta pioneira dos operários de Chicago, mas também celebrar a luta passada e presente de todos os trabalhadores no mundo e, especialmente, dos trabalhadores portugueses e portimonenses que continuam a pugnar por um trabalho não precário e digno; por melhores condições de vida, por pensões e salários justos, pela valorização e qualificação do trabalho, pela possibilidade de conciliação do mesmo com a sua vida privada e familiar, pela revogação das normas gravosas da legislação laboral e por serviços públicos de qualidade». Por isso mesmo vimos aqui apresentar esta saudação «ao Primeiro de Maio, Dia Internacional do Trabalhador **e saudar todos os trabalhadores e as suas organizações sindicais, manifestando solidariedade com a luta por eles desenvolvida, exortando-os a continuá-la, numa perspetiva de consolidar direitos conquistados e de alcançar novos avanços que conduzam à sua total emancipação**»; -----

Queríamos «enviar» esta «**deliberação à Presidência da República, à Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares, à Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN) e à União Geral de Trabalhadores (UGT)**». Muito obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Saudação – “1º de Maio – Dia Internacional do trabalhador” - (subscrita pela bancada CDU(PCP/PEV))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	2	2	1	1	1	27
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	3	0	0	0	0	0	3

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A saudação foi aprovada por maioria.** -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – “Apoio extraordinário às Associações Humanitárias de Bombeiros do Algarve” - (subscrita pela bancada CDU(PCP/PEV))**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Os bombeiros são a primeira linha de resposta no sistema de Proteção Civil. Os Corpos de Bombeiros das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV) prestam anualmente mais de 1,5 milhões de serviços às populações em todo o território nacional e têm um papel insubstituível no combate aos incêndios rurais e urbanos e, como recentemente ficou provado, em situações de cheias e outras calamidades.-----

Em consequência de sucessivas dotações insuficientes nos Orçamentos de Estado e do enquadramento legal do financiamento das AHBV, das condições em que prestam os serviços no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e transporte de doentes ao Ministério da Saúde, há muito que estas vivem grandes dificuldades económicas, dificultando ou impedindo até o pagamento de remunerações justas aos seus profissionais. -----

Nos últimos anos, com a pandemia, as dificuldades foram substancialmente agravadas. A estas dificuldades somam-se hoje os aumentos dos preços dos combustíveis, da energia, das taxas de juro de empréstimos bancários para investimentos em instalações e viaturas e de todos os custos de materiais e equipamentos, o que para muitas AHBV já está a pôr em causa o socorro e a emergência que asseguram às populações, o que num futuro próximo poderá acontecer a outras AHBV.-----

Acresce que a orgânica da proteção civil e a não existência do comando nacional operacional de bombeiros limita a organização da atividade e as condições de apoio logístico incluindo a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mobilização e coordenação interdistrital.-----

Considerando a valorização dos bombeiros e do seu papel, garantindo condições para o exercício da sua missão, é uma urgência a que o país tem de acorrer.-----

O PCP, auscultou os problemas e reivindicações dos bombeiros que, mais uma vez, foram reafirmados no recente Congresso Nacional Extraordinário promovido pela Liga dos Bombeiros Portugueses.-----

Pelo exposto, a eleita da CDU – Coligação Democrática Unitária – PCP – PEV propõe que a Assembleia Municipal de Portimão reunida a 28 de abril de 2023 delibere recomendar ao Governo:-

1. Que seja atribuído, com início em junho de 2023, um apoio extraordinário de emergência para as Associações Humanitárias de Bombeiros adequado as necessidades, considerando o longo período de seca e os seus efeitos no Algarve. -----

2. Enviar a presente deliberação à Presidência da República, à Assembleia da República, ao Governo, aos Grupos Parlamentares, à Associação Humanitária de Bombeiros do concelho de Portimão à Federação dos Bombeiros do Distrito e à Liga dos Bombeiros Portugueses. -----

3. Dar conhecimento desta deliberação aos órgãos de Comunicação Social e publicar na página eletrónica da Assembleia Municipal de Portimão.» -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que «os bombeiros são a primeira linha de resposta no sistema de Proteção Civil. Em consequência de sucessivas dotações insuficientes nos Orçamentos de Estado e do enquadramento legal do financiamento das AHBV, das condições em que prestam os serviços no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e transporte de doentes ao Ministério da Saúde, há muito que estes vivem grandes dificuldades económicas, dificultando ou impedindo até o pagamento de remunerações justas aos seus profissionais. -----

-----Nos últimos anos, com a pandemia, as dificuldades foram substancialmente agravadas» como está aqui explicado no texto desta recomendação. «Acresce que a orgânica da proteção civil e a existência do comando nacional operacional de bombeiros limita a organização da atividade e as condições de apoio logístico incluindo a mobilização e coordenação interdistrital». Por isso, queríamos aqui apresentar esta recomendação ao governo «e que seja atribuído com início em junho de 2023, um apoio extraordinário de emergência para as associações humanitárias de bombeiros adequado às necessidades, considerando o longo período de seca e os seus efeitos no Algarve». Também queríamos «enviar» esta «deliberação à Presidência da República, à Assembleia da República, ao Governo, aos Grupos Parlamentares, à Associação Humanitária de Bombeiros do



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



concelho de Portimão, à Federação dos Bombeiros do Distrito e à Liga dos Bombeiros Portugueses». Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que gostava que a senhora deputada Lurdes Melo explicasse aqui relativamente ao último ponto da moção, a que associações humanitárias de bombeiros é que se refere aqui no concelho, eu só conheço uma. Isto é o problema de trazer uma proposta feita para todos os concelhos do Algarve e não só, é que depois não foi alterada a medida no concelho de Portimão. Eu só conheço uma, aqui fala em associações, portanto, se há mais do que uma. Ai é só uma afinal? Ah, ok, pronto, portanto é só uma então de Portimão. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, relativamente à moção do PCP e que hoje foi objeto de análise na Intermunicipal, obviamente que não houve qualquer impedimento no sentido da generalização desta proposta, mas há considerandos que se devem efetivamente aqui em Portimão que sugerem um sentido, uma orientação de voto, que eu passarei de facto a explicar sem pôr em causa naturalmente a ideia de que os bombeiros são o principal agente da proteção civil e são de facto digamos a entidade mais parecida, mais próxima das populações. Nós vamos vê-los nos socorros de pessoas, na defesa do património, na salvaguarda do ambiente, etc. por aí a fora. Portanto, não está efetivamente aqui em casa a honorabilidade da instituição nem das suas práticas. Portanto, esta argumentação dir-se-ia que é universalmente válida. Todavia, para Portimão importa observar que o município iniciou em 2014, um quadro de cooperação absolutamente exemplar e que digamos é visto de bom grado por diferentes municípios e porventura acabarão por seguir este modelo de cooperação. Portanto, nós temos um modelo de cooperação que em termos protocolares garante para funcionamento seiscentos mil e cem euros aos bombeiros. Garante cento e setenta e três mil e quinhentos euros para a operacionalização do dispositivo especial de combate a incêndios florestais, portanto, isto ao longo do ano e ainda cento e um mil e duzentos euros para equipas de intervenção permanente. Portanto, não se trata mais de observar o tratamento idêntico a uma IPSS ou a um clube desportivo.

-----Então, dir-se-ia que essa sustentabilidade financeira garante uma força de intervenção compatível com os riscos e a realidade local do nosso território ao nível das freguesias e é esta a circunstância que de facto nos leva a ponderar de forma excecional o nosso sentido de voto. Portanto, não está em causa o propósito generoso do PCP/PEV, não é, não está em causa, o que está em causa, é efetivamente aqui explicar, dar alguma argumentação a esta proposta do PC e justificar a razão do nosso não acompanhamento. Portanto, as dificuldades pontuais do sistema de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



emergência médica também estão garantidas, portanto, o socorro imediato é privilegiado, os bombeiros possuem todos os equipamentos de proteção individual e, enfim, a melhoria das condições laborais e de remodelação dos bombeiros está absolutamente assegurada. Portanto, se nos permitimos produzir estes argumentos, é porque efetivamente eles têm um eco na própria instituição, ou seja, nós estamos a fazer também eco daquilo que são os argumentos da instituição para efetivamente não acompanharmos a proposta do PC. Portanto, não há aqui nenhum sentido negativista em relação a essa proposta, mas dizer que ela no caso de Portimão é extemporânea. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Luís Filipe Custódio**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que estavam a falar em termos de voluntariado e de bombeiros, em termos de subsídios são sempre bem-vindos quando se trata de voluntariados, mas por aquilo que se apercebeu, se calhar os bombeiros de Portimão não são voluntários, mas sim municipais, portanto, se calhar deveriam mudar a sigla dos bombeiros de Portimão. Tenho dito, obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que é assim, fazendo fé no relatório do tribunal de contas sobre os bombeiros e os apoios municipais aos bombeiros, o município de Portimão é um município que patrocina ou dá apoios acima da média em relação à média do país dos restantes municípios. -----

-----A proposta que o PCP aqui nos traz não vem fundamentar exatamente para que é e especificamente qual é a necessidade de um apoio extraordinário. Assim sendo e achando que a corporação de bombeiros aqui de Portimão não sofrerá dos males que foram enunciados no congresso nacional dos bombeiros da liga de bombeiros portugueses. Nós não vamos acompanhar esta moção. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de recomendação – “Apoio extraordinário às Associações Humanitárias de Bombeiros do Algarve” - (subscrita pela bancada CDU(PCP/PEV)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	3	2	2	1	1	0	9
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	1	1



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTOS CONTRA	15	5	0	0	0	0	0	0	20
-----------------	----	---	---	---	---	---	---	---	----

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Proposta de Recomendação foi reprovada por maioria.** -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** informou que se seguia para apreciação o **ponto 3- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO** nos termos do artigo 25º nº. 2, alínea c) da Lei 75/13 de 12 de Setembro. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que gostava acima de tudo de referir na informação da senhora Presidente as intervenções que estão a fazer no parque escolar, e com isto dizer que no jardim de infância do Fojo estão a fazer neste momento uma intervenção, a escola do Malheiro também está a sofrer intervenção, escola dos Montes de Alvor já acabaram a intervenção que tinham a fazer, escola Professor José Buísel também já está totalmente acabada e na escola Major David Neto aumentaram o refeitório e fizeram uma intervenção na zona de recreio para as crianças. -----

-----Na escola Júdice Fialho, conforme já foi aqui também falado, temos estado em contacto com a diretora e com o subdiretor, estamos a fazer o levantamento e a elaboração do mapa de quantidades para lançarmos no mês de maio para vir à reunião de Câmara para lançarmos uma empreitada de recuperação daquela escola, embora vamos crer também fazer um projeto de ampliação para que possamos melhorar as condições da escola Júdice Fialho EB1. -----

-----Escola de Chão das Donas estamos também neste momento em concurso para o projeto, a escola EB1 de Alvor, que tanta falta também faz uma intervenção naquela escola, o projeto para a escola Manuel Teixeira Gomes e como já tinha sido falado também pela senhora Presidente, abrimos concurso também para o projeto da escola de Hotelaria e Turismo para o edifício da atual escola de Hotelaria e Turismo, que é para assim que vier para a Câmara Municipal estarmos em condições de começarmos aquela obra. De resto, meto-me à disposição dos senhores deputados senhora Presidente para responder às questões que tenham, alguma dúvida que possam solicitar. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu agradecendo os esclarecimentos que foram dados pelo senhor vereador Álvaro Bila, tinha aqui algumas questões.

-----Há aqui uma questão que vem ainda da Assembleia de fevereiro, uma ou duas e eu começava aqui pela questão do Barranco do Rodrigo, a hasta pública para a vinda do terreno do Barranco do



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Rodrigo. Foi aqui referido na Assembleia de fevereiro na primeira sessão ordinária deste ano, que o assunto estaria a ser melhor fundamentado do ponto de vista jurídico para vir aqui finalmente à Assembleia, mas nós ficamos sem saber quem é a jurista, parece que era uma jurista do sexo feminino de reputada notoriedade e competência que está a redigir o parecer jurídico para fundamentar essa hasta pública e, portanto, eu perguntava diretamente, porque está cá o senhor vereador Gambôa que eu presumo que saiba quem é a pessoa, que dissesse aqui a identidade dessa jurista para que nós saibamos, porque desde fevereiro estamos à espera dessa informação. Depois, uma questão também que vem de fevereiro, que é, a questão do parque canino do já célebre parque canino ali na quinta do Caraima. A senhora Presidente na primeira reunião da sessão ordinária de fevereiro, disse aqui nesta Assembleia, está gravado que iria ser reponderada a utilização do parque canino, porque havia a oposição de moradores da zona. -----

----- Na segunda reunião, em que a senhora Presidente não esteve, o senhor Vice-Presidente disse que afinal que ia ser ali e pasme-se no dia, creio que no dia 24 de abril, o parque foi, com oposição dos moradores o parque foi inaugurado pela senhora Presidente de Junta de Portimão e, portanto, eu pergunto porque é que não foi seguido aquilo que foi aqui dito pela senhora Presidente de Câmara, e qual foi a base da decisão de manter ali o parque, que segundo julgo saber sem licenciamento, porque creio que não houve emissão de qualquer licença para aquele projeto ser ali instalado e contra a vontade dos moradores. -----

----- Depois, a questão que também já tem aqui sido repetidamente colocada, da estrada 530-1 em dois locais. Primeiro local no Marachique em frente ao também já célebre Intermarché, aquilo, enfim, eu no outro dia estava a dizer a uma pessoa, há aqui pessoas que não se lembram, mas aquilo virou Tollan de Portimão, quem se lembra do Tollan, não é, há pessoas aqui menos novas que se lembram do Tollan, era uma atração em Lisboa ali em frente ao Terreiro do Paço. Bom, infelizmente temos aqui uma espécie de tolã também no Marachique em frente ao Intermarché. Não sei se o senhor vereador João Gambôa está a pensar cobrar entradas para as pessoas verem ali aquela bela obra que está ali e que, enfim, de duas em duas semanas mais ou menos vai abatendo o piso, enfim, ou se está à espera que haja ali uma desgraça, um acidente com aquela sinalização no mínimo improvisada e mal feita com pinos, com sinais de trânsito que caem, com baias às vezes mal colocadas, bom e, portanto, eu pergunto diretamente quando é que vão resolver o problema e quando é que vão responsabilizar o empreiteiro, e depois na questão também do troço entre o aeródromo e a Penina. -----

----- Foi aprovada na Assembleia de Freguesia de Alvor, creio que no dia 24, uma moção apresentada pela nossa coligação por unanimidade, que propõe uma coisa que já foi aqui sugerida



aqui há bastante tempo que era restringir a circulação de veículos pesados, nomeadamente mercadorias naquele troço, enquanto a alteração de perfil e de dimensão da via não for efetuada. E o que é facto, é que continua essa circulação de veículos pesados de mercadorias e de passageiros, eu passo ali todos os dias pelo menos duas vezes, enfim, e é raro o dia que não vejo ali riscos sérios de haver um acidente de viação, nomeadamente com veículos pesados. Portanto, a pergunta é, quando é que o município vai tomar essa decisão, sendo que a Assembleia de Freguesia de Alvor aprovou por unanimidade essa moção. -----

-----Depois, duas questões que são completamente diferentes. Uma questão é uma questão muito simples. Temos uma exposição que eu saúdo no museu municipal sobre o 25 de Abril, eu no dia 25 de Abril à tarde tentei ir ver a exposição com a minha filha, pasme-se o museu estava fechado. Bem sei que era feriado, mas neste país tirando o dia de Natal, o Primeiro de Maio e o dia de Ano Novo, normalmente aos feriados os museus já estão abertos em todo o país. Não percebi porquê. -----

-----Segunda questão, uma questão que tem sido falada por esse país fora infelizmente e temos noção e temos conhecimento de um projeto que está aqui a ser desenvolvido em Portimão com o centro de acolhimento dos sem-abrigo, vem aqui uma informação sobre esse assunto, aquilo que eu questionava era se o executivo consegue informar à Assembleia da evolução do número de sem-abrigos que têm sido atendidos e acolhidos, face nomeadamente ao período homólogo do ano passado. Porque é que eu pergunto isto? Porque infelizmente e é aquilo que tem sido referido ao longo dos últimos meses por esse país fora, tem havido infelizmente um aumento significativo das pessoas em condição de sem-abrigo e, portanto, colocava essa questão se tivessem esses números. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvor **Ivo Miguel Inácio Carvalho**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que faz uma pequena correção ao senhor deputado João Caetano, mas realmente houve uma proposta votada no passado dia 24 na Assembleia de Freguesia de Alvor, mas não foi votada por unanimidade a restrição da circulação. Portanto, houve uma correção à proposta apresentada e o que foi votado foi, precisamente sugerir uma avaliação pela rede viária do município se é viável ou não fechar, ou neste caso restringir à circulação de pesados. A proposta apresentada foi votada por unanimidade, sim senhor, com a alteração de dois pontos, o ponto D que falava em que, já agora se calhar é importante esclarecer, falava em que, ou remetia para que a Junta indagasse junto do município, portanto, e, neste caso o executivo não aceitou junto dos deputados municipais da bancada do PS que defenderam a proposta, porque isso é uma prioridade da Junta de Freguesia de Alvor, é reconhecida, portanto, não era a primeira vez que aquele assunto estava a ser debatido e o segundo ponto que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



foi alterado nessa mesma Assembleia foi precisamente, entendemos que não temos competência para validar a sugestão ou a proposta de encerrar aquela via, a viaturas de pesados, seja de pessoas, portanto, transportes coletivos ou de mercadorias, ou o que quer que seja e daí que se tenha alterado para que seja proposto ao município avaliar se a mesma é viável de ser ou não limitada na sua circulação. Portanto, era só fazer essa pequena correção para não haver mal-entendidos. Obrigada, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, eu vou-me focar em coisas mais globais e estratégicas e coisas que às vezes parece que à segunda-feira são uma coisa e à quarta são outra, mas o que costuma ser habitual à segunda, terça, quarta, quinta e sexta, quando marcamos é a ausência da senhora Presidente e eu vou continuar sempre a insistir, porque acho que o calendário é marcado em conjunto e hoje até vi, já sei que está na Suécia, nunca tinha visto e pesquisei bastante, uma nota de pesar do município a justificar a ausência da Presidente de Câmara, mas nunca tinha visto. Nunca tinha visto a dizer que está na Suécia ausente a presidir à Comissão NAT, mas para dizer que não está presente, mas seguramente quem está saberá responder. E eu ouvi com atenção as palavras do senhor Vice-Presidente e dizer que com tanto levantamento acredito que Portimão conseguirá erguer grandes muralhas e grandes coisas, mas reparei que há muito levantamento a ser feito, mas eu tinha aqui alguns pontos específicos. O primeiro é inevitável, sobre a habitação. Nós vimos uma Presidente de Câmara aqui enquanto Presidente de Câmara, validar uma política e uma estratégia de habitação local de determinada forma para o país enquanto Presidente dos autarcas socialistas, veio falar daquela teoria engraçada que o Partido Socialista tem do arrendamento coercivo e que sobrepõe-se à propriedade privada, ainda há dias assinámos o 25 de Abril e a minha primeira questão é de facto, qual é a estratégia do município, do executivo Socialista, se é a estratégia de Isilda Presidente de Câmara, ou de Isilda caixa de ressonância de António Costa. Porque dizer abertamente enquanto munícipe, sabendo as características de um distrito como o de Faro, dizer que arrendamento coercivo é um bocado lamentável nenhum algarvio se insurgir contra isto. Portanto, essa era a primeira, porque não entendo e consigo arranjar palavras diferentes. Isilda a dizer A e Isilda a dizer B, e eu pergunto senhor Vice-Presidente, como não é Isilda, qual é a voz do município? E espero que seja. -----

-----Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao senhor deputado que ele é sempre cordial, senhora Presidente, não Isilda, faça favor. Já ontem ouvi na comissão de inquérito Galamba, senhor Ministro. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer à Presidente da Assembleia que ela tem razão. Então sobre saúde, que esteve



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cá o senhor ministro, na atividade do governo mais próximo em que estiveram os senhores presidentes de todos os órgãos autárquicos locais, como vem explícito na lei e pergunto também, relativamente à maternidade, que foi questionado também em comissão parlamentar, qual foi a informação transmitida ao executivo Socialista sobre a estratégia a aplicar pelo ministro, senhor ministro Manuel Pizarro à senhora Presidente Isilda Gomes para poderem dizer que é uma questão pertinente, que nos preocupa a todos, porque a nível de dias de fecho, sabemos que, e o Partido Socialista acompanha pelo menos publicamente algumas declarações, que os dias de fecho em 2023 são mais que em 2022, em 2022 eram mais que em 2021 e pela média em 2024 se calhar correremos o risco de para nascer em Portimão tem que ser de outra forma diferente daquela que por exemplo eu pude nascer. -----

-----Um terceiro ponto sobre uma questão que é importante que o PSD subscreveu também que tem a ver com a videovigilância, policiamento e eu perguntava em termos de uma altura em que Portimão é muito procurado, é requisitado no bom sentido, e eu perguntava ao senhor vereador com o pelouro, qual é a articulação, qual é o dispositivo e como é que é feita esta medida como são disponibilizadas as imagens e se podia prestar algum esclarecimento a nível de cooperação entre entidades de segurança, município, como é que está a ser feito, porque não basta apenas instalar e depois ficarmos todos no vazio, até podem estar instaladas e como acontece alguns pontos do país infelizmente não terem nenhuma utilidade legal para alguma ação coerciva policial. -----

-----Um quarto ponto também de uma questão que ouvi a senhora Presidente de Câmara Isilda Gomes o ano passado falar sobre a época balnear de determinada forma e agora vi a senhora Presidente dos autarcas socialistas Isilda Gomes a 15 de abril dizer ao observador que sugere a alteração da época balnear. Naturalmente fico confuso, pedia ao senhor Vice-Presidente que nesta esquizofrenia política dissesse qual é a voz do município sobre se é a visão de 2022 em que Portimão consegue corresponder com tudo, ou se é a visão de 15 de abril de 2023, em que a chefe do executivo camarário de Portimão diz que a época balnear tem que ser alterada. E se sim, então de que forma e em que forma é que Portimão fica abrangido. E para já são, portanto, estes quatro pontos, é a habitação, a saúde, a questão da videovigilância e policiamento e a alteração da época balnear. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro **Miguel Peixinho Alambre Bila**, vou começar se calhar pelo parque canino, respondendo ao deputado João Caetano, sobre o Barranco do Rodrigo e depois já passarei ao meu colega vereador João Gambôa.

-----O parque canino, por ser se calhar o primeiro instalado em Portimão, tem gerado alguma controvérsia com alguns moradores. Não estávamos à espera de uma unanimidade. Qualquer coisa



que se faz nunca podemos estar a contar que todas as pessoas estejam de acordo. O que assumimos e o que a senhora Presidente assumiu também com a senhora Presidente de Junta, o parque foi aberto, durante três meses vai estar aberto, vamos avaliar, temos passado lá com a nossa fiscalização para ver como é que está que é para ver se conseguimos que aquilo continue aberto. Foi isso que a senhora Presidente disse já aqui também, que iríamos reavaliar para outro local, mas o parque estando montado, e se o parque for uma realidade até bem sucedida, por ser o primeiro as coisas não têm sido fáceis, mas, portanto, queremos que o parque seja uma realidade e que continue aberto e é isto que vamos tentar senhor deputado. Na estrada 531, ainda não tivemos conhecimento dessa moção, vamos avaliar a moção que foi entregue na Junta de Freguesia, o que lhe posso dizer é que o projeto está a ser terminado e é daquelas estradas que dentro deste mandato ainda queremos fazer uma nova entrada também que é mais do que merecida, desde a Penina até ao aeródromo de Alvor. -----

-----Do museu municipal, o facto de estar fechado na realidade até no dia da cidade está sempre aberto, no 25 de Abril também está aberto, mas com a falta de pessoal não dá para completar os horários todos e por isso no 25 de Abril estava fechado. -----

-----Os sem-abrigo, Portimão tem sido dos municípios que tem dado mais resposta aos sem-abrigo, e também se calhar é um destino de muita gente se encontrar cá. Posso-lhe dizer que temos o projeto LEGOS com o MAPS, está cheio, temos uma habitação para senhoras que está cheio e temos uma instalação temporária de sem-abrigo que todas as noites também tem estado cheio, senhor deputado. Mesmo assim temos conhecimento também nalgumas zonas e como é o caso até no jardim ao pé da PSP, que também temos lá um grupo e que é muito complicado conseguirmos os tirar de lá. Temos feito com a nossa ação social, o qual agradeço também o trabalho que tem realizado até nalgumas noites e com as associações, porque na realidade as nossas associações são um exemplo e também tenho que lhes agradecer por isto, porque há pessoas que aquilo é um modo de vida que criaram. Não, os números têm aumentado, não tenho aqui os números quantos é que aumentou, mas tem aumentado e isto é a olhos vistos que a nível do nosso município tem aumentado. -----

-----Passando agora à habitação senhor deputado. O que o município tem implementado, senhor deputado Carlos Martins, é a estratégia local de habitação e é essa que vamos querer levar em frente, e vamos querer levar por diante. Sabemos muito bem o arrendamento coercivo, em Portimão existem muitas segundas habitações, não é agora que vamos criar, qualquer pessoa agora vai ter que entregar a sua casa para o arrendamento coercivo, mas se calhar há muitas casas que estão abandonadas, ainda na última reunião de Câmara penso que falámos sobre isto, para taxarmos no



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



IMI para que possam também serem recuperadas. Temos esta realidade também em Portimão e vamos ter que fazer esse levantamento nas casas que estão muito degradadas, para que possamos também integrá-las até se calhar se pudermos dar este apoio para que sejam arrendadas e para que possam melhorar o nosso centro, que é mais no nosso centro da nossa cidade. -----

-----Quando o senhor ministro da saúde esteve cá. Todos nós sabemos que a maternidade fecha nalguns fins de semana, o que nos custa também um bocado e a mim então custa-me muito, porque não gosto de ver, e ainda por cima recebo uma mensagem dos bombeiros a dizerem, mais uma pessoa, mais uma paciente que tem que ir para Faro. O que o senhor ministro nos garantiu, é que a maternidade não é para fechar em Portimão, e quando tivermos mais médicos contratados, a maternidade estará aberta todos os fins de semana e é isso que todos pretendemos e acho que nisto todos os partidos estamos de acordo, não vai agora aqui o PSD, o PS, estamos todos de acordo que o que queremos é o melhor hospital e a melhor saúde para todos os portimonenses e não só para os portimonenses, para esta zona do Barlavento algarvio, porque vamos imaginar as pessoas então que vêm de Vila do Bispo, o trajeto que têm que fazer até Faro não tendo a maternidade de Portimão aberta. -----

-----A videovigilância está a funcionar em pleno, o equipamento foi entregue à PSP, os números que os senhores deputados leem na comunicação social são os mesmos que eu sei. Eu por pertencer ao executivo da Câmara Municipal não posso nem devo saber das imagens, qual é o trabalho que a PSP faz, o que tenho visto e todos os que vão à praia da Rocha já constataram, é que a praia da Rocha melhorou e muito desde que a videovigilância está em funcionamento. Vimos também na imprensa que já uma vez apanharam, fizeram três detenções, outra vez foram mais duas e mais uma detenção. Também acho que isto é fruto já da videovigilância. -----

-----Depois, a época balnear. A época balnear temos trabalhado sempre é com os nossos operadores e com a nossa Proteção Civil e a capitania do porto de Portimão. Sempre que nos é solicitado, a nossa equipa de mergulho com o apoio da Proteção Civil e a nossa equipa de mergulho dos bombeiros, enquanto a época balnear não se encontra aberta, metemos sempre essa equipa a trabalhar. Contudo, com os operadores e este ano já a partir do dia 1 de maio, tanto na praia da Rocha, como em Alvor, as praias vão já estar asseguradas com nadadores-salvadores, tem sido das diversas reuniões que temos feito e, portanto, a partir do dia 1 de maio, tanto na praia da Rocha, como em Alvor já vamos ter nadadores-salvadores. Tenho dito, senhora Presidente, ah! Passaria então a palavra se me é permitido ao meu colega, João Gambôa sobre o barranco do Rodrigo. ----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **João Gambôa**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que relativamente à estrada de Alvor, a



EMARP fez ali um relatório recentemente, pois tinha sido o requisito da EMARP um reforço da rede pluvial na sequência daquela obra. Não era uma obra para aquela obra, mas a EMARP aproveitou para fazer um reforço, existe uma questão técnica na tubagem nova que foi instalada, as notificações estão a ser feitas, a responsabilidade é do promotor, sabemos que isso tem um problema com o empreiteiro que fez a obra, mas isso é um problema que nos é em lei, que somos alheios, existem cações que suportam esses trabalhos e os procedimentos são os normais para este tipo de situação, queremos que resolvam o mais breve possível. -----

-----Relativamente ao Barranco do Rodrigo, depois de ter passado para reunião de Câmara, entendemos que devia haver aqui um reforço da justificação e da maneira como estava apresentado à hasta pública, que é um pouco atípica, não é uma hasta pública normal como quem lança ali o bar da lota. -----

-----Desde o início, a sociedade de advogados Abalada Matos Moraes Cardoso, deu todo o suporte a todas as peças para esta hasta pública e esperemos, e espero muito sinceramente que durante o mês de maio esteja este assunto tratado, passe para reunião de Câmara e depois seja submetido à senhora Presidente para vir à Assembleia e ser apresentado aos senhores deputados. Obrigado. --

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, começo logo com um ponto que nos preocupa a todos, penso eu, que é a seca extrema. Qual é o plano B? Digo para o concelho de Portimão e também para o Algarve, qual é o plano B? -----

-----O Bloco de Esquerda em 2019 e 2020 já trouxe aqui duas moções, uma com a dessanilizadora, reutilização das águas e até agora está igual, estamos iguais a 2019 e a 2020. Pergunto também se a antiga lota que foi a concurso se já foi atribuída concessão. Estive a ver também aqui a rotação de pessoal, vi que saíram quinze pessoas, entraram vinte e pergunto, ou questiono, se existe algum projeto de recrutamento inclusivo com parcerias com o IEPF para pessoas com deficiência motora e intelectual, porque vejo aqui muitos projetos, posso enumerar deles, Dypall, dezoito mil e novecentos euros, vejo outro projeto MyPolis, dezoito mil e trezentos, tenho outro projeto aqui da Dypall novamente, dezasseis mil e novecentos e um, projeto para ajudar estas pessoas e que às vezes falta só um bocadinho assim para entrar no mercado de trabalho e encontra-se em casa e muitas vezes sem qualquer nenhuma oportunidade. -----

-----Queria saber também, estive a ver aqui valores que foram atribuídos a algumas instituições e vou só falar aqui em três instituições que passaram, uns valores até muitas delas até mais do que um ajuste direto. Os oitenta mil euros foi dado à Marginália, ou à associação Marginália, os cento e quarenta e quatro mil para a igreja de Alvor e os sessenta e um mil para o CUNEO – SULARTE, associação cultural. Eu até desconhecia esta associação, sessenta e um mil euros. Gostaria de saber



porque é que este dinheiro foi distribuído e o que é que vão fazer, qual é o projeto que vão fazer com este dinheiro. -----

-----Vi também a parte financeira da Câmara, já vi que neste trimestre teve cerca de nove milhões a mais só neste trimestre, espero bem que abatam na dívida para conseguir baixar os impostos. -

-----Outra situação que tinha aqui é na rua do turismo, mais uma vez falo aqui na rua do turismo como falou e falou bem, vão receber aquela escola para fazer as escolas para o concelho, essa estrada está como vocês sabem está com o piso todo danificado e também questiono, aquele terreno que está lá ao lado da própria escola entre as vivendas e os prédios, se esse terreno pertence à Câmara e se podiam arranjar aquele terreno para fazer estacionamento que vai fazer falta ali e as pessoas já estão a reclamar sobre essa situação, estão com algum receio como já sofreram com a escola de hotelaria, com a escola pública do concelho vai ser muito mais difícil estacionamento e muitos carros ali a passar. Para já fico-me por aqui, ah! Desculpe lá já falaram aqui da habitação e do hospital de Portimão e aqui a habitação a única coisa que eu vejo é no papel. Já vi que à entrada ali do Vale de Lagar, ali junto ao campo da Torralta já tem lá um placar que estão a fazer a custos controlados, mas os custos controlados nem uma escavação vi. Na comunicação social já vi também muitas fotografias muito bonitas, tudo muito bonito, mas até agora nada só papel. Já fui ao Cabeço do Mocho, também não vi nada feito, só nos jornais a fazer propaganda e os cartazes afixados. Para já fico-me por aqui. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo da Conceição** **Leonor Mateus**, duas ou três questões muito concretas relevando a questão do Vice-Presidente, começar pelo parque escolar, penso que realmente era preciso ouvir feedback sobre essas coisas. Gostava de fazer aqui um conjunto de perguntas por coisas que têm vindo a ser ditas e prometidas e, portanto, gostaria de ter um *Update*, desculpe o estrangeirismo, mas fi-lo de propósito, peço desculpa pela minha liberdade de expressão. Gostávamos de ser informado sobre aquilo que foi indicado como o campus universitário de Portimão, portanto, o que é que houve de desenvolvimento, porque desconheço desenvolvimentos, gostava de saber qual foi o desenvolvimento do polo tecnológico, porque a última questão que ouvi e que trouxe à Assembleia que estavam à procura em Lisboa, quem por acaso podia ter interesse mantém-no, portanto, se continua essa procura ou se temos coisas concretas, tal como aqui exprimi em nome da bancada que considerava que faltava todas estas coisas serem alavancadas na ativação da sociedade civil e académica e do conhecimento local e que me foi dito claramente, senhor professor é assim mesmo, até hoje não vi nenhuma ativação, portanto gostava de saber qual é a ativação que está a ser feita para envolver as pessoas nesta estratégia tão importante para Portimão, cidade universitária que o é. Como repararam



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



falamos sempre só no parque escolar secundário, claro que sei que é uma atribuição, mas Portimão tem mil alunos universitários e, portanto, gostaria que estas coisas fossem mais do que ditas em jornais. -----

----- Gostaria de ressaltar também por alguma, digamos não ficaria bem comigo mesmo se não o ressaltasse, porque há uma diferença de prometer as coisas e de o fazer. Lembro que trouxe numa das assembleias a questão dos empreendedores de Portimão que estavam sem resposta, e queria saudar o senhor Vice-Presidente, porque já foi, já agiu, já indicou e, portanto, é isso que se espera numa Assembleia, é quando trazemos assuntos proponentes é que depois haja uma resposta concreta e daí estar a repetir das outras. Foram aqui coisas prometidas, portanto, ativação da sociedade civil, qual é o desenvolvimento do projeto do campus e do polo universitário. Disse. ----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que quanto ao campus se calhar passava já nesta respondendo, o campus ainda agora o senhor vereador João Gambôa respondeu, sem esta parte do terreno estar definida, já sabemos o que é que vamos dar à universidade e a universidade já está também a fazer para apresentar a candidatura, mas esta parte do terreno é uma parte importantíssima para que possamos na realidade ceder aquele terreno para o campus universitário e é isso que vamos querer.

----- Depois, o senhor deputado Pedro Mota, a seca extrema, realmente o plano hídrico de eficiência energética e temos um problema também, ainda ontem tive reunião com a APA e com a EMARP, que é a salinidade que vai para as nossas águas para tratamento. Gostávamos desde já de estar a tratar e de fazer as regas com água reaproveitada, neste momento estamos também com um projeto para a rega controlada, uma rega inteligente, mas a salinidade que vai para a nossa ETAR é tão grande que não podemos ainda aproveitar aquela água. A EMARP está a fazer um estudo para ver quanto é que vai custar conseguirmos para abrirem uma linha de financiamento para começarmos a mexer nas nossas condutas e falo em Portimão, zona ribeirinha e Alvor também e, portanto, é neste plano que estamos a tratar e é sem dúvida, o reaproveitamento da água é importantíssimo. Que não podemos estar com uma escassez de água que temos a regar com água potável água de todos que precisamos para consumir e, portanto, temos estado a trabalhar em conjunto com as águas do Algarve também, neste momento com a associação de regantes, temos dois furos da EMARP a funcionar, porque senão os nossos pomares ali na zona da Penina a vinha, nada disto já podia ser regado, temos dois furos ativados, mas só foram ativados a pedido da APA também, porque só podemos fazer estas coisas quando há o acompanhamento da APA e quando há aprovação da APA. Não podemos agora só porque achamos que queremos ajudar, que possamos ligá-los. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Depois, falou na antiga lota, o concurso já foi feito, julgo que vem agora à próxima reunião o contrato e, portanto, depois é o novo quem ganhou o concurso e ficou por sessenta mil euros, sessenta mil euros mais IVA senhor deputado. -----

-----Depois, não sei se percebi bem a nível do mercado de trabalho para pessoas com deficiência. O problema também é os concursos que essas pessoas têm que concorrer, como é óbvio estamos disponíveis para ajudar, temos algumas pessoas também a trabalhar já connosco nessas condições e poderíamos pôr muito mais, mas estas pessoas também têm que se candidatar e têm que fazer à mesma os concursos senhor deputado. Com o Instituto de Emprego trabalhamos muito com essas pessoas e, portanto, aceitamos sempre que venham trabalhar para a autarquia, neste caso com os CEI, mas de resto poderem também entrar nos concursos, estamos disponíveis para que fiquem cá.

-----Este ano do Marginália e quer na CUNEO, o que fizemos foi para não fazermos depois protocolos esporádicos ação a ação. O que quisemos fazer, foi para o ano todo comemorações do 25 de Abril. O simpósio do CUNEO foi quem já em anos transatos fez aquelas estatuetas todas que estão na zona ribeirinha, portanto, a associação é a mesma e, portanto, são simpósios que vão fazer em Portimão e que vamos realizar nas comemorações do 25 de Abril durante também este ano todo.

-----Do Marginália são cinco décadas e que vão fazer, os concertos são em cinco dias e, portanto, é isto que vamos também fazer, mas é também para o ano todo, o projeto que vai ser feito é para o ano todo e por isso é que aparece aí logo esse valor todo, em vez de estarmos a fazer ação a ação, não, foi aprovado com a senhora vereadora e com os técnicos para tudo o que queremos fazer durante as comemorações do 25 de Abril. -----

-----Rua do turismo, o terreno não é nosso, o terreno que está ao lado e a estrada também o senhor deputado já tinha falado na anterior reunião e vamos também ver as acessibilidades, porque como é um facto, vai ser com muito mais afluência naquela zona quando abirmos ali uma escola e, portanto, já estamos a estudar esse assunto, as acessibilidades. De resto tenho dito, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que desejava fazer para já duas primeiras perguntas ao executivo pela pessoa do senhor Vice-Presidente. -----

-----Chegou-me às mãos há dez dias o relatório de monitorização mensal da SAN-Bus Vai e Vem datado de novembro de 2022, o qual agradeço à senhora Presidente de me ter feito de ponte. Eu agradeço. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Constatado esse relatório de novembro de 2022, portanto, já lá vão quatro cinco meses, constato que há impropriedades. Faltam quatro colaboradores, a rede de vendas, ou seja, postos de venda são dois, quando o contrato dizia que seriam cinco, há falta de um horário. -----

-----Depois, dizem-me aqui várias um e outros dois. Gostaria de saber da parte do executivo, se essas lacunas já estão preenchidas. Essa foi a primeira pergunta. -----

-----A segunda, tem um bocadinho complexa, sobre o complexo desportivo da Mexilhoeira Grande, mais propriamente nas piscinas. Qual foi o verdadeiro motivo que elas estiveram encerradas, não as piscinas, mas os seus balneários durante um certo período. Gostaria que esta Assembleia tivesse conhecimento. E por agora fico-me. Obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo da Conceição Leonor Mateus**, aqui na sequência da resposta do executivo no senhor Vice-Presidente e relativamente até aqui à questão das águas, portanto, queria só dar a nota e também aqui se me permite a senhora Presidente da Assembleia Municipal, pedia-lhe um segundinho de atenção só dar a nota do seguinte. Quando estiveram cá os quarenta especialistas destes assuntos que a Câmara apoiou e que agradeço enquanto responsável do NBS Hub Portugal, o assunto foi amplamente debatido e visto, porque eles tinham os desafios que o senhor Vice-Presidente sabe exatamente aqui de Portimão. Portanto, queria chamar a atenção também das palavras da senhora Presidente da Assembleia que considerava que era importante fazermos uma Assembleia temática, eu tenho deixado nas suas palavras essa convocação, só queria dizer realmente muito rápido que esse assunto foi debatido, os experts estão alerta e têm soluções e, portanto, essa rede pode ser ativada especialmente e o SciN mediterrâneo que é a malga da pessoa que cá esteve é especialista dessas áreas e ficou muito motivado por cá estar e de continuar a colaborar. Portanto, queria deixar ao município que apoiou a iniciativa e à Assembleia de podermos fazer uma Assembleia temática sobre as soluções baseadas de natureza para se apoiarem nesta rede, porque eles têm isto instalado e visto no mundo todo, portanto, não precisamos de inventar a roda, vamos ver, temos o conhecimento de quem sabe, deixo isto em aberto, porque o município foi a razão deles cá estarem também. Ok? Pronto. Disse. -----

Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer em primeiro lugar que queria lamentar mais uma vez a não presença da senhora Presidente de Câmara, Dra. Isilda Gomes nesta Assembleia Municipal, fazendo aqui a sua apresentação escrita e não está cá para responder àquilo que os deputados lhe têm a fazer, porque ela é que faz a informação escrita. É habitual, é lamentável,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



provavelmente se aqui nesta noite tivesse algum evento televisivo, enfim, onde a senhora pudesse estar, talvez a senhora estivesse presente nesta Assembleia. Como não está, não pode. -----

-----Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao senhor deputado que a senhora Presidente não está presente, ela não pode defender-se. Não, não, eu aceito que faça os juízos de valor que entender, mas também tem que aceitar que não podendo estar presente, era bom que, portanto, fosse só sintético o facto de não estar presente. Agora, está num cargo público, não está de férias, não está num paraíso e, portanto, isso tem que ser respeitado também e, portanto, não estando presente, estando nas próximas sessões, eventualmente, nessa altura teria a oportunidade e eu dar-lhe-ia a palavra para fazer essa intervenção. Não estando presente, deixo o senhor Vice-Presidente numa posição e agora o que é que vai dizer, não é? Ou então... Portanto, fica registado o seu desagrado, mas em relação a esses juízos de valor, gostaria que a pessoa estivesse presente para se poder defender. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, sim claro e na próxima sessão, aliás, já no outro mandato eu tinha feito para a senhora contabilizar as vezes que não esteve presente. A senhora dizia que ia fazer essa contabilização e ainda estou à espera. Bom, isto é só para lembrar o passado e já agora que estamos aqui a falar na saúde, e quando ela estiver presente faço-lhe precisamente a mesma coisa, gosto de fazer as coisas cara a cara, mas gosto de lamentar quando não estava. -----

-----Depois, dizer e lembrar que na questão da saúde, lembrar os senhores deputados, o executivo, alguns já cá não estão, mas uns com umas funções, a Isabel Guerreiro com outra, nesta altura gostava de dizer que em relação a essa matéria, era o Partido Social Democrata governo, quando os senhores fizeram um cordão à volta do hospital pelo facto de se anunciar que a maternidade ia fechar. Portanto, eu penso e convido os senhores deputados, principalmente do Partido Socialista que lá estavam todos, se quiserem mostro a fotografia, se já não se recordarem, os senhores vereadores, a senhora Presidente muito satisfeita a fazer esse cordão agora, pelo facto da maternidade continuamente estar fechada aos fins de semana, aqui, acolá, portanto, é de lamentar e, portanto, é a altura dos senhores promoverem isso talvez com essa promoção o povo, os portimonenses, as grávidas, aderissem e o Ministro talvez tivesse mais cuidado em dizer que resolve, mas nunca resolve. -----

-----Depois, perguntar ao senhor Vice-Presidente como é que estamos com o novo cemitério. Eu estou nesta Assembleia há anos e anos e sempre nos orçamentos da Câmara aparece o novo cemitério. Como é que está, está em fase de construção, vai ser concluído neste mandato ou passará mais uma vez para outro mandato. Depois, perguntar ao senhor Vice-Presidente quais são



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



os montantes e os projetos que a Câmara tem em vista no aproveitamento dos PRR. Portanto, é projetos, portanto, é dinheiro que existe, que era fácil a Câmara, penso eu, orientar, portanto, projetos novos em relação a essa questão que todos os dias nós ouvimos falar nos jornais e nas televisões. Tenho dito. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor deputado, só uma clarificação. Eu não tinha funções nenhuma quando foi essa questão, não tinha funções políticas nenhuma. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, provavelmente não, não sei. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não é provavelmente, não tinha. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, podia não ter senhora Presidente, mas estava lá como cidadã. Não esteve, não é? -----

Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não estive e, portanto, não tinha funções nenhuma, a única que fazia era a de cidadã portimonense e que exercia os meus direitos. Portanto, eu só quero deixar essa clarificação, se estivesse assumia que tinha estado, mas não estive e, portanto, nem interpus qualquer providência cautelar, nem como advogada tive qualquer intervenção. Queria deixar isso claro. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, eu como sabe tive responsabilidade naquele hospital, não é? -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que sabe. Eu sei que teve enquanto administrador. Eu estou a dizer em relação, por uma questão de transparência, se tivesse estado estaria, mas não estive e não exerci qualquer função política na altura. Era só para deixar essa clarificação. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, eu queria pedir ao senhor Vice-Presidente que me explicasse uma discrepância que eu encontrei na informação da senhora Presidente na página quarenta e nove, no tema do voluntariado o ponto dois ponto cinco ponto três ponto dois ponto um, que refere que este prémio que foi atribuído na quarta edição, na quarta edição dos prémios foram atribuídos dois prémios próprios de ordenado para categorias singulares e coletivas, dois prémios para o secundário para categorias singular e coletiva e que vou ler rapidamente. «Em conformidade com o ponto dois do artigo quarto do regulamento, as candidaturas apresentadas a concurso da categoria individual obtiveram



classificação desfavorável, não tendo sido atribuído por parte do júri qualquer prémio nesta categoria». Portanto, isto vai contra, é o oposto daquilo que se refere na informação da senhora Presidente. Portanto, gostaria que me explicasse isso e já agora se fosse possível que nos falasse para quando é que o município prevê a instalação da pista de atletismo, o cemitério já aqui foi perguntado, mas lembrar assim que havia algumas coisas importantíssimas que o município desde 2017 diz que está e que vai, que vamos ter de certeza, nomeadamente a pista de atletismo, o corredor verde, a requalificação do jardim Gil Eanes, etc. e, portanto, são alguns dos pontos, como não tenho mais tempo ficam estes e agradeço que me responda. Obrigada, tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, em primeiro lugar, agradecer ao senhor deputado Américo Mateus pelos contributos que deu tanto nessa sessão, como os contributos que vão ficar para o futuro e para podermos partilhar, muito importantes que vão ser para a cidade. -----

----- Para o senhor deputado Mário Espinha, sobre o Vai e Vem, depois passarei ao meu colega, José Cardoso, sobre o complexo desportivo da Mexilhoeira, ainda a semana passada estive lá, e tivemos, se tem ido ao complexo desportivo da Mexilhoeira, tem visto que os balneários têm estado com falta de manutenção já há muito tempo, até nos chuveiros que já estavam quase todos avariados os defletómetros não funcionavam. O que temos estado a fazer é a manutenção, e aquele complexo levou também painéis fotovoltaicos, e com os painéis fotovoltaicos a água nunca passa acima dos trinta graus e, portanto, foi posto um equipamento novo, fomos aconselhados e vamos ter que pôr nas piscinas todas para que a água em diversas ocasiões possa aquecer mais por causa da Legionella, para que se possa matar a Legionella e tem que ser aumentada a mais de trinta graus. Foi a explicação técnica da empresa que nos está a acompanhar e por isso ainda na semana passada estive lá, porque da parte do canalizador, quando foi feito, aquilo tem uma marca específica naquelas torneiras e ainda não vieram, ainda não foram entregues. Se estive lá a semana passada, os balneários ainda continuam fechados, e enquanto não tivermos tudo a funcionar, não vamos abrir os balneários e, portanto, esta é a explicação que tem que haver e é isto que queremos fazer, é na realidade, a manutenção tem que ser... todos os equipamentos que são muito utilizados a manutenção tem que ser feita com uma maior frequência. Não tendo canalizadores temos de contratar fora. Contratar fora tem todo este tempo que vai levar e todos estes problemas que nos levantam. -----

----- Depois, o senhor deputado Natalino perguntou sobre o cemitério, que também vou passar ao meu colega, João Gambôa, mas, no entanto, também lhe quero dizer que era uma preocupação minha até quando estava também como Presidente de Junta, mas neste momento com a aquisição



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que a autarquia fez de um terreno para aumentar, tanto ao nível de ossários, como também uma parte que dá para campas também e isto já deu aqui algum fôlego, mas, no entanto, queremos fazer o cemitério novo e o senhor vereador João Gambôa já lhe dará essas informações do que é que está a ser realizado. -----

-----Do PRR, temos já um projeto logo para a habitação, temos para a eficiência energética, para a mobilidade e vamos querer também fazer uma candidatura para a modernização tecnológica dos nossos teatros e, portanto, é nestas quatro vertentes que já estamos a trabalhar.-----

-----Quanto à senhora deputada Cristina Velha, das questões que colocou, hoje não tenho aqui a minha colega, já mandei uma mensagem para a nossa diretora a ver se consigo perceber aqui dentro dos prémios, para lhe dar essa informação. Passaria então agora ao senhor vereador José Cardoso para falar do Vai e Vem. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, para dizer que relativamente ao contrato de concessão do serviço de transporte público de passageiros que entrou em vigor em agosto de 2022, dizer que o município está e vai fiscalizá-lo e verificar o cumprimento das suas cláusulas com toda a veemência, dizer que, eu não sei o que é que diz o relatório mensal de novembro, dizer que o operador neste momento já está a entregar todos os relatórios mensais de monitorização mensal mensalmente até à data de hoje, portanto, já temos em nossa posse todos esses relatórios mensais, mas sei que o contrato prevê se não me engano cinco postos de venda e neste momento existem sete postos de venda no município, eu vou dizer mais ou menos de cabeça que não tenho aqui a informação, mas temos no largo do Dique, na Junta de Freguesia de Portimão, numa pastelaria junto ao mercado, no Aqua, noutra ponto de venda em Portimão, temos um em Alvor, não é na Junta de Freguesia é numa papelaria em Alvor e temos outro ponto de venda na Mexilhoeira Grande. Portanto, nessa componente o contrato está a ser cumprido, e todas as outras componentes também daquilo que temos analisado o contrato está a ser cumprido, mas estamos a monitorizá-lo com cuidado. Obrigado. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **João Vasco Gambôa**, relativamente ao novo cemitério de Portimão, posso-lhe dizer que o projeto está feito. Acontece é que estamos nesta fase, está feito e com todos os pareceres de entidades que o cemitério envolve com pareceres favoráveis. Neste momento, estamos em fase de adjudicação, também um procedimento que é necessário a este tipo de projetos e com esta dimensão, que é a revisão do projeto, que é algo que também é um processo célere. No entanto, o cemitério está dentro do plano de pormenor da Quinta do Malheiro, que tem também um processo administrativo algo complexo do ponto de vista de registos, uma vez que tem doze, treze proprietários envolvidos na



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



perequação, quando se reuniu agora a documentação alguns já tinham passado para herdeiros, já havia falecidos, havia heranças, tudo isto requer uma atualização dos próprios proprietários. Temos ainda um proprietário que está a levantar algumas questões, mas vamos conseguir resolver por via da negociação ou pela execução do plano, não será por aí. De qualquer das formas, o que lhe posso dizer é que este ano será lançada a empreitada das infraestruturas do cemitério, o que quer dizer que as infraestruturas do plano de pormenor que envolve o cemitério e consequentemente o projeto, como também está pronto, será lançada esta empreitada, seguramente está previsto, está previsto no orçamento, conseguimos lançar essa empreitada, ou essas duas, será uma ainda este ano. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer à deputada Cristina Velha que a atualização está feita pelo facto de não ter sido dito e, portanto, se houvesse concurso, ou se houvesse alguma informação... Portanto, é uma maratona como o senhor Vice-Presidente disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, para dizer que tinha só cinco questões para colocar ao senhor Vice-Presidente. A primeira é relacionada com o CRO, se o prazo de construção irá ser cumprido e o orçamento que foi apresentado se irá também ser cumprido na construção do CRO. A segunda questão, é em relação a algo que já foi prometido há um ano, que é o provedor do animal, se já existe figura, se já existe a pessoa que irá ocupar o cargo e quando é que irá ser, se será neste mandato ainda, se será no próximo. -----

----- Terceira questão, é relacionada com limpeza no concelho, não sei se o executivo tem conhecimento de algo que se está a passar na zona do Monte Judeu, diariamente são descarregados contentores de entulho e está a começar a acontecer também noutras zonas do concelho, na Mexilhoeira Grande não sei se o senhor Presidente tem conhecimento, penso que tenha. Sim, já foi, é verdade, aquilo levou dois ou três dias a ser limpo, mas está a acontecer recorrentemente também, o pior é o do Monte Judeu, que chega a estar lá muito tempo. Gostaria também de questionar acerca do abrigo, que falou há pouco dos sem-abrigo, se o abrigo temporário será para manter ao longo do ano e se já foi feita alguma diligência junto da Santa Casa da Misericórdia, de modo a manter as instalações, e por fim, um aparte, gostaria de congratular o executivo da Junta de Freguesia na presença da senhora Presidente e também da Câmara Municipal, o senhor Vice-Presidente, pelo entendimento relativamente à abertura do parque canino que bastante nos satisfaz, que foi inaugurado no dia 24 deste mês. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que gostaria que lhe respondesse à questão da habitação, quando é que vão



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



começar, quando saem do papel e vão para a ação, e também dos cento e quarenta e quatro mil euros que vão para a igreja de Alvor, gostaria de saber o que é que vai ser esses valores. Queria que me respondessem a isto. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que vai ser breve também que o tempo já está escasso. Eu ouvi com atenção a resposta do senhor vereador João Gambôa sobre o cemitério, fiquei com uma dúvida que pretendia que me esclarecesse. Não o ouvi falar sobre o litígio que foi aqui amplamente debatido que existia com um dos proprietários e, portanto, gostava que dissesse à Assembleia se esse litígio está ultrapassado ou se ainda está pendente em tribunal. Depois, duas questões. Falou-se aqui um bocadinho *En passant* sobre a questão do 25 de Abril, das comemorações do quinquagésimo aniversário, e eu perguntava diretamente, por que motivo é que os contributos que foram dados pela comissão que foi organizada no seio da Assembleia, não foram acolhidos pelo executivo. Foram manifestamente afastados e digo contributos de todas as forças políticas, inclusive do PS, e é um assunto que eu gostava que fosse aqui explicado. Finalmente, a questão sobre a data previsível para a abertura ao trânsito daquela rua que está a ser construída entre o largo do Dique e o jardim Primeiro de Dezembro. Se podem garantir aqui, nomeadamente que a rua vai estar transitável antes do início do verão, portanto, antes do início de junho, ou meados de julho. Disse. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto ao deputado César Valente, o prazo para o CRO já foi concedido, porque já pediram a prorrogação do prazo e, portanto, o prazo não vai ser cumprido, agora acho que dentro deste tempo que pediram acho que vão cumprir, porque a obra até está a andar bem e, portanto, espero que corra tudo dentro da normalidade. Quanto ao valor também não tenho ainda nada de alterações. -----

-----O provedor do animal já temos nome e já disse na Assembleia passada que quando tivéssemos o CRO para ser inaugurado, vamos apresentar também ao provedor do animal. -----
A limpeza no concelho é mais o entulho, na realidade até naquelas zonas também nas estradas ali junto ao Morgado, isto com a ALGAR não receberem entulho e o entulho agora tem que ser entregue em Estômbar, é o sítio mais perto para que se possa entregar entulho, isto veio fazer com que quem quer vai jogando, vai tentando, vai passando pelas pingas da chuva e vai pondo onde é que pensa que não há ninguém, já temos várias fotografias também tiradas que foram enviadas para os serviços, para que possamos autuar com matrículas, mas não vai ser fácil e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



depois vamos ter que nós andarmos a limpar, porque senão na realidade vamos ficar com entulho espalhado pelo município todo. -----

----- O abrigo temporário é mesmo isso, o abrigo temporário é por mais um mês e depois é para fechar, mas se for necessário também... só que dizem os nossos técnicos que depois no verão eles com muito menos afluência vão para o abrigo, mas o abrigo com a Santa Casa da Misericórdia julgo que não é difícil de negociarmos e também com quem cuida do abrigo, também se for necessário a senhora vereadora depois fará essas diligências para que o abrigo possa estar aberto mais tempo, mas neste momento não vemos essa necessidade. -----

----- Senhor deputado Pedro Mota, os custos controlados vão ter que começar até julho a obra em Vale Lagar, deste ano senhor deputado, também espero bem que a obra comece já com muita falta que fazem também, já recebemos as candidaturas para as pessoas que querem ficar com as casas a custos controlados e, portanto, este assunto também até julho penso que esta é uma boa notícia que têm que começar. -----

----- Cemitério vou passar ao meu colega. Os contributos, senhor deputado João Caetano, não tenho essa nota que não tivessem sido aceites os contributos que foram dados e, portanto, vou também perguntar depois à minha colega que já estará cá na próxima semana para vermos na realidade os contributos que foram recebidos e quais é que não foram ainda postos no programa, mas o programa é para o ano todo e, portanto, vou aguardar. -----

----- Quanto ao prazo da obra, estamos a fazer todos os possíveis para que a obra seja terminada até antes do prazo. É isso que queremos. O prazo é no mês de agosto, senhor deputado, julgo que sim, final de julho, mês de agosto. Final de julho é por ali, o prazo, não tenho agora aqui presente, mas o prazo da obra para ser terminada senhor deputado, está lá, não é, mas esperamos que a obra possa ser terminada antes, até para que o senhor deputado depois venha-nos dar os parabéns que a obra correu bem e que foi terminada dentro do prazo, é isso que eu espero e, portanto, fico à espera que na próxima, na próxima não, mas numa Assembleia futura que o senhor deputado dê os parabéns ao executivo, porque aquela obra correu muito bem, mas pronto. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **João Vasco Gambôa**, para dizer que não se estendeu na sua anterior intervenção sobre o assunto. Realmente existe um proprietário, uma empresa que é proprietária de uma das parcelas envolvidas no plano de pormenor intentou uma providência cautelar que não teve, não sei qual é o termo certo, não teve seguimento, ou não foi aceite pelo tribunal. Neste momento, com o registo dos alvarás que estão dentro do plano mais o contrato de obras de urbanização e o regulamento do fundo de



compensação que decorre do plano quando esses instrumentos passarem todos pela Câmara Municipal juntamente com um pedido de avaliação da propriedade do senhor que também fizemos questão de pedir. Teremos todos os instrumentos para tomar uma decisão relativamente à postura deste proprietário. Não me parece que ele, temos trocado alguns contactos com a sociedade de advogados que representa aquela empresa, aquela sociedade, não me parece que esteja na disposição de voltar atrás, está na disposição de negociar, há duas hipóteses, ou uma negociação diria pacífica, ou então execução do plano e a expropriação por via da execução do plano e é isso que está em causa. Obrigado. -----

-----Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que é rápido, é telegráfico. O senhor vereador João Gambôa entre várias qualidades que tem, tem a qualidade de nas respostas que dá sugerir sempre novas perguntas, porque as respostas são sempre incompletas. Portanto, é uma qualidade que o senhor tem. O senhor esqueceu-se de referir aí, mas eu admito que tenha sido um esquecimento involuntário, que apesar da providência cautelar não ter tido provimento, há uma ação principal a correr contra a Câmara proposta por essa sociedade que visa a suspensão do plano e até o senhor já disse aqui numa reunião da Assembleia creio que no mandato anterior que a Câmara estava receosa de executar o plano, porque se eventualmente essa ação viesse a ter provimento, depois iríamos ter ali um problema muito bocado para resolver. Portanto, eu pergunto-lhe e volto a fazer a pergunta novamente que fiz anteriormente que o senhor respondeu na medida em que quis responder, se esse litígio está ultrapassado ou se essa ação continua por decidir.-----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que desconhecem esse litígio. Desconhecemos senhor deputado. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que desconhecem, portanto, isso será clarificado, provavelmente, é assim, ou entrou a providência cautelar e não entrou a ação principal, ou se a providência cautelar... ---

-----Senhor deputado, eu não permito esse tipo de intervenção. Pedeu um esclarecimento, o senhor Vice-Presidente e o senhor vereador desconhecem, não dizem que não existe e, portanto, farão essa clarificação e essa informação. Não é preciso trazer o processo. Isso o número do processo, os serviços jurídicos têm conhecimento do processo, obviamente. Não está aí, porque não estão aí todos os processos, estão os processos de 2022/2023. Nós sabemos como é que os



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



tribunais administrativos e fiscais funcionam, portanto, se entrou em dezassete, ou dezoito, ou dezanove e ainda não foi julgado não consta aí. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, só para responder ao senhor Vice-Presidente muito rapidamente em relação à questão da ALGAR não estar a receber entulho, gostaria de questionar se existe disponibilidade do município para criar algo que existe, posso dar o exemplo de Leiria, que já leva dezassete parques de resíduos a funcionar, o último abriu dia 24 deste mês, reduziram quase em meio milhão de toneladas os resíduos que andaram a recolher na rua, porque os municípios estão a ir levá-los a esses parques. Disse. -----

-----Interveio o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que irão avaliar com a EMARP. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que o senhor Vice-Presidente transmitiu que vai avaliar essa situação com a EMARP. -----

-----Não havendo mais intervenções e esgotado o tempo regimental previsto para esta sessão, quando eram zero horas e oito minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 1.ª reunião desta 2.ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e três, realizada no dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três, e desde logo ficou agendada a continuação dos trabalhos para o dia cinco de maio, no mesmo horário e local. -----

-----2.ª Reunião da 2.ª Sessão Ordinária de 2023 – 1.º Mandato 2021-2025

----- Reunião de 5 maio de 2023 -----

-----Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Sheila Gassin Tomé**, Segunda Secretária da Mesa. -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Cristiano Damaso Malha Gregório	Partido Socialista
José Luís Mateus Barbudo	Partido Socialista
Alzira Maria Maças Calha	Partido Socialista
António Alves Alferes Pereira	Partido Socialista
Dário José Pereira dos Reis	Partido Socialista
Filipe Santos Secretário da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Ivo Miguel Inácio Carvalho Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Cristina Maria de Sousa Velha	Partido Social Democrata
Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Luis Filipe Lourenço Alves Custódio	CHEGA
Patrícia Alexandra Gonçalves Ferro	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



César Rodrigo Simões Valente

PAN

----- Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78.º e 79.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOMES DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Pedro Jorge Moreira	1	05/05/2023	Cristiano Damaso Malha Gregório
PS	Carlos Alberto G.G. Café	1	05/05/2023	José Luis Mateus Barbudo
PS	Marina de Carvalho Esteves	1	05/05/2023	Alzira Maria Maças Calha
PS	Rui Miguel da Silva Algarve	1	05/05/2023	João Pedro Marreiros Rosa
PS	João Pedro Marreiros Rosa	1	05/05/2023	Paulo Jorge Riscado
PS	Paulo Jorge Riscado	1	05/05/2023	Maria de Lurdes S. Reis
PS	Maria de Lurdes S. Reis	1	05/05/2023	António Alves Pereira
PS	Carlos Alberto Osório	1	05/05/2023	Dário José Pereira Reis
CHEGA	Paulo Jorge N. Canha	1	05/05/2023	Patrícia Alexandra G. Ferro
PAN	Daniela Duarte	1	05/05/2023	Ricardo Nuno Cândido
PAN	Ricardo Nuno Cândido	1	05/05/2023	César Rodrigo Valente
BE	Marco Pereira	6 meses	20/04/2023 A 20/10/2023	Marilu Santana

----- Apresentaram pedido de representação, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, os seguintes membros: -----

Força política	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Maria da Luz Santana Nunes	1 Dia	05/05/2023	Filipe Santos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo:

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
José Pedro Cardoso	Vereador – Partido Socialista
João Vasco da Glória Rosado Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA
Ana Maria Chapeleiro Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador - Coligação “Portimão Mais Feliz”

-----Por parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não estiveram presentes: -----

Isilda Maria Prazeres dos Santos V. Gomes	Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista

-----Quando eram vinte e uma horas e onze minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **2.ª reunião da 2.ª Sessão Ordinária de 2023**, cumprimentando todos os presentes, e dizer que dada esta explicação inicial tem... eu não sei se é da idade, se o que é que se passa, nós temos os nossos obituários cada vez mais frequentes, e eu gostaria hoje de pedir um voto de pesar por uma senhora excecional que faleceu, a professora Paula Teixeira, diretora do agrupamento de escolas Júdice Fialho, que foi uma mulher combatida, uma mulher extraordinária, que sempre respeitada entre os seus pares, que teve sempre uma dedicação inexcelável à escola e ao projeto educativo do nosso município, que era também corporizado no agrupamento de escolas Júdice Fialho. É uma perda irreparável para aquilo que eu considero a escola pública e para os portimonenses, e por esse facto pela característica da personalidade, da forma como ela combateu até ao fim aquela doença terrível, queria deixar aqui e pedir um voto de pesar de um minuto de silêncio desta Assembleia Municipal.

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o ponto **4.a)** Apreciação e Votação dos documentos de prestação de contas individuais, relativos ao exercício económico de 2022 e proposta de aplicação de resultados nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº241/23**. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o ano 2022 ficou caracterizado principalmente pelos seguintes acontecimentos: -----

- Em 5 de janeiro, a Câmara Municipal de Portimão deliberou prolongar as medidas excecionais temporárias em resposta ao Covid-19 até 31 de março; -----
- A 7 de janeiro de 2022, a Assembleia Municipal de Portimão, aprovou a autorização de contrato concessão do serviço público de transportes de passageiros; -----
- A 24 de fevereiro de 2022, a Rússia deu início à guerra na Ucrânia; -----
- Em 4 de março de 2022, a Câmara Municipal de Portimão aprovou o mapa de fluxos de caixa a 31 de dezembro de 2021 e a primeira alteração/modificação do orçamento da receita e da despesa e grandes opções do plano para o quinquénio 2022/2026; -----
- Saldo de execução orçamental de 2021 foi integrado nos orçamentos da receita e da despesa.

Em termos resumidos, o exercício económico e financeiro de 2022, ficou ainda caracterizado pelos seguintes pontos positivos: -----

- Saldo de execução orçamental 2022 na ordem dos trinta e três milhões de euros; -----
- Pouca expressão de cabimentos e compromissos e faturas referentes a anos anteriores; -----
- Excelente taxa de execução orçamental na receita de cento e catorze ponto cinco por cento; ---
- Execução orçamental na despesa de setenta e oito ponto três por cento; -----
- O montante de compromissos assumidos e não pagos na ordem dos treze ponto nove milhões de euros; -----
- Inexistência de pagamentos em atraso; -----
- A redução do excesso de endividamento municipal é onze ponto sete milhões de euros, face ao ano anterior; -----
- O excesso de endividamento municipal fica em quinze ponto oito milhões de euros. -----

O resultado líquido do exercício cifrou-se em vinte e dois ponto 8 milhões de euros e a redução de financiamentos obtidos a médio e longo prazo foi na ordem dos catorze ponto três milhões de euros. Senhora Presidente, fico à disposição então para as perguntas. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que nesta deliberação teria a dizer: No exercício económico de 2022, o Partido Chega com um propósito abnegado, acérrimo e muito ativo, apresentou variadíssimas propostas em assembleias municipais, como também em reuniões de Câmara. Enumerar as propostas será um reconhecimento da atuação política do Partido Chega em termos políticos neste município, tais como: -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



- Manuais escolares gratuitos para todos os alunos do concelho; -----
 - Inovação social para as forças da autoridade; -----
 - Rastreio às diabetes aos jovens do concelho; -----
 - Promoção à instalação de depuradora de bivalves; -----
 - Desconto dos clientes EMARP aderentes à fatura eletrónica; -----
 - Implementação do festival de teatro Outonos de teatro; -----
 - Reabilitação de pontes e viadutos da V3 e V6 em estado calamitoso de derrocada; -----
 - Enriquecimento do património do arquiteto Vicente Castro; -----
 - Amortização parcial da dívida ao FAM; -----
 - Hospital central do Algarve com posterior e vergonhoso plágio do PS e CDU, etc., etc. -----
- Estas e outras medidas nos diferentes órgãos foram declinadas pelo Partido Socialista. Este orçamento ficou empobrecido, pois não teve a participação democrática do Partido Chega. -----
- Pelo prisma da receita, espelham-se sinais claros nos problemas sociais com a baixa execução no aproveitamento do IMI. As famílias do concelho vivem gravíssimos problemas financeiros aos quais o Partido Socialista não dá resposta justa e equitativa. -----
- A receita extraordinária do IMT foi desaproveitada na redução à dívida para com o FAM, permitindo desde logo uma redução aos impostos a aplicar no exercício de 2023, aliviando a carga e a canga fiscal das famílias portimonenses. -----
- Pelo flanco da despesa, o despesismo e mãos-largas em festas e festins atingiram mais três milhões, que bem poderiam parcialmente mitigar no apoio social às famílias e empresas. Posto isto, o Partido Chega pelos motivos apresentados e por outros, votará contra. Obrigado. -----
- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que em nome da sua bancada, uma intervenção breve apenas para expressar algumas preocupações em relação a esta prestação de contas. Não descurando o aspeto contabilístico, está perfeitamente executado, como sabemos, aquilo que nos preocupa aqui é, por um lado, vermos que o aumento da receita é basicamente devido ao aumento de impostos, portanto, e de taxas e também às transferências do estado no domínio das delegações de competências. Aquilo que a mim mais me preocupa, é que perante um saldo de gerência bastante folgado, perante este aumento de receitas derivados dos impostos e taxas, nomeadamente o IMT, etc. e no qual a leve descida da receita do IMI não nos parece perigosa, resultou da descida da taxa que foi pela primeira vez um aspeto positivo feito a favor dos cidadãos, mas tudo isto qual é a nossa maior preocupação? A nossa maior preocupação é a falta de investimento notório. Aqui em termos de capital, em termos de investimento, há apenas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



reparações e algumas, enfim, reparações e nem sei que mais dizer a não ser isto, manutenção digamos e não há investimentos de fundo, continuam a ser a nossa preocupação aquilo que temos chamado em termos de GOPs, em termos de reparações de estruturas que é necessário efetivamente fazer vias, rodoviárias, etc. não há um investimento que este município vem colmando, já chega de desculpas do FAM e da intervenção, para além de eventualmente se abater na dívida que é um conceito que esta bancada tem por pugnado, mas que reconhecemos que é discutível porque é que não há um investimento mais sonoro, estamos à espera do ano de eleições para fazer investimento, para fazer obra? Há muitas coisas a reclamar, esta exigência do executivo se chegar à frente e investir. E essa é a nossa primeira grande preocupação aqui. Por agora, para a primeira intervenção vou ficar, obrigada, tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que não tem por hábito responder à bancada do PSD, mas hoje vai abrir aqui uma exceção e dar aqui um esclarecimento com toda a amizade e compreensão pela questão que foi colocada que é pertinente pela deputada Cristina Velha. A razão de ser de não haver investimento, é porque não há uma estratégia de desenvolvimento para o concelho, e é tão somente por isso e, portanto, faz-me lembrar esta questão aqui da demonstração de resultados que temos aqui hoje e que estamos a discutir já e que seguramente o PS vai aprovar, faz-me lembrar aquele exemplo da pessoa que ganha o euro milhões e que não sabe o que é que há-de fazer ao dinheiro, que depois anda a tentar inventar sítios onde gastar o dinheiro, porque caiu-lhe ali um ninho nos braços e depois, enfim, é o vazio de ideias e assim é este executivo, é o vazio completo de ideias em relação àquilo que quer e que preconiza para o futuro do concelho e, portanto, quando tem excedente orçamental e já não é o primeiro ano que acontece e esperemos que não seja o último também, depois acontece como se ouviu para aí dizer aqui há uns dias que, não sei se as declarações serão *upload* de quem fez ou não, porque serão verdadeiras, mas é o que se diz por aí, que a senhora Presidente terá desabafado algures na cidade que não sabia o que é que havia de fazer ao dinheiro, não sabia o que é que havia de fazer ao dinheiro e, portanto, é isto, nem se amortiza antecipadamente o FAM, libertando aqui alguma carga fiscal sobre os munícipes, nem se investe, nem se cria investimento no concelho. Basta este ano estar o dinheiro ali quietinho à espera de melhores dias, ou à espera do ano antes das eleições eventualmente, porque nesse ano, enfim, aí terá que gastar o seu dinheiro. -----

-----Duas ou três preocupações em relação aqui a este documento que estamos aqui a discutir. Como já foi dito aqui, os cinquenta por cento do peso da receita dos impostos diretos e indiretos e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



com uma nota a acrescentar àquilo que já foi aqui dito. Dentro destes cinquenta por cento, volto a dizer que é metade da receita do município, nestes cinquenta por cento que são impostos diretos e indiretos, nestes cinquenta por cento temos um IMT com trinta e oito vírgula um e um IMI com vinte e sete vírgula sete. Conforme toda a gente sabe, o IMT é um imposto que é claramente conjuntural, portanto, que resulta das transmissões imobiliárias e, enfim, até agora tem ocorrido que tem crescido exponencialmente essa receita, porque contrariamente ao que algumas pessoas dizem a especulação imobiliária é uma coisa que afinal tem vantagens, porque todos sabemos o preço dos imóveis que são vendidos aqui e noutros sítios e o IMT é calculado em função do valor de venda dos imóveis, portanto, aqui neste caso quanto mais especulação houver, melhor para a receita do município, mas depois há partidos que dizem com responsabilidades governativas que, enfim, a especulação é uma coisa muito má, enfim, nalgumas situações dá jeito, segundo vemos, mas dizia eu, é um imposto muito volátil, porque depende da evolução do mercado imobiliário e, portanto, ninguém está sujeito a que haja um fator de qualquer imprevisto que implique aqui um rombo nesta receita. Esperemos que não aconteça, mas ninguém sabe o futuro. E depois há aqui questões que não vêm deste ano, o senhor vereador Gambôa já está excitado com o que eu estou a dizer, é normal, também já estamos habituados, senhor vereador, eu excito-me pouco com aquilo que o senhor diz, especialmente quando diz mentiras nesta Assembleia como disse no dia 28, portanto, o senhor acalme-se, porque enfim, o senhor excita-se com o que eu digo, eu desagrade-me muito aquilo que o senhor aqui diz na Assembleia. Estava eu a dizer que há aqui questões. --

-----Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que estão no período da prestação de contas. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que sabe. Eu estou a falar na prestação de contas senhora Presidente, que eu saiba estou a falar da prestação, embora possa falar dos processos pendentes que a Câmara tem, também posso falar sobre isso, nomeadamente para reavivar a memória de alguém aqui na Assembleia. Estava eu a dizer que há aqui questões que já vêm de outros anos e que mais uma vez continuam a vir aqui no relatório do revisor oficial de contas. Questões que têm que ver com os ativos que estão subvalorizados e que depois dão azo aqui a um ponto de interrogação, e eu perguntava diretamente ao executivo se, para o ano se deus quiser, haveremos de ter aqui novamente esta questão em relação às contas de 2023, mas vêm questões novas, que é a questão, por exemplo, dos imóveis transferidos na área da educação, que também há aqui um ênfase aqui do ROC. E depois uma questão também que é recorrente, também aqui, que é a questão dos passivos contingentes. Eu fiquei com uma dúvida,



fui ler o mapa que se refere aqui no relatório e não percebi se este valor que está aqui orçamentado, ou previsto aqui na prestação de contas, melhor dizendo, onze milhões, seiscentos e trinta e nove mil seiscentos e sete, se é o valor que cobre exatamente os passivos contingentes, ou se fica aquém desse valor no cenário pior possível e, portanto, perguntava diretamente isso ao executivo. E para já ficava-me por aqui. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o Bloco de Esquerda considera que se tem verificado uma evolução positiva no que concerne à situação financeira da Câmara Municipal, que reflete nos documentos apresentados sobre a prestação de contas do ano económico de 2022. No entanto, convém referir que a grande parte dessa evolução positiva assenta em várias medidas que o executivo permanente tem vindo a aplicar nos últimos anos e que tem por base o Fundo de Apoio Municipal, impostos à taxa máxima com a derrama e a participação variável do IRS a cinco por cento, IMI que é o terceiro mais alto do Algarve, impostos como o IMI, IMT e taxas e licenças na maioria da construção e entre outros que têm dado uma receita extraordinária assente na construção de habitação para uma minoria que podem pagar através da especulação imobiliária como já foi dito aqui. -----

-----O endividamento da autarquia tem um custo neste momento de um milhão de euros. Eu estive a ver orçamentos anteriores, eu lembro-me que fizeram trinta e cinco fogos nos Montes de Alvor e custaram oitocentos mil, como já ouvi dizer aqui não sei se confere ou não, três milhões em festas, veja lá quantos fogos poderiam construir com tanta falta de habitação social ou a custos controlados que falta neste município. -----

-----As casas que estão a ser construídas, não é possível para qualquer um de nós comprar, pelo menos as pessoas que eu conheço, não conseguem comprar uma casa em Portimão. Deparámo-nos aqui também com a educação nas GOP, verificou-se que ficou por executar vinte e cinco por cento da dotação definida. -----

-----Também estive a ver os recursos humanos, que é uma coisa que também interessa ao Bloco, neste momento entraram setenta e cinco pessoas, saíram cinquenta e sete. O absentismo diminuiu face ao ano anterior em doze por cento, que não é muito, foi um por cento, mas começou a haver aqui uma taxa de absentismo que é um grande problema que a Câmara tem, o absentismo possivelmente nas escolas com o pessoal que trabalha nas escolas. -----

-----Vi também aqui na página cento e setenta e cinco, que, por exemplo, a dotação para as Juntas de Freguesia, para as três Juntas de Freguesia foi de seiscentos e oitenta e dois mil euros. Por exemplo, em Lagoa, os dados que eu consegui ver em 2021, passou setecentos, quer dizer,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Lagoa passa mais dinheiro para as suas Juntas de Freguesia, apesar de serem mais, mas a população é menor. Por isso vê-se aqui, acho que deviam ter mais atenção com as Juntas de Freguesia e dotar as Juntas de Freguesia de mais dinheiro. -----

-----Aqui no parecer do ROC, como já foi falado aqui, o município está a analisar a metodologia adequada, mas aqui os cheques ativos e de património histórico tangíveis, ainda está aqui com esta, não encontraram valorizadas até à data da transição do CMCIAP. Esperamos que para o próximo ano já tenha esta correção, também aqui no caso do âmbito das delegações de competências sobre educação, também já foi dito aqui e também, e temos também aqui os ênfases que também nos trazem aqui algum problema, que este dinheiro já anda aqui há vários anos, que são os dependentes de execução judicial, dos onze milhões e também das empresas que já foi extinta e não foi extinta, ainda está aqui os eventos do Arade e a Rio Adentro S.A. Para já fico-me por aqui. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o PS fez a análise do documento e entendeu realmente tecer algumas considerações acerca do mesmo. -----

-----Desde logo, parece-nos absolutamente óbvia a fiabilidade da informação financeira, ou seja, estamos perante um documento fiável. Vale dizer que vai longe o tempo em que a oposição colocava em dúvida o montante da dívida, e isso causava algum embaraço ao nível da credibilidade do município, o que hoje felizmente como compreenderão não acontece. Nós podemos divergir em imensos planos, mas suponho que as próprias oposições terão em conta justamente que esta análise é uma análise rigorosa, no sentido em que vai ao encontro de uma realidade que se expressa bem nestes números, números que são informação ou informações. O PS observa sem qualquer esforço que não existem opacidades neste documento. Portanto, é um documento que reflete efetivamente à transparência, não existindo informações arbitrárias e consequentemente, enfim, importa observar que é um documento que foi sujeito efetivamente a uma indagação e a uma fiscalização externas. Portanto, por via desta argumentação adicional, melhor se percebe o conforto que o PS exprime na análise deste documento. -----

-----O que está aqui em causa, é saber se o executivo geriu bem, com observação dos requisitos legais, os recursos e o património de todos os portimonenses, mas é mais que isso, é saber se esta informação tem como base preocupações de desenvolvimento local, possa esse desenvolvimento ser mais ou menos mitigado, e aqui parece que efetivamente faz sentido pensar o desejo que o PS, a bancada municipal possa exprimir, no sentido obviamente de que o executivo possa ser mais ágil em termos de pugnar por investimento que todos nós sabemos que não é fácil e explicaremos



também já porquê. Essas preocupações de desenvolvimento que eu dizia que possam elas ser mais mitigadas ou não, e são-no efetivamente, devem de ter em conta a nossa dívida herdada, e já podem dizer na oposição, porque nós estamos de peito aberto à autocrítica, sempre estivemos, que a dívida se é herdada foi promovida pelo PS. Muito bem, mas depois disso já tivemos eleições.

----- Senhora Presidente, eu dispensarei comentários de bancada, nós não somos comentadores de bancada, somos intervenientes e enquanto eu falo eu agradecia que de facto o senhor não se pronunciasse, porque eu manter-me-ei educadamente calado enquanto o senhor fizer as observações que assim entenda fazer. -----

----- Falávamos obviamente no investimento mitigado por força de diversas circunstâncias, entre as quais a dívida herdada, Covid, inflação, os efeitos culturais da guerra na Ucrânia que não são elementos de desculpabilização, note-se, portanto, são elementos que advêm efetivamente de uma análise no terreno. Nestas contas não há uma situação de aparente desequilíbrio que possa ser, enfim, deduzido da realização da despesa para além da efetiva capacidade de promover o seu pagamento. Não há e insisto, não há violação do princípio do equilíbrio orçamental. -----

----- Em relação ao endividamento global desajustado e a manutenção da situação financeira desequilibrada que se herdou, existe uma dívida municipal progressivamente corrigida pelos mandatos dos novos rumos e os senhores na oposição têm que nos fazer justiça a este propósito. E esta recuperação tem sido consistente, e a esta recuperação o PS aplaude, só pode aplaudir. --

----- Numa gestão forçada e rigorosa, porque não há milagres, conseguiu-se reduzir a dívida, abater a dívida e dar satisfação a períodos intermitentes de crise, que é aquela que nós vivemos e por conta dessa crise é plausível, é admissível que o investimento mantenha o vigor, ou que seja mais mitigado, que em períodos ditos normais da nossa vida municipal. Naturalmente que a oposição tem outros argumentos, nós admitimos que possa ser satisfatórios até noutros âmbitos, por exemplo, esta recorrência na crítica das festas e das festarolas esquece, coloca aqui um pano de fundo absolutamente opaco em relação ao facto de nós nos constituirmos um município turístico por excelência, e meus queridos amigos, não há turismo sem que dele se deduza uma dinâmica lúdica, tenham paciência. Nós temos um modelo turístico especial com características que requerem efetivamente essa dinâmica sociocultural para além do sol e praia, a que só os idiotas ficam lá mais do que quatro dias por hora hoje em dia, não é? Ou que todos nós sabemos por força desses efeitos. Claro está que hoje felizmente a oposição já não tem uma argumentação mono temática que era a questão financeira e estende-se obviamente para outros domínios. É óbvio que quando o Bloco de Esquerda invoca as questões do espartilhamento dos portimonenses relativamente aos impostos, compreendemos e acho que todos compreendemos isso, pode fazer parte de um



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



argumento satisfatório para o Bloco, sobretudo para quem pensa que o exercício municipal não pode ser exercido fora da legalidade, fora de um quadro legal. Obviamente, se não é possível trabalhar noutra domínio, enfim, não se acuse o PS por trabalhar nas fronteiras, ou por querer que o PS trabalhe nas fronteiras da ilegalidade, não pode ser isso, ou seja, se temos a carga de impostos que temos, ela deve-se obviamente àquilo que resulta, enfim, da cooperação com o saldo, ou estabelecida nas regras estabelecidas pelo FAM. -----

----- No que diz respeito à habitação, foi uma das críticas que o Bloco também fez. Naturalmente que não se pode promover habitação ADOC. Agora, também não podemos acusar este executivo de ter sido alheio às críticas que em bom momento, que em boa altura e, enfim, com algum distanciamento foram feitas pelo PSD na pessoa do deputado Carlos Martins, o senhor deputado Carlos Martins. Bem, naturalmente que eu ficaria por aqui, interromperia o meu raciocínio e não deixaria que o mesmo tivesse sequência, que chegasse até ao fim, porque de facto já me cansam as faltas de educação, as faltas de urbanidade e as faltas de respeito. Ninguém pode acusar-nos da falta destes princípios no uso de uma discussão serena, pacífica e a esse respeito por data, inclusivamente com a própria oposição no que diz respeito a críticas que fundamentaram depois o abraçar de uma política municipal de habitação. Portanto, peço-vos imensa desculpa, não continuarei, não darei sequência ao pensamento que era suposto que pudesse concluir. Muito obrigado, peço desculpa por isso. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que nesta pequena intervenção o que ele queria começar por perguntar ao executivo, é para quando vão finalmente escolher a metodologia mais adequada para a mensuração e para reconhecer os ativos do património histórico tangível que não se encontram valorizados neste documento. Isto é um assunto que já vem de há anos, gostávamos de saber quais são as dificuldades que estão a ser encontradas e que estão a obstar a que seja encontrada uma solução e acima de tudo para quando, volto a dizer, é que vai ser e vamos poder ver os valores explanados no documento. -----

----- Depois, também outra situação que já se arrasta há mais de uma década, expande-se, expande-se, é o processo de liquidação e distinção das empresas municipais, e neste caso a Rio Adentro e a Eventos do Arade, que não prestam contas desde 2012 nem têm atividade, também gostávamos de saber como é que está o processo de liquidação dessas empresas, e para já fico-me por aqui. Muito obrigado, -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que por acaso todas as intervenções, veio-lhe à memória 2013.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Eu em 2013, quando estava sentado nesta bancada como Presidente de Junta, o que vinha é que o endividamento excessivo ia ser por quarenta anos, era o que se falava aqui, que os impostos iam ser à taxa máxima por quarenta anos para os portimonenses, e hoje felizmente já oiço falar em falta de obra que nós também queremos fazer, e é por isso que tivemos o nosso programa eleitoral e é isso que vamos querer cumprir e vamos cumprir e, portanto, temos feito muita manutenção, é verdade, também houve falta, houve tempos em que o município não podia investir nem em manutenções, e felizmente nos mandatos da Presidente Isilda, tanto o endividamento tem baixado, como agora felizmente com a amortização que fizemos no final do ano e com as contas que temos feito, mais um ano, dois anos, o endividamento excessivo, deixamos de estar em endividamento excessivo. Mesmo assim, temos conseguido reduzir o IMI ano após ano e este já foi o terceiro ano consecutivo que reduzimos o IMI e, portanto, fico contente em que o panorama político mudou. Agora, já se fala de obras felizmente e já não se fala só em dívida, porque era só aquilo que nos assustava a todos e que os anos passaram e a prova é que os novos rumos estavam certos e aquilo que temos feito temos seguido no bom caminho. -----

-----Depois, o senhor deputado João Caetano falou nos ativos subvalorizados, o deputado ano após ano diz sempre isto, o que é certo é que os valores acabam depois por se confirmar, os passivos contingentes, senhor deputado, o valor de onze milhões é o valor que cobre e, portanto, se os serviços me dizem que é o valor que é estimado para cobrir aquilo que está em processos jurídicos. -----

-----Quanto a esta reserva que vem aqui no âmbito da delegação de competências na educação, a totalidade dos ativos ainda não foi conseguido estar totalmente avaliado, porque a escola Manuel Teixeira Gomes não tinha projeto e, portanto, está a ser feito um levantamento para que depois possa entrar nos ativos da Câmara Municipal. -----

-----Quanto ao senhor deputado Vítor Couto, eu já disse aqui na última reunião e é verdade, acho que vai ser mais fácil ainda acabarmos com Expo Arade Estrutura, porque felizmente o Portimão Arena mais dois anos está pago na totalidade, do que conseguirmos extinguir estas duas empresas que não têm atividade nenhuma, mas temos feito um esforço enorme para as conseguirmos extinguir, mas dos outros sócios têm muitos que nem respondem tão pouco. Agora, já foi entregue ao advogado também para ver se extinguimos isto. Portanto, eu sempre lhe dei razão e acho que não faz sentido, umas empresas não têm atividade nenhuma, o que é que fazem aqui nas contas do município? Podem desaparecer, já percebi. O que me preocupava mais era a Expo Arade Estrutura, que essa sim temos ainda do Portimão Arena, mas como lhe disse, dada a descida dos juros e o dinheiro que a Câmara tem que pagar de renda pelo Portimão Arena em 2025, aliás,



podemos até antecipar o pagamento do Portimão Arena, porque vamos conseguir liquidar aquela empresa muito mais cedo se calhar do que as outras, porque aquela é mais fácil, porque em 2025 ela extingue-se mesmo com o pagamento na totalidade do Portimão Arena. -----

----- Quanto ao património, também tem sido muito difícil valorizar o património histórico. Apesar dessas orientações já terem sido dadas pela senhora Presidente para os nossos colaboradores do museu, não conseguiram ainda valorizar todo o património histórico e tem sido uma grande dificuldade para conseguirmos valorizar todo o património que o museu tem, mas está tudo inventariado e, portanto, que não haja aqui, não está valorizado, mas está tudo inventariado. De resto, é tudo, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que em primeiro lugar, gostava de referir aquilo que o senhor deputado Figueiredo aqui disse, e que por várias vezes, apesar de, enfim, numa determinada altura ter esclarecido, mas é bom dizer de que herdamos, essa palavra herdamos até parece que herdamos não sei de quem. Eu devo-lhe dizer que não herdaram de ninguém, foi a visão do Partido Socialista que governa esta cidade desde quase o 25 de Abril, e eu tenho assistido como portimonense em relação a essa matéria. -----

----- Depois, dizer também ao senhor deputado Figueiredo, que a fiscalização externa está correta, portanto, não põe deficiências, não põe nada. O que lhe devo dizer, é que o Partido Social Democrata nunca criticou a Câmara pelo facto de apresentar as contas corretas, nunca foi essa a nossa crítica. O que a gente critica a Câmara, é pelo facto de não ter visão e principalmente através do FAM, que é um imposto que a Câmara teve que beneficiar para poder continuar o seu trabalho. Foi a Câmara, cujos resultados que tem tido, deveria, e a nossa crítica é pelo facto da Câmara não utilizar mais consistentemente esse mesmo empréstimo, porque se o fizesse estaria mais liberto na gestão para dar aos contribuintes e aos portimonenses, principalmente aos portimonenses, benefícios que não consegue dar, porque não lhe é permitido, e essa tem sido sempre desde princípio pelo menos a minha crítica que faço ao executivo. -----

----- Dizer-lhe também que durante a pandemia as empresas, as pessoas, todas elas sofreram. A única que não sofreu, foi o executivo. Porquê? Porque os resultados emitidos em cada ano que passou estão a ser cada vez mais. Portanto, a Câmara não tem problemas e por isso é que nós deixamos de dizer da dívida e passamos a dizer do investimento, porque a Câmara não nasceu, tem que ter as contas corretamente feitas, tem que ter os resultados não negativos e positivos, ou iguais a zero. Agora, não pode é ter o excesso que ano após ano tem e que deveria de transferir esse excesso para investimento, ou então como mais uma vez digo, amortizar o empréstimo para



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



poder ter mais autonomia para dar aos portimonenses aquilo que eles merecem, porque eles contribuem para isso, e principalmente um negócio nesta cidade que é o turismo, não é com taxas. Se a gente for ver aqui o que é que aumentou aqui mais em termos de resultados e de balanço da Câmara? Foi precisamente as multas, as taxas, as taxinhas. Portanto, a percentagem que aumentou foi enorme e, portanto, em vez de darem e facilitarem as pessoas, não facilitam e essa sempre foi a minha crítica e a crítica da minha bancada, porque não tem uma visão futura para Portimão como teve Lagos, como tiveram todas as autarquias aqui à nossa beira. Porquê? Sendo o município que é com a dimensão que tem, porquê? Que não faz novas coisas, novos projetos em desenvolvimento na cidade. Cada vez é mais difícil. Falam na praia da Rocha. Eu não vou à praia da Rocha e acho que muita gente não vai, porque não tem sítio para estacionar o carro, porque não tem sítio para parar lá, temos que ir para os concelhos vizinhos, porque ou paga, ou não tem sítio e não foi isso, quando eu nasci nesta cidade não foi isso que existia, está bem que a dimensão é outra, tudo bem, mas não há preocupação. Agora vejam o que estão a fazer no largo do Dique. Cada vez vai haver menos estacionamento, cada vez as pessoas que tinham, os portimonenses como eu há sessenta e seis anos que o meu local de reunião de encontro era a casa inglesa, vou deixar de ter a casa inglesa para me encontrar, porque não tenho sítio para pôr o carro, porque não tenho sítio para me deslocar e com a idade cada vez me mais custa andar a pé e moro longe daquele local. Isto é o pensamento da Câmara ao longo dos anos. Em vez de pensar nos portimonenses, não pensa nos portimonenses! E é essa crítica que eu faço diretamente ao executivo e, portanto, não me venha com as histórias do herdamos. Herdamos não, isto foi a vossa política desde o princípio, estão melhores, porque o rendimento na Câmara subiu drasticamente. Em tempo de crise, em tempo em que as pessoas e as empresas deste município passaram crises, passaram dificuldades e os senhores tiveram a maior receita possível. Temos o caso do cemitério, temos o caso, N coisas que aqui a gente podia falar há séculos, eu desde que estou neste órgão autárquico, sempre ouvi dizer que a Câmara e o executivo tinham o orçamento próprio para aquilo para fazer o cemitério. Hoje, e ainda e principalmente na altura das eleições, quando estamos a votos é quando os senhores vêm com todas estas promessas, e as promessas mais uma vez desconfio que para as próximas eleições é mais uma promessa. Isso mexe com as pessoas, isso diz respeito aos portimonenses. Quem cá vive, quem cá morre não tem que ir para outros concelhos. Portanto, o que eu digo ao executivo é que pensem nas pessoas que trabalham diariamente neste concelho, que vivem neste concelho. Pensem um bocadinho com essas pessoas, e se o fizerem, fazem bem e têm o meu voto e têm a minha anuência às vossas propostas. Enquanto não o fizerem, meus amigos e já vivo nisto desde o 25 de Abril, são quase cinquenta anos que os senhores têm o poder



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



nesta autarquia. Não herdaram de nada, o senhor não herdou de nada, vocês herdaram de vós próprios e o que fizeram mal antes vocês têm que assumir esse mal e os portimonenses continuam a pagar a dívida que fizeram na altura. Não me venha dizer que amortizaram. São obrigados a amortizar é o plano, vocês se não amortizassem não sei então onde é que estaríamos. Isto é como um empréstimo, eu quando tenho um empréstimo tenho que pagar, tenho as amortizações mensais, tenho que as fazer, pois vocês faziam, era fazer um pouco mais para diminuir o prazo do empréstimo e para dar liberdade de gestão ao próprio executivo. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, dizer ao deputado Natalino que se calhar não reparou, mas que no final do ano amortizámos dez milhões. No final do ano amortizámos dez milhões, não foi das prestações só que pagámos. No final do ano houve uma amortização extraordinária de dez milhões que fizemos. -----

----- Dizer-lhe também que no Covid, e felizmente que as contas estavam da maneira que estão, demos de apoio às medidas de Covid, oito milhões, e as taxas que têm aumentado, taxas e taxinhas, que é como os senhores dizem, vem de acordo com o investimento que é feito em Portimão e por isso, eu vou-lhe dizer o investimento privado, e por isso tem aumentado o IMT e nas taxas temos lá também e desta vez têm uma folhinha que está a acompanhar nos vossos documentos, quando fala de loteamentos e obras, que está nas referidas taxas e que só daqui foram um milhão, duzentos e quarenta e dois mil trezentos e dois. Está bem, senhores deputados? E, portanto, este valor também está nestas taxas, portanto, não há aqui multas. Muitas vezes quando falam, parece que o valor total das taxas é o valor em multas e, portanto, não é aqui, mas está no mesmo, está na mesma rubrica e os senhores quando falam juntam tudo e, portanto, está discriminado, podem ver também, portanto, senhora Presidente, de resto é tudo. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu queria agradecer muito aqui ao senhor Vice-Presidente, que foi muito eloquente nas explicações que deu e, enfim, não sei se está a aprender com o senhor vereador Gambôa, mas as respostas que dá sugerem sempre novas questões, espero que seja só isso que aprende com o vereador Gambôa senhor Vice-Presidente, espero que seja só isso, que não aprenda mais coisas, porque, enfim... bom, eu agradeço-lhe as respostas vou explicar porquê. O senhor quando diz que vão executar o vosso programa, no fundo, está a assumir, embora o senhor não tenha reparado, o senhor está a assumir que não tem uma estratégia de desenvolvimento para o concelho, porque uma coisa é a estratégia senhor Vice-Presidente, outra coisa são as propostas eleitorais que o senhor apresentava em 2021, são coisas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



distintas, porque como o senhor há-de convir, pelo menos hipoteticamente não-de haver propostas nas franjas da oposição, propostas nos programas eleitorais que podem sustentar essa estratégia de desenvolvimento local, não só exclusivamente as do PS e, portanto, quando o senhor diz, não, vamos executar o nosso programa, o senhor está a assumir implicitamente que não têm estratégia e olhe e eu dou-lhe a palavra como não têm estratégia. -----

-----A revisão do PDM que vá lá saber-se porquê é um pelouro, adivinhem lá de quem, enfim, de quem a gente sabe, está-se a arrastar repetidamente, arrasta-se e não há, de entre os vários elementos da revisão do PDM, há um que é fundamental que é a base, digamos assim que é a estratégia de desenvolvimento local no horizonte de execução do plano, não está feito ainda, vá lá saber-se porquê, perguntem ao senhor vereador Gambôa que ele talvez saiba porque é que não está feito ainda. -----

-----Bom, e depois há outra questão que o senhor disse aí que é interessante também, o senhor desculpou-se, enfim, reduziram o IMI, está bem que isto, enfim, o resultado positivo é à conta dos impostos dos portimonenses e da carga fiscal. Pois, reduziram o IMI, reduziram o IMI, na medida em que conseguiram, porque foi o governo que assim impôs, não é porque os senhores tivessem margem para reduzir o IMI, porque aquilo que os senhores fizeram o ano passado muito simples senhor Vice-Presidente, os senhores fizeram uma amortização de dez milhões de euros, mas não souberam negociar, ou não quiseram negociar com a comissão executiva do FAM o alívio da carga fiscal por uma razão muito simples, porque é muito fácil para o executivo permanente vir aqui ano após ano apresentar estes números, porque eles são conseguidos à conta sobretudo do esforço fiscal dos portimonenses, é tão somente isto e, portanto, se os senhores propõem realmente abater aqui, se é que isso vai acontecer, abater aqui de forma substancial a dívida junto da comissão executiva do FAM, eu acho que era útil antes de mais, era fundamental que definissem antes de mais o que é que os portugueses vão beneficiar na prática no dia-a-dia com isso, nomeadamente em termos de alívio da carga fiscal e, portanto, era essa pergunta que eu deixava, o senhor admite ou não, o senhor ou o executivo que o senhor aqui representa agora, admitem ou não com este excedente orçamental ir junto da comissão executiva do FAM e negociar o alívio de uma série de medidas, nomeadamente alívio do IMI, nomeadamente aplicação de minorações em sede de IMI para, por exemplo, quem queira pôr casas no mercado de arrendamento para arrendamento de longa duração, nomeadamente para casais jovens, que é aquilo que os senhores deviam já ter pensado e não pensaram e depois vêm queixar-se que não há habitação no concelho. Pois claro que não há, os senhores estão de mãos atadas, entrar com dez milhões de euros ao FAM, mas depois não conseguem baixar a carga fiscal, nomeadamente para quem queira arrendar prédios.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Portanto, eram estas as questões que o senhor devia esclarecer aqui, não era vir dizer que baixaram o IMI, enfim, toda a gente sabe como é que baixaram o IMI, e depois eu gostava que o senhor explicasse também qual é o plano de investimentos para os próximos dois anos, porque eu ouvi aqui uma coisa senhor deputado Figueiredo Santos que me arrepiou, que foi uma coisa qualquer nestes termos, espero estar a citar bem, mas o senhor deputado Figueiredo Santos irá corrigir-me certamente com todo o prazer se eu disser mal. Não há investimento por causa da crise. -----

----- Ora, eu que estudei um bocadinho do Keynes, aprendi que é exatamente em épocas de crise e de retração que deve haver investimento público para estimular a economia. Ou bem que o senhor deputado Figueiredo Santos meteu o KEYNES na gaveta além de muitas coisas, ou então eu não estou a perceber nada aqui do raciocínio que está subjacente àquilo que o senhor disse e, portanto, deixava estas questões ao executivo. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Luís Filipe Custódio**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que ele olhando ali para a evolução das contas, olhou para ali uma coisa que lhe chamou a atenção, foi o seguinte: estudos e pareceres, projetos e consultoria, quatrocentos e três mil, duzentos e cinquenta e quatro. Seminários, exposições e similares, dois milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil trezentos e quarenta e dois euros. Formação, trinta e seis mil e quinhentos euros. De facto, agora percebo porque é que Portimão não evolui, portanto, com estes investimentos, ou seja, não há investimento na formação, as pessoas estão estagnadas de certa forma, porque não há investimento nessa área e eu acho que as pessoas também não nascem ensinadas e precisam de alguma formação também para acompanhar a evolução que vai existir. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, o senhor deputado João Caetano quando falou, eu no início da minha intervenção até disse que em 4 de março de 2022, a Câmara Municipal de Portimão aprovou o mapa de fluxos de caixa, a 31 de dezembro de 2021 e a primeira modificação do orçamento da receita e da despesa e das grandes opções do plano para o quinquénio 2022/2026, senhor deputado e dizer que não há estratégia, está lá tudo senhor deputado e o senhor deputado também esteve na mesma Assembleia onde as grandes opções do plano foram aprovadas. O senhor deputado de certeza votou contra, mas o que é certo é que as GOP foram aprovadas nesta Assembleia até disse e, portanto, mais uma vez, os documentos estratégicos estão aprovados, senhor deputado e é com esta estratégia que vamos continuar a trabalhar e vamos continuar também a trabalhar para os portimonenses para baixar a carga fiscal, é verdade e quando chegarmos ao final do ano vamos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



fazer uma nova avaliação, o executivo permanente, depois traremos aqui com as atualizações e a negociação que vamos querer fazer com o FAM. Tenho dito, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que ele depois de ouvir, queria deixar aqui algumas notas e alguns considerandos. Eu acho que a nível de discussão desta matéria, desde sensivelmente 2009/10, mais acentuado posterior 2013, tornámo-nos uma pequena Gália, mas sem o Astérix & Obélix, porque ninguém caiu na poção em pequeno, nem há quem consiga tomá-la gradualmente para fazer feitos mágicos e magistrais a nível de desempenho de sair desta história aqui como vou explicar, porque é assim, temos trezentos e oito municípios em Portugal, vou-vos dar uma nota, duzentos e noventa e nove quando têm este ponto para discussão não falam de dívida. Nós é que nos acostumámos a ver que isto é normalidade e que podemos falar dela, porque acontece, em duzentos e noventa e nove não, e eu tenho dúvidas que nos outros nove se fale, eu estou apenas a dizer que são sítios onde hipoteticamente acredito que se fale, no Algarve também há. Isto não tem a ver com cores partidárias que nos indicam ideologias, também há da cor do meu partido, gosta muito dessa comparação, eu estou a falar de Portimão que realmente também entre 1976 e 2007/2008, não falávamos muito disto, há uma coisa que sei, efetivamente tenho que concordar muito com o meu colega de bancada, quem herdou foi quem fez, e dizer que é uma perspetiva que naturalmente estamos a elogiar a normalidade, é quase como felicitar a pessoa por ter boas maneiras, felicitá-la por ser educada, felicitarmo-nos a nós próprios por respirarmos e conseguirmos aqui estar, é quase isso que é a narrativa do Partido Socialista nesta matéria, tem um discurso de autofelicitação sobre a normalidade dos factos que deviam ter tido sempre e que a determinada altura da sua vida democrática não se conseguiram existir e subsistir, mas essa era uma nota que eu queria deixar e, portanto, a culpa não é da oposição, a oposição naturalmente que tem uma vontade mais premente de carregar no assunto, porque sabe que está desprovida de qualquer culpa e de qualquer execução e aplicação de orçamentos e de obra que o faça ser culpado por isso. Essa é a primeira nota. -----

-----A segunda eu vou dar três termos comparativos, porque gostam muito quando eu falo disto, quando falo de Vila Real de Santo António, quando falo do PSD, enfim, discurso pequeno, vou falar de Lisboa, porque é a capital do país, porque é grande. Lisboa neste mesmo ponto anunciou que tinha tido resultados positivos de cem milhões de euros, que tinha uma taxa de execução de oitenta e seis por cento, aqui é setenta e quatro, muito mais fácil de executar aqui do que em Lisboa, para quem não sabe e anunciaram de imediato cinquenta por cento, não tenho dúvidas que é mais fácil executar aqui do que lá, e já trabalhei quatro anos numa Câmara também, às vezes fazem-se



discretos, mas já estive quatro anos numa Câmara bem maior que esta também. E dizer que, e também tinha taxa de execução noventa, noventa e um e acho que no ano passado noventa e três vírgula cinco, o ano passado, mas já lá não estava, foi porque eu saí ficou melhor, mas dizer que do valor de cem milhões de euros de resultado positivo, Lisboa fez logo uma coisa que achei extraordinário, estou a falar primeiro de Lisboa, depois vou até terras socialistas para verem que também há boas práticas de camaradas nossos. Disseram que automaticamente trinta milhões era para a habitação, vinte e cinco milhões era para a renovação rodoviária e apresentaram um conjunto de considerandos que nos fazia elencar aquele sentido, naturalmente até nem sei como perguntem aos vossos camaradas, o PS votou contra em Lisboa, achei um bocado estranho, achei até um bocado bacoco, demagógico e parecia o Chega, mas revestido à PS, mas isso é para quem gosta disto. -----

-----Dizer que noutra matéria, na Câmara Municipal do Porto, há taxa de execução de oitenta e dois por cento, e o que é que fez Rui Moreira, disse, vinte milhões para a habitação, porque não confia em nada do que a ministra está a fazer, dez milhões para a cultura e podem ver e está público e apresentaram. E a questão que eu colocava é, eu sei que não vai ser hoje, mas gostava que de futuro quando abordamos estas matérias, conseguíssemos vislumbrar, mas a sério, sem partidarites, sem o PSD fala disto, mesmo nós às vezes e assumo quota parte de responsabilidade, vocês têm dito, já entendemos todos, que conseguisse vislumbrar, e amortizaram dez milhões, oito milhões em Covid. Hoje, a OMS diz que termina a pandemia, pelo menos oficialmente, ainda bem, assinalar isso, não sei como neste ponto falar disso, mas consegui, gostava que neste ponto vislumbrássemos primeiro, gostava muito que o município tentasse ir a patamares superiores de taxa de execução, porque, na prática em cada quatro executa três, um fica por executar e é curto. Segundo, gostava que de facto com a reorganização de contas que existe, é meritório, estou sempre a dizer isso, está em todas as atas, que conseguíssemos, e agora vamos bater na palavra estratégia, estamos sempre a dizer estratégia, estratégia, está revestida aqui, enfim, que conseguíssemos ir mais além e de facto a habitação era um tema que gostava, por exemplo, de ouvir com estes valores que temos o que é que pensam para a frente para isto não ser apenas um proforma de trazermos este documento aqui, sabendo o Partido Socialista que tem automaticamente quase a garantia que é aprovado, que vemos o tempo esgotar, vamos avançar para o ponto seguinte, gostava mesmo de ouvir e se não for este ano que seja num próximo, porque senão hoje com todo o respeito não há muita gente, mas qualquer dia mesmo as pessoas que estão presentes em todas as bancadas que aqui estão perdem o interesse de ouvir isto, porque mesmo nós vimos aqui e isto é um apelo quase como quem gosta disto, a gente não vem aqui



discutir nada de útil, de estratégia. A gente vem aqui regatear coisas que já sabemos que já foi aprovado, e gostava mesmo é de dar o passo em frente e de conseguirmos evoluir para outros patamares e dei o exemplo de Lisboa, dou do Porto, posso dar de Aveiro, estive a ver alguns, não estou a dizer que eles são os melhores do mundo que fazem melhor que aqui, prefiro Portimão por isso é que vivo aqui, mas gostava muito que não falássemos todos e às vezes até a oposição com a sobrançeria de, do lado de lá ninguém sabe, do lado de cá sabemos tudo ou vice-versa, gostava mesmo de ouvir mais, é um desafio que lanço ao Partido Socialista, gostava mesmo, o que é que vamos mesmo fazer? Executámos setenta e quatro, como é que vamos executar oitenta, noventa? E há municípios que têm esta taxa de execução. Portimão não é o concelho menos atrativo possível para os promotores virem aqui e conseguirmos fazer coisas, e se disserem isso, digam-me que eu aproveito para fazer logo um comunicado a dizer que o Partido Socialista não confia na nossa terra. Mas era mesmo isso que eu gostava, e isto não é só política, não é partidarite, nem é ideologia bacoca. É uma questão de responsabilidade que eu garanto que o Partido Socialista devia ter mais do que a que tem atualmente, porque há muitos pontos como este que limitam-se a vir aqui trazer a lengalenga do costume, frisar alguns números e o que sai daqui de imagem para o futuro, é bola, o que sai daqui. Neste ponto e digo isto olhos nos olhos, o executivo é bola, não sai uma ideia daqui, se calhar agora a seguir vai-lhe sair e ainda vou ter tempo para responder, mas até agora, com uma hora deste ponto, saiu daqui bola do Partido Socialista. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, era para perguntar ao senhor Vice-Presidente, na sequência da última intervenção, o senhor disse que lá para o final do ano vão ponderar o que é que vão negociar com a comissão executiva do FAM em termos de alívio de medidas. Senhor Vice-Presidente, lamento informá-lo tem que ser antes, tem que ser antes, porque é assim, nós até se não me engano trinta de novembro, temos que deliberar aqui as taxas do IMI e, portanto, convinha que pelo menos nessa altura já soubéssemos, enfim, portanto, umas semanas antes, tem que ir umas semanas antes a reunião de Câmara, os senhores já soubessem para depois vir aqui à Assembleia, se têm margem ou não da negociação com a Comissão executiva do FAM para baixar o IMI, nomeadamente naquele sentido que eu estava a dizer ainda agora na intervenção anterior e, portanto, o senhor está a empurrar para as calendas salvo seja, a dizer, sim, vamos falar depois com o FAM e depois logo se vê, enfim, isso é meio caminho andado para que nós se deus quizer daqui a um ano mais ou menos estejamos aqui a dizer mais ou menos a mesma coisa, eu, aquilo que estou a dizer e o senhor aquilo que está a responder, e, entretanto, os portimonenses continuam a pagar como a gente sabe. Portanto, perguntava-lhe diretamente,



os senhores têm ou não um propósito firme, calendarizado no tempo, que seja exequível de chegar ao pé da Comissão executiva do FAM e de uma forma estruturada, ponderada, com repercussão depois naquilo que é a carga fiscal que onera neste momento os portimonenses, negociar o alívio dessa carga fiscal, pegando em parte aqui do resultado líquido positivo. Sim ou não. Se sim, quando é que vão fazer isso, de que forma é que vão fazer e aonde é que vão aliviar a carga fiscal. Era essas respostas concretas que eu queria que o senhor dissesse aqui à Assembleia, porque senão já estou como a bancada do PSD saímos daqui, enfim, com pouco mais que zero. O senhor diz, bom, vamos falar, enfim, há-de se mandar para lá uma carta para o FAM e depois logo se vê, lá para o final do ano, enfim, quando estivermos a fazer as compras de natal, talvez e tal, enfim, logo se vê, convenhamos, quer dizer, não me parece isto uma forma séria de abordar uma questão com estas implicações e com esta importância. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, este texto da minha intervenção, eu queria dar tão só e apenas uma nota de vivo interesse e empenho nesta discussão, não como uma discussão orientada para a formalização, ou para uma decisão formalizada em função de um documento, mas porque efetivamente foram trazidas aqui à colação, ou foram trazidos aqui à colação argumentos políticos interessantes, e é com base nesta argumentação que não tem nada a ver com a funalização da política, porque quando se dirigem ao deputado Figueiredo Santos eu ignoro, porque efetivamente é do PS que estão a falar, não da minha pessoa, mas naturalmente que não terei isso em grande plano, mas sim como questão meramente periférica. Naturalmente que há questões que a oposição coloca que são de sobremaneira interessantes. Uma delas, já escamoteando a questão da dívida, como se ela efetivamente já não fosse fantasmagórica, uma delas é afirmar que efetivamente o PS local não tem uma estratégia de desenvolvimento, estratégia de desenvolvimento local que se atêm ao caderno eleitoral com um caderno de encargos para as soluções para o município. É óbvio que o caderno eleitoral enuncia um conjunto de propósitos da ação política que não de outra, que têm um mérito de direcionar a política local preconizada pelo partido. Portanto, não vamos colocar nas palavras muitas das vezes a rigidez que elas não têm. -----

-----Uma estratégia de desenvolvimento local começa desde logo, ainda que de forma basilar, num caderno ou na confeção, na elaboração de um caderno eleitoral. Claro está que a estratégia vai naturalmente assentando em planos e é óbvio que para que a ação política tenha um fundamento racional e racionalizador que não essa ação que nós gostamos de levar ao público através das transmissões diretas, que é a política emotiva, não é, para que ela tenha de facto um fundamento racional e não constitua de facto uma festa, não é? Senhor deputado, se me deixar,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



tal como eu fiz, ouvi-o com todo o respeito e faço e fá-lo-ei sempre com todo o gosto, se não me quiser, enfim... pronto, agradeço imenso, eu estou a tentar ter uma discussão séria e o mais profunda possível. Mas então avançava-se há pouco e era o Chega justamente que o fazia, o Chega endereçava uma crítica ao Partido Socialista, orientada para o documento aqui em pauta, que se traduzia nos gastos em estudos e pareceres. Se a política não for algo orientado por um saber específico, especializado, se os políticos de tudo sabem, ou sabem de tudo um pouco, realmente senhor deputado, nós dispensamos pedir estudo seja a quem for, porque os peritos deste país levantam facilmente uma ponte do mesmo jeito que a deitam abaixo. Quando eu for grande, vou construir uma ponte e depois destruo tudo, lembram-se desse *sketch* inofensivo? Eu recordo-me como se fosse hoje. É óbvio que se mais não fosse na agenda desta reunião, nós temos justamente a discussão de um plano, acho que se chama de mobilidade sustentável. Estas preocupações não traduzem a imanência de estratégias? Então se não traduzem não sei de que é que estamos a falar? Estamos a falar seguramente de questões bem diferentes e a política então não será nada daquilo que estamos aqui a discutir. Há pouco, o senhor deputado João Caetano, em nome da sua bancada, produzia uma crítica interessante, era de que afinal nós estaríamos a colocar o Keynesianismo na gaveta. Pois é, parece à partida que este documento, como, aliás, à semelhança de outros anteriores, refletiu ou tem refletido uma ação solidária deste executivo com as classes sociais mais desfavorecidas da população, mas não só, com a própria classe média através dos comerciantes em dificuldade. Então, perguntamos, se estes milhões que foram dirigidos a esses mais desfavorecidos e a essa classe média não se constituem queima de excedentes, o que é afinal o Keynesianismo? -----

-----Eu falei senhor deputado para esclarecimento seu, porque me questionou a questão do investimento, e eu falei e fui claro. Este executivo tem executado um investimento mitigado, estou a ser crítico em relação ao executivo, não estou a ser crítico em relação ao executivo, porque condicionei este investimento mitigado justamente ao despontar de debilidades que se entroncam numa crise que tem tido várias expressões, desde a crise pandémica, não é, que supostamente nós conseguimos de todo em todo blar e como povo fomos de uma heroicidade extrema, enfim, e exatamente às questões da inflação, às questões que têm a ver com a dívida herdada e aí inclusivamente fiz uma autocrítica dizendo, bem agora já podem dizer à vontade e foi isso que fizeram que fomos nós que fizemos a dívida. Então não necessitavam de salientar isso, porque isso não traz nada de novo. É que a vossa originalidade é que de facto não é nenhuma. -----

-----Agora, gostaria de lançar-vos um desafio, só para concluir, aliás, eu teria imensos argumentos, mas eu acho que nós muitas vezes entramos num plano verborreico e as nossas ações



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



são incomensuravelmente menores que as nossas palavras. E a minha questão, de certa maneira fugindo às partidarites, era desafiar-vos efetivamente para que pudessem lançar aqui um conjunto de opções que em termos, enfim, de valores, de ação social, de urbanismo, de habitação, do que vocês entenderem, e que não lancem assim de forma caótica ideias de que vamos, quê, dez milhões, senhor Vice-Presidente dez milhões é muito pouco, mas o que é isso? Nós só estamos a brincar, a brandir os números, quanto valem os encargos que este executivo tem pela frente, os senhores sabem? Num quadro absolutamente instável como aquele que nós vivemos, os senhores podem garantir o que quer que seja a este nível? Pode haver algum compromisso com um controle efetivo da realidade? Mas nós não temos humildade política porquê? Termino, senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, às vezes parece-me que já não estamos a discutir a prestação de contas, mas sim o orçamento, é isso que quase que me tem dado a parecer ao longo desta noite. Senhora Presidente, aquilo que a senhora Presidente Isilda Gomes já afirmou nesta Assembleia, é que vamos continuar a ser prudentes e, portanto, vamos avaliar sempre trimestre a trimestre como é que a taxa de execução está-se a comportar, muito como é que o IMT se está a comportar e é assim que vamos continuar a gerir os destinos desta casa e é assim que queremos também depois negociar com o FAM a seu tempo. Se continuar-se a comportar da maneira que se tem estado a comportar até aqui e com os resultados do primeiro trimestre, se calhar para o ano o que é que será que os senhores vão dizer, pode já nem existir endividamento excessivo e aí senhor deputado já nem vamos ter que negociar depois com o FAM e, portanto, continuamos a ser com a prudência que sempre tivemos até aqui para poder apoiar os portimonenses, apoiamos, dois milhões foram para as empresas no tempo do Covid. Não, não, senhor deputado, não vale a pena estar agora a querer falar por cima porque o senhor gosta muito de dizer logo as coisas, agora deixe-me também dizer. O que é certo é que estávamos, podíamos apoiar e por isso conseguimos apoiar. Agora não sabemos, também falam muito da habitação. Da habitação temos que continuar a apoiar e na nossa estratégia local de habitação, sabem muito bem o que temos para sessenta milhões, é o que está previsto gastar e, portanto, senhora Presidente, com isto termino a minha intervenção. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, quero começar por dizer que analisar a prestação de contas nunca pode ser visto sem olharmos para aquilo que esta Assembleia aprovou em sede de orçamento para o ano 2022. É isso mesmo que estamos aqui a fazer, a ver se aquilo que foi aprovado por esta Assembleia foi cumprido ou não pelo executivo, porque não estamos aqui a somar se um mais um dão dois. As



contas certamente estão feitas e estão bem feitas nos relatórios que nos foram apresentados. E começando a análise por aí, o que é que nós vemos? Como o meu colega de bancada já aqui muito bem disse, é que a taxa de execução daquilo que foi proposto e que estava planeado para 2022, ficou muito aquém daquilo que deveria ter sido e podemos falar de algumas coisas. Podemos falar que nesta Assembleia discute-se muito a habitação e eu pergunto o que é que em 2022 foi feito? Quantas casas, quantos fogos, o que é que aconteceu? Nada, às tantas falhou a execução nessa parte. Nós falamos aqui da rede viária também muitas vezes e Portimão cada vez mais em determinados períodos do dia é uma cidade muito difícil de se transitar. O que é que foi feito? Estava previsto a V5, ou o início da construção da V5? Foi feita alguma coisa, foi executado alguma coisa? Penso que não. Também aí o executivo falhou. -----

-----Vamos falar de parques. O parque da juventude já foi anunciada a sua requalificação, umas cinco seis vezes, talvez nos últimos anos. Foi executado, foi feito? Foi um compromisso do PS não foi? Estava orçamentado no ano transato, não estava? Não foi feito, pois não? -----

-----Corredor verde, que falou-se aqui em tempos, há alguma coisa? Não. Espaços verdes desta cidade por acaso têm manutenção, ou é um matagal como nós vemos a maioria das vezes durante o ano e que ali antes do verão, sensivelmente antes do verão, tem ali standezinho, não é? É aparado e tal coisa, mas de resto quando é só para os portimonenses, quando já não há turismo pode ficar um matagal, pode crescer à vontade. É isso que o executivo nos trouxe quando apresentou o orçamento para 2022? Não. Disse que estava lá o dinheiro suficiente para a manutenção dos espaços verdes, e já nem vale a pena continuar, não é, podia falar do cemitério e de outros projetos que nos têm sido prometidos anos a anos, todos os anos, mas são prometidos, não são executados, mas o dinheiro é gasto, uma parte do dinheiro é gasto. Portanto, senhor Presidente se quer os parabéns pelo resultado líquido, muitos parabéns, sim senhora, apresenta aqui um resultado líquido extraordinário, mas à custa daquilo que não fez, à custa dos quinze milhões, por exemplo, que teve excecionalmente além daquilo que estava planeado em IMT, ou seja, onde é que está o vosso toque, o que é que vocês executaram, o que é que vocês fizeram para se vangloriar de um orçamento que cumpriram, sim, não criaram défice graças a deus, ainda bem aprenderam com os erros passados, mas também não satisfizeram os portimonenses e por isso esta bancada com certeza não vai votar a favor de um orçamento de uma execução orçamental que deixou os portimonenses mais uma vez entregues a si mesmos e na mão. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que já não fala nem em planificação, na estratégia, porque desde há dois anos que se repete e diz sinceramente,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



quando se apercebe que... é difícil de perceber o que significa a estratégia e planeamento, acho que não a pena existir. Nós temos andado aqui a perder tempo, aliás, qualquer dia, eu destas assembleias municipais, aliás, isto já me provoca uma certa depressão, ouvir e assistir ao que eu tenho assistido aqui nestas assembleias municipais, e a limitação deste executivo em não conseguir executar nada senão a cobrança de dívida e de gerir as receitas e as despesas do património do município como se estivesse a gerir, isto é mercearia, gerir ao dia-a-dia como o senhor Presidente disse. Ao gerir ao dia-a-dia, talvez também gerir por sonhos e concretizar sonhos do executivo, mas em nada concreto. Nestes três anos que eu estou aqui, ou dois anos que estou aqui vejo uma estratégia, uma planificação, nada. O que eu vejo é uma cidade completamente sufocada por cobrança das contraordenações, e uma cidade, digo-lhe com toda a sinceridade, com algumas já a recorrer, uma cidade já com resquícios pidescos, porque realmente a perseguição que se faz às pessoas, de contraordenações, isto está a tornar-se uma sociedade muito e muito pesada para qualquer cidadão que viva nesta cidade. Não é agradável e convido qualquer um dos senhores, sem as vossas partidarices, ir ao centro da cidade e começar a ouvir as pessoas, terem essa humildade, não terem essa... a vossa arrogância e a vossa falta de humildade para reconhecer a vossa falta de competência para gerir esta cidade há anos. -----

-----Para terminar, é um bocadinho fora, mas gostava que o senhor Vice-Presidente informasse se tem alguma planificação ou estratégia para aplicação das verbas do PRR. Se já existe uma elaboração de projetos para serem cofinanciados pelo PRR. E digo sinceramente que até sou da opinião que se crie uma comissão, depois de ouvir o que tenho ouvido nestas assembleias municipais e a gravidade da vossa falta de gestão autárquica, que se crie uma comissão para acompanhar a aplicação dos fundos do PRR. Obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Luís Filipe Custódio**, ora, respondendo ali um bocadinho ao senhor deputado Figueiredo Santos, eu ainda há um bocado falei de vários aspetos, mas você só referenciou um, que foi os estudos e os pareceres. -----

-----Eu estive aqui só a fazer umas contas pequeninas e Portimão, o município de Portimão tem qualquer coisa como novecentos e sessenta e cinco funcionários, e feitas as contas daquilo que eu falei, que é a formação, se eu dividir os trinta e seis mil euros pelos novecentos e sessenta e cinco funcionários, dá de formação a cada funcionário trinta e sete euros, funcionário, o que é muito aquém para uma Câmara Municipal que quer estar na frente conforme vocês dizem. Portanto, quando você falou nas pontes, construir para depois deitar abaixo, desculpe lá os estudos e os pareceres são importantes, mas se eles não tiverem formação da estaca o plano cai por terra. Portanto, é aqui que eu também acho que vocês devem fazer um investimento, não é só apostar



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



em estudos e pareceres ou seminários e exposições, mas também apostarem um bocadinho na formação das pessoas que trabalham no município para que eles possam de certa forma serem mais competentes para os municípios de Portimão. Obrigado, tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, eu não queria falar de investimentos nem das obras, ainda muito falta para fazer nesta cidade, fica para as GOP'S, mas tenho o caso na Gil Eanes, é com muito custo que eu vou iniciar o meu dia de trabalho. A porta de entrada do meu local de trabalho é uma, casa-de-banho pública, tenho pena, é assim todos os dias, é pena ter ali uma casa- de- banho pública na entrada do meu local de trabalho. Uma das situações que temos falado aqui várias vezes que falta casas-de-banhos públicas, até agora nada é, já estamos aqui praticamente há sete anos, ou oito anos e nada é feito. Na praia da Rocha a mesma coisa, estamos fartos de falar nisso, é verdade, não há um pequeno investimento numas casas-de-banho públicas, até podiam ser autónomas com senhas, com cartões, com moedas ou o que quer que seja, coisas tão simples como isso. Falaram aqui de falta de estratégia, não há um parque industrial que já estamos fartos de batalhar aqui no parque industrial tipo custos controlados para que os empresários possam investir e não sair da cidade. Era uma das matérias no programa do PS. -----

-----Já agora como foi dito aqui, usar o PRR para isso não só para a habitação que tanta falta nos faz, mas também para os empresários e pequenos empresários que não conseguem pagar rendas astronómicas de certos complexos industriais que nós temos na cidade que são completamente privados e que se torne assim muito difícil de os empresários conseguirem pagar essas rendas. Mas, no entanto, parecendo este documento que veio aqui à discussão, parecendo refletir corretamente o exercício no estrito cumprimento dos dispositivos legais e do parecer da firma BDO e Associados, pelo exposto que já falei aqui, a bancada do Bloco de Esquerda vai-se abster. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que queria brevemente, enfim, a discussão aqui deste ponto já vai longa, embora tenha alguma densidade, queria fazer aqui um resumo daquilo que ouviu. Enfim, não percebi muito bem se o senhor deputado Figueiredo Santos quer que seja a oposição a suprir as deficiências do programa do PS, parece que foi isso que foi o desafio que foi lançado, enfim, eu se realmente a ideia foi essa, lamento desiludi-lo, estou disponível para dar aqui sugestões no âmbito da Assembleia enquanto membro desta Assembleia, nomeadamente no âmbito de um plano de estratégia de desenvolvimento municipal. Agora, para suprir aquilo que os senhores não pensaram quando fizeram o programa eleitoral, lamento não estou para isso. Se era essa a sua intenção, enfim, talvez seja melhor pedir a outra pessoa. -----



-----Depois, entre aquilo que ouvi da bancada e quando digo o senhor deputado Figueiredo Santos não o estou a fulanizar, estou a referir-me a si que foi a única pessoa da bancada que interveio, é tão somente isto, e aquilo que ouvi da parte do executivo, eu diria que há fundamentalmente aqui duas razões para a falta de investimento em Portimão nos últimos anos. Primeiro, o Covid, segundo, o Putin, fundamentalmente é isto. Ou foi o Covid, ou foi o Putin e, portanto, estamos conversados. O Covid a OMS declarou ontem ou hoje que a pandemia acabou e esperemos bem que o Putin dentro de pouco tempo também, não digo que acabe, mas pelo menos que a situação da guerra se resolva, e eu se calhar senhor Vice-Presidente tenho receio para o ano se os senhores não apresentarem realmente um plano de investimentos congruentes, estruturados e com um horizonte de médio e longo prazo, que não haja desculpa para a falta de investimento. Porque o Covid já lá vai e o Putin se calhar a guerra se calhar não chega ao ano que vem, esperemos bem que não chegue e, portanto, quer dizer, isto é a ausência de estratégia, é arrecadar receita, arrecadar receita digamos que fácil de arrecadar, que os portimonenses estão a pagar, têm que pagar os IMIS, quem compra casa tem que pagar o IMT na maior parte dos casos, tem que pagar outro tipo de impostos, nomeadamente tem que pagar derrama, as empresas têm um lucro tributável que seja sujeito a derrama, têm que pagar os setenta vírgula zero cinco por cento de participação variável no IRS, não podem fugir também, pelo menos quem paga IRS e é isto, portanto é relativamente simples apresentar números simpáticos depois na execução orçamental. Agora, eu vou daqui senhor Vice-Presidente, embora goste de vê-lo a sorrir, vou daqui com um amargo de boca, não são os resultados, esses são realmente, não é sempre, são positivos. O amargo de boca que eu levo daqui é que mais uma vez e isto também vem, digamos atarraxado aos resultados positivos, é que o senhor não consegue aqui assumir nesta Assembleia um compromisso claro, objetivo e firme, dizer assim, «nós vamos propor isto, isto e isto à comissão executiva do FAM. Não consegue e, portanto, como nós aqui nesta bancada não passamos cheques em branco e não é de hoje nem de ontem, hoje também não vamos passar e como o senhor não se comprometeu aqui com uma negociação calendarizada e objetiva com a comissão executiva do FAM, nós não estamos disponíveis para viabilizar este documento e iremos votar contra. Disse. --

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo da Conceição Leonor Mateus**, só para responder ao deputado Figueiredo que agradecemos o repto, há dois anos que aceitámos este repto e trouxemos propostas concretas, intelectualmente construídas a esta Assembleia, foram sempre chumbadas pelo PS pelos motivos apenas e só políticos, zona trinta, corredores verdes, plantação de árvores, chumbaram tudo, portanto se nós



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



não conseguimos que sejam aprovadas as nossas propostas construtivamente, o repto está aceite, iremos continuar que faz parte da nossa génese, mas já sabemos o resultado que é o chumbo. --
-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-a)** - Apreciação e Votação dos documentos de prestação de contas individuais, relativos ao exercício económico de 2022 e proposta de aplicação de resultados nos termos da Proposta - Deliberação **de Câmara nº241/23, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	5	0	0	2	0	1	0	8
VOTOS CONTRA	0	0	3	2	0	1	0	1	7

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

Foram aprovados, por maioria, os documentos de prestação de contas individuais, relativos ao exercício económico de 2022 e proposta de aplicação de resultados, nos termos da Proposta. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4-b)** Apreciação do Inventário dos bens patrimoniais registados contabilisticamente no exercício de 2022, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 244/23**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, é assim, é com alguma estranheza que o PSD se apercebeu de um lote de terreno urbano que está aqui incluído no inventário e que gostávamos de ver esclarecido se de facto se trata de algum erro, ou se é de facto o património de um município. E o terreno em causa é ali o largo do Dique, o número quinze e o número dezasseis. Nós estivemos a analisar o número de polícia quinze e dezasseis e está lá o próprio número afixado nas fachadas dos prédios e trata-se de uma agência de viagens e trata-se de um estabelecimento de restauração, ligado à restauração. Eu gostava de saber se esse imobilizado é de facto o município e se é do município, ou é o contrato que está subjacente às atividades económicas que lá se vão a desenrolar. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que os bens móveis, imóveis existentes e a adquirir pelas autarquias locais são instrumentos de trabalho fundamentais para um bom desempenho das atribuições que lhes estão aferidas, tendo um potencial técnico e económico mantidos e conservados em bolso. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- O controlo do património municipal é uma ferramenta eficaz na elaboração de inventário permanente atualizado e que se possa in loco saber do seu estado, valor, afetação e localização dos bens que nele constem. -----

-----O município de Portimão implementou em janeiro e muito bem de 2020, o sistema de normalização contabilística para administrações públicas, que é o dito SNC/AP. Ainda assim, o Partido Chega desconhece qual o método de classificação e atualização do património municipal. Desconhece também o património municipal cultural que não foi classificado por peritos. Obrigada, tenho dito.

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, para dizer que gostaria apenas de explicar um bocadinho melhor aquilo, ou prosseguir na intervenção iniciada pelo seu colega de bancada, porquanto realmente eles detetaram nesta relações de bens patrimoniais o seguinte. Nas páginas quarenta e sete e na página cento e três do mapa geral encontramos as referências a lotes de construção urbana que o meu colega identificou, que como lotes, aparecem lotes de construção urbana que nós identificámos com os números quinze e dezasseis do largo do Dique que correspondem a estabelecimentos comerciais ali instalados, portanto, juridicamente, ou enfim, há aqui um lapso qualquer que não entendemos e ele já pediu a explicação. -----

-----Depois, estes mesmos prédios repetem-se no mapa geral de bens nas páginas quatrocentos e sessenta e um e quinhentos e dezanove, portanto é a repetição da mesma descrição, ok? Em mapas diferentes, primeiro no mapa geral e agora no mapa geral de bens com avaliação, no qual consta a avaliação. Até aí eu percebo, mas continuamos a não perceber que lotes são estes, porque lote urbano é um terreno que está aprovado para construção, mas não tem ainda o edifício e ali existem dois edifícios. Será confusão com os dois lotes adquiridos e que foram demolidos para fazer a passagem do novo traçado rodoviário. -----

-----Por fim, na página oitocentos e quarenta e três aparece na estrada de Alvor também um mapa dos imóveis abatidos, aparecem imóveis e lotes de construção abatidos que eu gostaria que me explicassem quais são estes imóveis abatidos e a que é que corresponde este abatimento de imóveis. Por fim, não encontramos em todos estes mapas de bem patrimonial qualquer referência ao património que nós julgamos existir que corresponde à habitação social, aos focos construídos, direitos de superfície, etc. Aliás, apenas enquanto referência a direitos de superfície abatidos na página oito quatro três na estrada de Alvor. Não sabemos o que é feito do património social de habitação, nomeadamente que cremos que corresponderá a edifícios de prédios urbanos. Para já, para iniciar por aqui agradeço as vossas explicações. Tenho dito. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que também gostaria de fazer uma breve questão das coletividades, onde a Câmara cedeu os terrenos há cinquenta anos, ou noventa anos, eu penso que é assim que se fazia, esses terrenos também estão neste documento? Gostaria de saber se isso está, porque eu não vi e gostaria de saber. Tenho dito. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, senhora Presidente, realmente do que o deputado Vítor Couto disse aqui, temos que ir ver bem por causa da numeração, isto deve ser dos dois lados que comprámos. No entanto, isto já tinha sido decidido aqui que só estão os abates e aquilo que comprámos, mas, no entanto, está aqui o Dr. Pedro Pereira que pode esclarecer melhor esta situação, Dr. Pedro Pereira faça favor. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o Dr. **Pedro Pereira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o que ficou decidido em assembleias anteriores, é que só vinha no inventário apenas o que era adquirido no ano, ou o que era abatido num ano, não vinha o inventário todo. Se for essa a decisão de vir o inventário todo, passa a vir o inventário todo. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que se pode fazer, entregar aos líderes de bancada se assim também o entenderem. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que enviam para todos. Se quiser, enviamos para todos. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, eu peço desculpa é que realmente não faz sentido, mas pronto, se eu fizer um inventário dos meus bens, terão os que eu possuo, em geral, não é, todos atuais, portanto atuais, portanto esse é um critério que eu desconhecia, a minha bancada desconhecia esse critério e não nos fará assim à priori grande sentido, será um critério contabilístico ou das normas, não sei. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o Dr. **Pedro Pereira**, para dizer que foi uma coisa da Assembleia. Estamos a falar entre vinte mil bens. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, ó senhora Presidente, o Dr. Pedro Pereira vai enviar tudo para que não haja aqui, isto já tinha sido de outras Assembleias anteriores e, portanto, assim os senhores deputados ficam com os documentos todos para poderem analisar. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, a gente só está aqui a falar daquilo que, da vossa informação. O que o senhor aqui



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



disse foi que o inventário que nos enviaram tem a ver com os imóveis abatidos e adquiridos. É tudo, pronto, ok. Agora, oitocentas e tal páginas para isto. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que propôs um critério e não tem qualquer interferência, nem participou em qualquer deliberação relativamente a essa matéria. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que o Dr. Pedro Pereira está-lhe a dizer que deve ser à volta de dez mil páginas. Nós vamos enviar todas para poderem ter os documentos todos e para que não haja confusão nenhuma. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao senhor Vice-Presidente que vão estabelecer ali um critério que ela acha que é razoável que é, cada líder de bancada recebe o exemplar para ter a integralidade do inventário e os senhores deputados e quem quiser consultar ou pedir essa *pen* com esses dez mil, distribui entre cada grupo partidário, e a senhora deputada Independente receberá e os senhores deputados únicos receberão o exemplar completo. Os outros senhores deputados recebem aquilo que é do ano. Parece-me que é um critério perfeitamente razoável. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, para dizer à senhora Presidente que tinha uma proposta que ia fazer. Claro que nós não queremos saber quantos parafusos como está aqui neste inventário, não é isso que nos interessa nem as cadeiras, se estão partidas ou se não estão partidas. A nós interessa-nos efetivamente o imobilizado da Câmara. -----

----- Aquela proposta que eu faço, é que passe a constar sempre que venham documentos destes aqui, todos os bens que estejam avaliados num valor superior a cinco mil euros, por exemplo, que é o valor que está definido para aquilo que tem que ser publicado no portal da base, por exemplo, quando há uma contratação pública, porque a nós é importante muitas vezes nós sabermos o que é que é o imobilizado da Câmara, nomeadamente a nível de terrenos e isso, porque se é nossa função propormos soluções, se nós não sabemos o que é que é nosso, o que é que nós temos, se não temos esse documento como é que nós vamos propor ou fazer alguma coisa minimamente estruturada? É por causa disso que nos interessa, nós não queremos por outro motivo qualquer de bisbilhotice saber o que é que a Câmara tenha ou não tenha. Agora, se nós queremos propor projetos e opções estruturadas, nós temos que ter esse conhecimento e acho que é isso que nos tem faltado e este documento não nos satisfaz. Portanto, eu propunha que passasse a vir um documento mais bem construído. Obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, então será feito na integralidade, é isso no fundo, portanto vai ser entregue na íntegra o inventário e não haverá qualquer... estamos esclarecidos. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu antes de mais, além destas questões que foram aqui colocadas, há aqui uma questão de base que tem que ver com a natureza e a forma como o documento está aqui elaborado. Bom, para já há aqui uma questão e isto é um contributo que vejam como, não é uma crítica, é um contributo que vejam como construtivo para que nós aqui também possamos abordar e apreciar o documento de uma outra forma. Vêm aqui os mapas com os bens que constam do inventário, mas não há aqui uma informação técnica de suporte que nomeadamente enquadre a natureza depois dos mapas, que diga nomeadamente aquilo que o Dr. Pedro Pereira aqui explicou, ou seja, que o que consta do documento que veio aqui é o que foi abatido e que foi adquirido perante o exercício de 2022 e, portanto, se houvesse aqui uma informação a enquadrar o documento que vem a seguir, pelo menos essa ideia aqui tinha ficado bem presente nas nossas mentes quando olhamos para o documento. E depois, há aqui outra questão, quer dizer, o documento em termos de leitura propriamente dita, enfim, está configurado da forma em que está e essa forma também não favorece muito a leitura do documento. Quer dizer, isto para quem já tem miopia é quase uma candidatura a aumentar para aí duas Dioptrias em cada olho no mínimo, não é? pronto. Dificulta não é a questão da oftalmologia, é a questão de, dificultar a análise do documento. Portanto, isto para dizer, eu acho que se calhar temos que tentar aqui modelar o documento de outra forma que facilite também a sua análise e ponderação por parte dos membros da Assembleia a bem também aqui da intervenção e do debate no plenário, isto na medida do possível para os serviços. E depois há aqui uma questão que eu gostava de colocar. No ponto anterior, falou-se aqui da questão que vem aqui de uma das reservas do ROC, que era o património histórico tangível. Eu receio, sou sincero, não consegui chegar lá ao grau de type para perceber se consta aqui os tais bens históricos que às vezes são difíceis de avaliar, mas deduzo que não estejam aqui neste documento, estarão nas outras nove mil, duzentas e qualquer coisa páginas que faltam vir aqui e que foram prometidos ser entregues aqui aos líderes de bancada pelo menos. Dito isto, o documento se calhar, quer dizer, carece aqui de algum complemento e de alguma densificação adicional para também facilitar o nosso trabalho, porque senhor Vice-Presidente não é fácil mastigar, bom dez mil não é seguramente fácil, mas ainda que sejam oitocentas e setenta e qualquer coisa páginas, com este formato não é fácil até para quem não tem falta de vista e eu tenho. Disse. ----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que têm só uma questão a colocar em relação ao inventário e é rápida. Gostaria de perguntar ao executivo se através deste inventário que foi elaborado, conseguimos ter uma lista dos imóveis municipais passíveis de serem utilizados para entrar no mercado imobiliário, se temos esses imóveis, se é possível, se têm ideia de um custo que isso poderá ter e de quando é que poderiam estar disponíveis. Disse. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, respondendo ao deputado João Caetano, por acaso na informação que foi enviada para a Assembleia já ia aquilo que o Dr. Pedro Pereira disse, que era só das aquisições e dos abates. Não, na informação última que foi agora e julgo que foi enviada para os senhores deputados, na última informação, é de 31 de março de 2023, senhor deputado, sim na informação escrita. Não, a informação que foi em anexo dos serviços para o suporte, onde ia o inventário, essa informação dizia lá. -----

-----Depois, quanto à habitação, o que temos, é num inventário total onde temos a habitação social e a habitação social está toda ocupada, mas vamos enviar a documentação toda que é para que possam analisar, trabalhar, como o senhor deputado João Caetano diz mastigar e, portanto, para que possam ver a informação, temos é que tentar realmente ver se conseguimos analisá-la bem, porque a dimensão que vai é na realidade muito pequena, mas vamos trabalhá-la para que os senhores deputados todos tenham conhecimento de todo o património e de todo o inventário do município. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, senhor Vice-Presidente, eu estava-me a referir a imóveis que pudessem ser convertidos, não à habitação social que já exista. Eu estou a ver aqui, por exemplo, no mapa de imóveis abatidos, há aqui uma série de lotes de terreno destinados a construção que foram abatidos. A minha questão é, será que não poderiam ser reaproveitados? Não poderiam ser utilizados esses lotes? Tenho aqui lote de terrenos estrada construção urbana no Corta Ventos, lote de terreno em direito de superfície para construção urbana, na Má Partilha e por aí fora. A minha questão põe-se, será que não se podia aproveitar estes lotes para construção de habitação social? Disse. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, mas esses que vêm são os que foram vendidos e, portanto, foram vendidos para a habitação, foram vendidos exatamente. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que nos termos da lei não tem que ser votado e, portanto, os documentos de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



prestação de contas sim têm que ser votados, o inventário não tem que ser votado, tem que ser apreciado e, portanto, a apreciação terminou, podemos continuar para o próximo assunto da ordem de trabalhos. -----

-----Foi apreciado o Inventário dos bens patrimoniais registados contabilisticamente no exercício de 2022, nos termos da Proposta. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, **o Ponto 4-c)** Discussão e votação da Isenção de pagamento das Taxas de ocupação do espaço público e publicidade dos estabelecimentos comerciais sitos no Largo do Dique e Praça Manuel Teixeira Gomes, previstas nos Regulamentos de Ocupação da Via Pública e de Publicidade e Propaganda do Município de Portimão, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 233/23**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. ---

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que questionava aqui o executivo antes de mais, do teor aqui da proposta. Parece-me que esta proposta de isenção, embora se refira aqui à questão da pandemia e à situação, dificuldades que muitas empresas sofreram e algumas ainda sofrem devido à pandemia, esta proposta de isenção tem que ver sobretudo com a intervenção que está ali a ser efetuada com a abertura daquela via entre o largo do Dique e o largo Primeiro de Dezembro e, portanto, deixava aqui duas questões. A medida, esta medida, enfim, é simpático, não é, é sempre simpático isentar taxas a empresários, comerciantes, particulares, etc. a questão/preocupação tem que ver com, primeiro, eventualmente a escassez desta medida tendo em conta o impacto que aquelas obras poderão ter no volume de negócios daquelas pessoas que operam na zona e eu lembro-me que as obras estão a decorrer já há alguns meses e segundo ouvimos aqui no dia 28 de abril, enfim, prevê-se que estejam concluídas em meados de julho, mas é uma previsão, porque, enfim o documento que aqui veio fala em seis meses a contar de fevereiro, que iria cair em meados de agosto e eu não quero acreditar, já o disse aqui no dia 28 e volto a referir, não quero acreditar que, e espero bem que não aconteça, que as obras entrem pela época turística adentro, porque então aí se isso eventualmente acontecesse, e volto a frisar espero que não seja o caso, isto que vem aqui hoje é uma pequena migalha no universo de prejuízos que aqueles comerciantes ali vão sofrer e, portanto, a questão é, primeira, que medidas adicionais é que o executivo além destas está a ponderar para minorar os prejuízos daqueles comerciantes e empresários devido a estas obras? Segunda, se nesta data aqui 5 de maio, se é expetável que as obras sejam terminadas antes do início da época turística, digamos assim, ou seja,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



antes do início do mês de julho de 2023 e, portanto, eu queria que me esclarecesse estas duas questões para já. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que esteve a apreciar o ponto e vê que há aqui outras ruas que podiam ser incluídas também neste ponto, que é o caso da Júdice Biker, da Cândido dos Reis, a rua Serpa Pinto. Eu acho que estas ruas também deviam ser... o largo Primeiro de Dezembro, deviam de ser também incluídas neste ponto, porque estas pessoas também, como já foi dito aqui, também vão sofrer danos à custa daquelas obras e também como foi já dito aqui, essas obras que acabassem o mais rapidamente possível, se ficasse nos meados de junho, julho era excelente para que estas pessoas não sofressem um grande impacto nas suas contas. Tenho dito, já que o verão também é tão curto. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, estas medidas que tomámos foram medidas que foram faladas pelos empresários daquela zona. Como é óbvio também queremos que a obra termine e até agora tudo está a correr bem, está a correr dentro da normalidade e esperamos que a obra termine até, eu até acho que poderia terminar, vamos ver se conseguimos que termine antes do prazo. Agora, quando se faz as obras, as obras realmente causam transtorno, mas também fazemos as obras para que depois as coisas fiquem melhores, mas também acho que se os comerciantes nos pedirem e for considerado como carga de rendimentos, poderemos analisar, o executivo de certeza que está disponível para analisar outras contrapartidas, podemos apoiar, desde que sejam devidamente fundamentadas e que façam o pedido, acho que estamos disponíveis, assim como estivemos disponíveis logo, assim que falámos com os comerciantes para podermos dar esta medida e esta medida vai rondar os dez mil euros, e na realidade para aqueles comerciantes é pouco e, portanto, desde que seja fundamentado e pedido, o executivo estará na disposição de analisar. Tenho dito, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, o PS naturalmente que não irá pôr em causa os fundamentos desta proposta relativamente ao pedido de isenção. Simplesmente de facto, a nossa opinião é de que esta questão é efetivamente mais complexa, será supostamente mais complexa, enfim, penso que nós temos em comum esta expectativa de que de um modo geral, sendo uma expectativa pessimista, porque as obras costumam sempre ir muito além em termos temporais daquilo que à partida, enfim, cuja consignação tenha à partida, mas efetivamente nós gostaríamos obviamente de pensar que, enfim, ao abrigo deste decreto-lei, esta concessão de isenções totais ou parciais relativamente aos impostos, enfim e outros tributos, ela deveria de ser um pouco mais esclarecedora, se é que é possível sê-lo, portanto, nem



sequer digamos esta postura pode ser tomada como crítica, porque nós não sabemos ao certo assim de todo em todo, se seria difícil a projeção, uma projeção estimada das receitas que o município está a abdicar, porque estávamos a ver só digamos o que tem a ver com as dificuldades acrescidas dos comerciantes nesse espaço, não é, mas era interessante também por uma questão de sabermos efetivamente em termos quantitativos o que é que estamos aqui a deliberar, era interessante ter aqui, enfim, uma projeção estimada das receitas do que o município está a abdicar e por quanto tempo, naturalmente se este tempo é flexível, esta isenção vai ou não vai acompanhar a duração da execução da obra, ou seja, qual é o peso económico desta decisão, nós não sabemos qual é o peso económico desta decisão para o município. Ficámos muito felizes pela circunstância de obtermos um esclarecimento prévio já do senhor Vice-Presidente da Câmara, de que o município estaria aberto à fundamentação de despesas superiores àquelas que são as constantes ou as médias, digamos, não é, as despesas médias para essa época do ano, face de facto a uma situação deficitária provavelmente criada pelas obras e, portanto, se essa fundamentação for entregue e naturalmente esses comerciantes forem ressarcidos, ótimo. Portanto, da nossa parte, há esses dois aspetos que esta proposta, enfim, contém e que deveriam ou que poderiam ser objeto de um maior esclarecimento em termos de tornar isto um pouco mais transparente, mais cristalino. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, em relação àquilo que o senhor Vice-Presidente disse, bom, ó senhor Vice-Presidente, mal seria que os comerciantes viessem pedir eventualmente mais apoios e o senhor está a analisar, senhor Presidente, é claro que tem a obrigação de analisar. Eu esperaria era que da parte do executivo houvesse eventualmente uma atitude mais proativa, porque vamos lá ver uma coisa. A empreitada iniciou-se em fevereiro, com um prazo estimado de duração de seis meses, ou seja, quando os senhores iniciaram a empreitada em fevereiro, sabiam expectavelmente que se cumprisse o prazo, a obra iria terminar em agosto e, portanto, a pergunta óbvia é porque é que não anteciparam o início da empreitada, de forma a que eventualmente o final da obra ocorresse antes do início do verão. Portanto, eu esperaria sinceramente e deixo aqui essa sugestão, enfim, é um contributo modesto, mas bem intencionado que deixo em jeito de resposta ao desafio do senhor deputado Figueiredo Santos no ponto anterior, para que o executivo tome uma posição proativa, no sentido de, junto dos comerciantes saber de que forma pode efetivamente apoiar não vendo as perdas e os restantes que deixam de auferir em função desta obra. Não é estar aqui passivamente à espera que venham cá bater à porta e peçam apoio, porque houve aqui, enfim, e esperemos que não seja pior, houve aqui se calhar, enfim, algum otimismo na calendarização da obra, e todos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sabemos, quer dizer, enfim, não se quer fazer as obras de verão, porque há época turística, não se quer fazer de inverno, porque é inverno, infelizmente o inverno que tivemos aqui este ano nem foi particularmente chuvoso. Infelizmente, porque era bom que tivesse chovido um bocadinho mais, portanto não há muita justificação parar de fazer as obras mais no período de inverno. Os senhores fazem uma empreitada destas iniciar-se em fevereiro com seis meses de duração estimada. Deixava aqui esse pequeno contributo, respondendo afirmativamente aqui ao repto do ponto anterior. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, ó senhora Presidente, eu por acaso, o senhor deputado disse que começámos a obra em fevereiro. Se não tivéssemos começado em fevereiro, tínhamos começado no ano novo e no natal e, portanto, teríamos sempre aqui alguns assuntos para falarmos e também já vou esperar que este assunto quando começarmos no parque da juventude, também temos que ver quando é que vamos começar, também deve causar prejuízo a alguém, e depois vamos começar o parque urbano do mercado e vamos causar também prejuízo a alguém. Portanto, se faz é porque fazemos, se não fazemos é porque não fazemos, portanto, vamos andar... ó senhor deputado, eu ouvi-o, você fala de todos os assuntos e, portanto, agora também deixe-me eu dizer isto que estou a pensar senhor deputado. Eu estava aqui a sorrir, porque na realidade quando fazemos é porque fazemos, quando não fazemos é porque não fazemos e, portanto, vamos continuar a fazer na medida que podemos e é isto que vamos continuar senhora Presidente, ali começou em fevereiro, senão também tinha começado no ano novo e também para aqueles comerciantes também não era bom. Portanto, esperamos que a obra esteja terminada no tempo, está a andar muito bem e é isto que todos queremos. Muito obrigada, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, queria dizer apenas duas ou três questões sobre isto. É evidente que o PSD acompanha, portanto, favoravelmente a proposta que aqui nos é apresentada, não podia ser de outra forma como é lógico, sabendo que os comerciantes afetados vão ser muito afetados, como é lógico. Eu estou ali todos os dias e, portanto, quer dizer, ainda não estamos no verão e as pessoas queixam-se, como é lógico, quer dizer, antes tinham a casa cheia, agora têm duas ou três pessoas, isto para o lado da casa inglesa, uma pessoa vai ali tem duas ou três pessoas nem isso tão pouco. Portanto, é evidente que aqueles comerciantes vão ser muito, mas muito afetados. -----

----- Dizer também ao senhor Vice-Presidente que esta questão foi levantada por mim e pela minha bancada o início das obras, nós alertámos sempre em preocupação, porque a Câmara ao fazer as obras acho que as deve fazer, sem dúvida nenhuma. Agora, deve ter uma preocupação em começá-las e no tempo em que as começa para não prejudicar as pessoas. É evidente que uma obra



destas que vai terminar no mês de agosto na zona mais emblemática, digamos assim, conhecida de Portimão, eu acho que, enfim, deveríamos de ter um pouco de mais cuidado no início e na programação destas obras, desculpem lá, porque se esta obra fosse feita num extremo, eu compreendia, pois tem que ser feita, tudo bem. Agora, nesta zona da cidade, eu acho que deveria de haver uma preocupação em iniciar as obras o mais rápido possível e na época de inverno, para que pudessem terminar no início, ou pelo menos na época média, digamos assim. O que vai acontecer, é que as pessoas ao lerem aquilo, e estão preocupadas, é que termina e o benefício termina no mês de agosto e, portanto, quer dizer, as pessoas já meteram na cabeça que os outros anos, um ano foi a pandemia, o outro ano foi não sei quê e este ano é as obras que a Câmara realizou ali. Bom, portanto, é preocupante, é um facto, é preocupante, é evidente, agora, eu acho que nesta situação quando a gente critica e os senhores dizem, somos criticados por fazer e por não fazer. O que é facto, é que eu pessoalmente, pelo menos e a minha bancada, alertou quando a Câmara adquiriu o edifício de quando é que iriam fazer as obras. Sempre o dissemos, pelo menos eu aqui disse, basta ler, portanto, as atas e para ver, foi uma preocupação que nós tínhamos e acho que a Câmara deveria ter tido essa preocupação. Eu sei que as coisas podem, às vezes demoram, estão previstas demorarem quatro meses e demoram mais uma, tudo bem, mas a gente numa zona, a zona da casa inglesa, que é chamada a zona da casa inglesa, toda a gente conhece, é um ponto, enfim, que não é um ponto qualquer, não é? É um ponto de encontro, que as pessoas... e deveríamos ter essa preocupação. É por isso que acho que se conseguirem e se as pessoas se queixarem, acho que a Câmara, como aqui foi dito, está disponível para apoiar essas pessoas e eu concordo perfeitamente, porque não é fictício, é real o prejuízo que as pessoas vão ter. Portanto, era o que eu tinha a dizer e, portanto, e que o PSD como é lógico acompanha, portanto, esta medida como não podia deixar de ser. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, ó senhores deputados, o código de contratação pública temos cumprido e nem sempre as coisas corem como nós queremos. Ainda agora falaram aqui dos espaços verdes, por exemplo. Os espaços verdes, o concurso que fizemos e por lotes, já era para ter iniciado em março, que foi quando a última empresa acabou. Temos todos a consciência disto. Agora, ainda vai para tribunal de contas e, portanto, só quem não trabalha nestas áreas, e eu espanto-me muito que o senhor deputado João Caetano diga isto, porque sabe muito bem o que é que é os tempos que tem que correr, senhor deputado. Na contratação pública não é como nós queremos, não é em todos os lados e nos outros lados corre tudo bem, só aqui é que corre mal, portanto, tenho dito, senhora Presidente, não vou dizer mais nada. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-c)** Discussão e votação da Isenção de pagamento das Taxas de ocupação do espaço público e publicidade dos estabelecimentos comerciais sitos no Largo do Dique e Praça Manuel Teixeira Gomes, previstas nos Regulamentos de Ocupação da Via Pública e de Publicidade e Propaganda do Município de Portimão, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 233/23, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

Foi aprovado, por unanimidade, a Isenção de pagamento das taxas de ocupação do espaço público e publicidade dos estabelecimentos comerciais sitos no Largo do Dique e Praça Manuel Teixeira Gomes, previstas nos Regulamentos de Ocupação da Via Pública e de Publicidade e Propaganda do Município de Portimão, nos termos da Proposta. -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4-d)** Discussão e Votação da Retificação da Deliberação de nomeação do Fiscal Único para o Triénio 2023 -2025, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 175/23**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que efetivamente, na proposta de deliberação para a EMARP, na proposta de deliberação da Câmara, houve uma troca e por causa disso, em vez de ser indicado a sociedade de revisores oficiais de contas, foi o seu representante legal e por via disso o registo foi um registo provisório e, portanto, tem que se converter em definitivo com correção da deliberação e nesse sentido é por isso que a proposta de deliberação é uma proposta de deliberação de retificação da deliberação. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, era só em nome da bancada para fazer aqui um ato de contrição público para ficar em ata, com mea-culpa, dizer que, enfim, por algum motivo isto também nos passou na outra vez que veio aqui. Não, não, eu não faço pelos outros, não é? eu faço por mim, cada um fará se entender que deve fazer, eu estou a fazer por



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mim, pela bancada, por nós aqui os dois da bancada para que nem haja dúvida, porque falhou-nos isso e passou-nos essa questão e, portanto, nessa medida iremos acompanhar aqui a proposta de retificação, porque realmente aquilo que deveria ter sido deliberado na primeira vez era nomear a sociedade de revisores oficiais de contas e não o ROC, pessoa física, não é, portanto, nessa medida, as nossas desculpas ou ato de contrição e mea-culpa da bancada por esse facto. Disse. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-d)** Discussão e Votação da Retificação da Deliberação de nomeação do Fiscal Único para o Triénio 2023 -2025, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 175/23, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

Foi aprovado, por unanimidade, a Retificação da Deliberação de nomeação do Fiscal Único para o Triénio 2023 -2025, nos termos da Proposta. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, estava aqui a lançar mão do documento, eu acho que foi a grelha de cento e cinquenta minutos que ficou para este ponto, ficou deliberado. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que é a grelha de cento e cinquenta minutos. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que são onze e trinta, portanto, enfim, se toda a gente quisesse falar o tempo que lhe está atribuído, não tinham tempo suficiente. Mas a questão para mim nem é essa senhora Presidente. Eu, dada aqui a natureza do ponto, dada a importância deste plano e dadas, enfim, as matérias que há aqui para falar sobre este ponto, eu parece-me que seria conveniente se calhar deixarmos isto para uma próxima reunião e discutirmos com alguma ponderação este ponto, mas isto é a nossa posição. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que a maior parte do tempo é do Partido Socialista, o Partido Socialista tem aqui um, e o executivo, obviamente, também não sabe qual é o tempo de intervenção. Se o Partido



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Socialista prescindir de uma boa parte de tempo que tem na discussão deste programa... temos uma hora, nos termos do regimento temos uma hora, temos cá os técnicos para explicar. Portanto, as bancadas são soberanas e têm que decidir, não é só a Presidente que tem que tomar a posição.

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, muito bem, pela parte do PS, nós somos apologistas de que devemos iniciar a discussão, sem prejuízo obviamente de dar sequência depois a esta discussão numa Assembleia seguinte, não é? Não faz sentido agora, digamos à partida, à priori o PS estar, digamos a perspetivar que tempo é que vai ter de, porque depende da dinâmica da discussão. -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o ponto 4-e) Discussão e Votação do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Município de Portimão – (PMUS), nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 155/23**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra.-----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, que principiou por cumprimentar todos os presentes e dizer que sobre este assunto, se calhar fazer aqui uma breve nota introdutória e deixar aqui apenas algumas considerações introdutórias ao debate que certamente todos terão oportunidade de fazer. -----

----- A primeira é a seguinte. Este plano existe, porque o município de Portimão naquilo que é a sua visão estratégica para um município que se quer desenvolvido, moderno, sustentável, equilibrado, harmonioso no seu espaço territorial e amigável para a vivência desse espaço através dos seus cidadãos, tomou a iniciativa de promover e olha para a mobilidade sustentável como um vetor fundamental desse desenvolvimento estratégico que queremos para o município de Portimão e por isso mesmo tomou há cerca de dois anos a iniciativa de promover a elaboração deste documento, que é em primeira instância, um documento, um instrumento de apoio à tomada de decisão por parte do município em matéria de mobilidade sustentável, ou seja, este documento é um documento que foi promovido por nós, pelo município, há aqui uma antecipação à própria legislação nesta matéria, só este ano, ou se não me engano no ano passado, surgiu alguma legislação nesta matéria que ainda é pouco concretizadora em termos de metas e de balizas para a elaboração, mas já faz aqui uma referência ténue à necessidade dos municípios elaborarem planos de mobilidade sustentável, aliás, em crítica até dizer que Portugal é se calhar um dos países mais atrasados em termos de legislação nesta matéria na Europa, mas o facto é que só agora recentemente também surgiu e o município antecipou-se a esta legislação numa ótica de visão estratégica para ter um documento orientador em matéria de tomada de decisão nesta área. ----



-----Depois, dizer que este processo de elaboração no qual foi contratada por concurso uma empresa especializada consultora que nos assessorou a elaborar este plano, durou cerca de dois anos e teve muitas fases, houve uma auscultação de um conjunto de *Stakeholders*, nomeadamente institucionais da esfera política, estou a ver ali o deputado Américo a abanar a cabeça, mas na informação que vem com o plano municipal dá perfeitamente para perceber o conjunto de reuniões que existiu, desde sessões de esclarecimento, reuniões de trabalho com entidades a nível nacional, local, esfera política, ISMAT, Câmara Municipal, Proteção Civil, CHUA, CCDR, UALG, EVA, Frota Azul, um conjunto de entidades, em várias sessões onde fizemos aqui auscultação, discussão, houve uma sessão pública na qual foram convidados também todos os deputados da Assembleia Municipal a estar presentes e alguns estiveram presentes e fizeram considerações sobre a matéria e houve também, não por obrigação, porque este não é um plano com essa natureza, nem tem que ser por lei aprovado, nem em reunião de Câmara, nem em Assembleia Municipal, deixar isto aqui claro, ele é trazido cá porque entendemos a importância do mesmo e achamos que ele deve ser visado por todas as forças políticas nesses órgãos de soberania, mas nessa sessão todas as forças políticas foram convidadas a participar e houve esse processo de consulta pública, onde a comunidade civil, a sociedade civil foi chamada a participar. Este modelo poderia ter sido outro qualquer, podia ter sido melhor ou pior, poderia ter sido de outra forma, a verdade é que foi o modelo que foi, foi um modelo que procuramos ser um modelo que ouvisse o máximo de entidades possíveis e parece-me a mim que dada a natureza deste próprio plano e à forma como ele vai ser executado e monitorizado, acompanhado no tempo, a participação de todos estes Stakeholders efetivamente não se esgota nesta fase de auscultação, mas terão uma participação ativa e isso está também previsto num modelo de governação e de governança que o plano define. Pronto, esta era a primeira nota. -----

-----Depois, dizer o seguinte. Este plano é um plano, chamado um plano de terceira geração, ou seja, a mobilidade sustentável hoje e bem já não se resume a tratar dos problemas da mobilidade, do tráfego rodoviário, dos problemas de circulação rodoviária, nem dos problemas relacionados com os problemas viários ou problemas de trânsito de circulação. Também já não é um plano que olha só para a questão, como olhavam os planos de segunda geração da importância, da promoção e do desenvolvimento dos transportes públicos e da mobilidade suave, é um plano de terceira geração, é um plano que pretende integrar todos estes desafios que são pertinentes e que existem numa ótica de intervenção do território, que promova de forma integrada, do ponto de vista urbanístico, do ponto de vista de intervenções estratégicas, planeadas, a melhoria efetiva da qualidade de vida dos cidadãos naquilo que são as suas necessidades de mobilidade. O que se



pretende, efetivamente, é que haja uma humanização do território do espaço público na prossecução destes objetivos de melhoria de mobilidade. E o plano, para dar aqui uma nota introdutória, defende obviamente nesta perspetiva sete ou oito eixos estratégicos, sete ou oito objetivos estratégicos, que e depois consubstanciam num plano de ação. -----

-----Esses objetivos estratégicos muito resumidamente, como os senhores deputados tiveram questão de ver, em primeiro lugar passam pela promoção da mobilidade pedonal, da mobilidade caminhável, ou seja, tornar Portimão uma cidade mais caminhável e caminhável de forma mais sociável em que a economia local e de forma tradicional a cidade possa ser vivenciada e onde os cidadãos possam caminhar na cidade como um dos meios privilegiados de deslocação. Também em segundo lugar, a mobilidade ciclável, e dizer isto numa altura em que saíram recentemente dados sobre os modos de deslocação dos cidadãos a nível nacional nos censos e onde infelizmente se verificou que a nível nacional mesmo até nas áreas metropolitanas onde os transportes públicos têm um peso maior e uma oferta maior do que têm na região do Algarve e nomeadamente em Portimão, o uso do veículo, do transporte individual, poluente, ou seja, dos veículos individuais do carro, neste caso e das motas, veículos motorizados aumentou e não diminuiu. Portanto, como primeiros objetivos numa lógica de vivência da cidade, intervenção do espaço público e de mobilidade mais sustentável, temos um conjunto de medidas que promovem a penalidade e o modo ciclável. Depois, há aqui um conjunto de intervenções que pretendem olhar para a otimização do sistema viário, é preciso obviamente otimizar o sistema viário, é preciso fazer um conjunto de intervenções, muitas delas estão em curso, muitas delas estão em fase de planeamento, muitas delas estão em fase de projeto para otimizar aquilo que é o sistema viário, rodoviário do município. É preciso olhar para os transportes públicos numa ótica de melhoria da oferta, isso é evidente e está aqui também plasmado, é preciso continuar a pugnar e a intervir numa lógica de melhoria da oferta dos transportes públicos, da intermodalidade também, da promoção dos modos suaves, também é aqui uma das matérias que está aqui como objetivo estratégico, e depois... ah! Obviamente, as questões relacionadas com a política de estacionamento e das operações de logística, é uma componente fundamental da mobilidade e está aqui também como um objetivo estratégico e com um conjunto de ações que estão aqui previstas nessa área. -----

-----Depois, também na questão da qualificação do ambiente urbano e da integração da mobilidade e do uso do sol, assim como da criação de uma perspetiva e de uma cultura de mobilidade sustentável. Estes são alguns dos objetivos estratégicos, há aqui um conjunto de propostas de ação, eu vou-me escusar agora de fazer essa referência, há aqui uma calendarização, há aqui um conjunto de propostas que são feitas em termos de ação em cada um desses objetivos,



mas referir também o seguinte. Em termos da governança, dizer que este plano está previsto ser executado no horizonte 2024/2034 e ao longo deste ano vamos obviamente constituir todos os dispositivos de governança que são necessários à sua execução. Desde logo, tem que haver aqui uma dimensão executiva, onde o executivo terá aqui que validar estes objetivos e dar as orientações estratégicas e políticas para que os projetos que forem sendo definidos em termos de avanço, sejam esses validados politicamente e que sejam as prioridades a definir. -----

-----Depois, será constituído também um grupo de trabalho técnico, nomeadamente interdisciplinar com os órgãos técnicos do município, estamos também a trabalhar para efetivar e para aumentar os recursos daquilo que é os nossos recursos técnicos em matéria de mobilidade e de acompanhamento das matérias de mobilidade no município, ou seja, preparar internamente as equipas que vão executar em articulação com os outros serviços transversais aos quais este plano impacta este plano de mobilidade e depois haverá, como está aqui bem proposto, uma comissão de acompanhamento, constituída por várias entidades que são *stakeholders* interessados e parece-me de todo e bom tom que esta comissão de acompanhamento obviamente integre um conjunto de elementos que façam sentido e eventualmente também elementos da Assembleia Municipal de Portimão. -----

-----Só mais duas questões. Depois, dizer que está prevista neste plano a constituição de um Conselho Consultivo da Mobilidade, e parece-me importante efetivar esse Conselho Consultivo da Mobilidade e esse Conselho Consultivo terá aqui um papel determinante naquilo que é também o acompanhamento deste plano e que deverá e certamente os senhores deputados vão perguntar por isso, a comissão municipal de trânsito nunca mais reuniu a comissão municipal de trânsito. Bem, se calhar com a criação deste Conselho Municipal Consultivo da Mobilidade essa comissão municipal de trânsito terá que ficar absorvida nestas competências eventualmente, é uma questão que vamos ver, porque o trânsito hoje é uma das dimensões da mobilidade e não é certamente a única, portanto, esta comissão consultiva, ou este conselho consultivo, ou esta comissão municipal poderá ter essas competências e outras, será também obviamente constituído por elementos dos órgãos, nomeadamente com todas as forças da oposição também e dos partidos representados e depois dizer também que, em matéria de reporte à Assembleia Municipal, o plano prevê que de dois em dois anos haja um relatório a ser entregue à Assembleia Municipal com a sua execução e com aquilo que tem sido a execução deste plano. Só deixar estas notas introdutórias para dar aqui uma visão global sobre aquilo que está o plano e deixar agora à disposição dos senhores deputados. Obrigado. -----



-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo da Conceição Leonor Mateus**, para dizer que o vereador José Cardoso vai perceber a razão da sua sinalética com a cabeça, considerando que esteve muito bem nessa síntese e nessa apresentação que fez. -----

-----Apresentamos o resumo da análise do plano de mobilidade sustentável e a argumentação está construída em três planos, metodologia, conteúdos e complementaridade. -----

-----Relativamente à metodologia, trata-se de um plano realizado com uma entidade externa à Câmara Municipal, que já realizou o mesmo tipo de estudo em várias cidades portuguesas como Porto, Leiria, Sines, Valongo, entre outras. -----

-----Tivemos o cuidado de analisar os planos apresentados nas ditas cidades e poder dessa forma avaliar a metodologia com equidade. Na realidade, em todos os territórios onde essa entidade atuou, o plano tem a mesma estrutura e segue a mesma metodologia. -----

-----Após debate com especialistas da área e da matéria em análise, nomeadamente investigadores e técnicos envolvidos em alguns dos planos realizados por esta entidade nos outros municípios, identificamos a origem do modelo que suporta este plano. Trata-se de um modelo de referência nórdico desenvolvido pelo arquiteto dinamarquês Jan Gehl no livro *Cidade das Pessoas* e que apenas é citado uma vez neste documento. Sendo o modelo nórdico onde a cultura de participação e a mentalidade e ação orientadas para a sustentabilidade, é natural e é enraizado nos cidadãos e nas instituições, consideramos que este modelo muito logicamente carece de fatores de aculturação do mesmo à realidade portuguesa e mais importante de Portimão. Onde se encontra as evidências dessa falta de adaptação do modelo? -----

-----No plano diz, e o senhor vereador o diz, que o mesmo foi resultando de um processo participativo. Pode ter sido, processo que ouviu as entidades e aí esteve muito bem, mas claramente não foi um processo verdadeiramente participativo. -----

-----As dinâmicas realizadas caracterizam-se por reuniões. Aí também esteve muito bem e não podem ser identificadas como dinâmicas participativas. Devo dizer, foram ouvidas as opiniões de algumas entidades que se pretendia obter um feedback às ideias chave do plano que já estavam feitas previamente pela empresa. -----

-----Estas reuniões são apenas uma das fases de um processo participativo, ou seja, no diagnóstico e na auscultação. Um processo participativo envolve todos os cidadãos nas fases de diagnóstico, com a criação, implementação e monitorização das ações. Faltam evidências da realização de workshops de cocriação transdisciplinares, onde as entidades e os cidadãos, em



conjunto e não separadamente, identificam problemas e oportunidades e como constroem soluções para os problemas diagnosticados. -----

-----Falamos de um plano que introduz a vertente da mudança para comportamentos e hábitos sustentáveis. -----

-----Ora, o que se sabe hoje na comissão europeia e nos grupos de trabalho de avaliação e identificação de boas práticas e estudos de caso relativo a projetos como estes focados na mudança e transição verde, os projetos que não promovem verdadeiramente a participação e a cocriação com todos os *stakeholders* apresentam resultados menos positivos no fim da sua implementação, tais como: -----

-----A implementação de soluções que implicam mudança de comportamentos nos quais os cidadãos não foram verdadeiramente envolvidos afastam os cidadãos das soluções construídas, motivam a sua não utilização. Temos um exemplo da oposição dos cidadãos de Lisboa às ciclovias construídas. -----

-----Mais importante ainda, os cidadãos não serão como podem e devem ser quando os processos são realmente participativos, os próprios embaixadores das soluções nas famílias, nos bairros e na comunidade, pois durante o processo participativo são criadas comunidades de práticas entre cidadãos que assim o conduzem. -----

-----Ora, esta falha no envolvimento ativo dos cidadãos no processo de construção do plano está presente nos detalhes do seu plano de ação e de governança, e é isso que nos deixa ainda mais preocupados e que passo a explicar. -----

-----Relativamente aos conteúdos, apresenta-se um plano detalhado, calendarizado no que diz respeito à construção e implantação de infraestruturas e equipamentos e nunca, repito, nunca se apresenta qualquer detalhe concreto de ações de envolvimento, sensibilização, criação de cuidados de prática nem, por exemplo, etapas seguintes que promovam a realização de dinâmicas de cocriação e de coimplementação envolvendo os cidadãos. Temos apenas um texto superficial sobre as necessidades de ação de sensibilização e promotoras de mudanças comportamentais nos cidadãos apresentadas, pasme-se, numa página e meia. Não encontramos neste plano qualquer tabela de tipologias de ações participativas, nas quais assenta um modelo original nórdico, com definições de técnicas, ferramentas e respetiva calendarização de ações de ativação e envolvimento dos cidadãos prévias às ações de construção das soluções. -----

-----Diz o plano que a implementação depende e deve estar coordenada com outros dois planos municipais, o PDM e o plano de ordenamento do território, como disse. Muito bem, mas não apresenta qualquer evidência que este plano foi realizado tendo em conta esses documentos. Aliás,



cremos estarem atrasados. Pergunto, estrategicamente, como fará o executivo bater a bota com a perdigota? Um está feito sem os outros, irão os outros ajustar-se a este? Faz sentido? O que quero dizer é o seguinte, o que devia existir era uma visão estratégica municipal que definisse as linhas orientadoras para todos os planos da cidade. Não existindo, este plano de mobilidade sustentável, por exemplo, permite centrar em áreas até com alguma improfundidade, mais uma vez espelhadas da mesma forma e conteúdos apresentados noutros planos noutras cidades que embelezam o documento, mas que são uma confusão de conceitos, como por exemplo, da economia circular com base em modelos de construção de cidades circulares, que depois no plano operacional esfuma-se. Aparece lá, fica bem, mas depois não serve para nada. Neste aspeto, deixem-me ainda perguntar, com o referencial de coordenação em planos ainda não realizado, como é que o executivo considera possível que o plano de mobilidade sustentável tenha como data de início da sua implementação 2024? -----

----- Analisando a estrutura e a forma do documento em termos de conteúdos versus números de páginas, vemos que o mesmo é desproporcional na componente sustentabilidade, passo a explicar.

----- Compilação da vertente diagnóstico e dados criadores da cidade de Portimão, duzentas e sessenta e seis páginas, duzentas e sessenta e seis páginas. Neste ponto deixem-me realçar duas coisas. O panorama e diagnóstico apresentado neste plano sobre o estado atual da cidade de Portimão nestas áreas é assustador e demonstrativo do estado que todos os executivos socialistas deixaram chegar a cidade. -----

----- Outro dado relevante que já muito bem o vereador trouxe, é a tabela que apresenta a evolução dos tipos de mobilidade, da utilização dos tipos de mobilidade nos últimos anos. O que se verifica é um grande aumento da mobilidade com carros, com dados de 2020, portanto, hoje devem ser ainda maiores. O aumento abaixo da média nacional da mobilidade por autocarro, transportes públicos e uma diminuição da mobilidade a pé. Será interessante então pensar que perante esta realidade alguém apresentou ciclovias e vias pedonais perci como solução. Serão só esses equipamentos capazes de inverter essa tendência? Não teremos que previamente atuar junto dos cidadãos com ações concretas e planeadas e que deveriam estar aqui calendarizadas? -----

----- Conteúdos sobre vertente de sustentabilidade, vinte páginas. Repito, duzentas e sessenta e três, sobre sustentabilidade vinte páginas, demonstra a grande profundidade de sustentabilidade que esta empresa costuma fazer nestes projetos, sendo que de dez dessas vinte páginas são relativas a como esta mobilidade sustentável pode ajudar, como diz bem o vereador, os planos municipais de saúde pública, uso do solo, economia circular. Podemos perguntar, que planos, que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



estratégia, para que então possamos medir a ajuda e o impacto real deste plano de mobilidade sustentável nessas áreas. -----

----- Conteúdos sobre missão, visão e planos de ação, sessenta e três páginas. Sendo que destas, conteúdos relativos às tais ações de mudança que chamam a nova cultura de mobilidade, são a tal página e meia de textos genéricos colocados aqui como em qualquer um dos outros documentos, mas que não concretiza nada. -----

----- Conteúdos sobre gestão, senhor vereador, permita-me, duas páginas, sem qualquer referência à participação dos cidadãos na mesma. Aliás, como vemos aqui, comissão executiva, Presidente, vereação, grupo de trabalho, equipa técnica, consultores externos, comissão de acompanhamento, AMAL, CCDR, CP e por aí fora, cidadãos népia, não estão cá! Na União Europeia e nos projetos europeus os modelos têm que ser de cogovernança não é de governança, pois os cidadãos têm que estar representados tendo participação ativa e coletiva na gestão, na modernização e na implementação, para que possam estar presentes na boa gestão e manutenção futura dos espaços criados. -----

----- Finalmente, relativamente ao terceiro ponto de análise que é a complementaridade. Este plano tem muitas positivities, aliás, sendo o primeiro documento que o município me apresenta que demonstra alguma estratégia e rumo para Portimão. Considero, no entanto, que faltam desenvolver elementos que complementam o que bom este plano tem, tais como: -----

----- Nível estratégico, falta o leia que seja claro na relação deste plano com os planos de ordenamento territorial e com o PDM. Não pode só dizer que tem que ser, como é que tem que ser. -----

----- Só pode haver total de entendimento deste plano enquanto plano para implementar e não apenas um documento bonito para o município apresentar e depois ficar na gaveta, quando o mesmo estiver plenamente concertado com os restantes e essa mesma relação constar neste documento. -----

----- A nível operacional falta redesenhar os processos participativos para ainda envolver os cidadãos na definição e desenho concreto das soluções, falta redesenhar o modelo de governança para um modelo de cogovernança e falta colocar realmente os cidadãos no centro de todo este plano. Especialmente na monitorização de implementação e mesmo na ativação dos cidadãos para a sua futura utilização, sentimento de pertença e onde na ship dos espaços não existe, não está cá. Assim, considerando que este plano não está à votação para a Câmara dizer que tem um plano municipal sustentável, parece-me muito bem, mas sim para ser implementado e transformar a cidade, argumentando que falta desenvolver elementos vitais para que o mesmo tenha viabilidade



de implementação e promova uma mudança real de comportamento e de utilização destes investimentos pelas pessoas, não possa em consciência, onde é que eu já ouvi isto e à luz atual do conhecimento resultante dos cargos que exerço no âmbito europeu, nomeadamente de cocriação e processos participativos, votar a favor deste plano. Pessoalmente eu, irei abster-me, mas colocar-me à disposição do município para trabalhar no sentido de complementar o plano atual com as vertentes que aqui vos trouxe. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Luís Filipe Custódio**, ora, mobilidade, sim, é algo importante, é algo que sim, que deve estar na frente, na linha da frente, mas eu faço aqui uma questão. Como é que nós vamos pôr as pessoas a caminhar na cidade de Portimão se não existem árvores nas ruas das cidades de Portimão? Portanto, ou seja, é uma cidade turística que vive essencialmente do sol, mas árvores para fazer sombra às pessoas que caminham, é coisa que não existe. Andar de carro, gostaria que me dissessem qual era a rua de Portimão que não tem um buraco para que nós possamos andar de carros sem que os nossos carros não caiam dentro desses buracos. -----

-----Os transportes coletivos, portanto, também é importante, mas acho que também deveriam haver mais para que as pessoas pudessem também movimentar-se com mais frequência. Tenho dito. Obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, permitam-me uma primeira nota para a equipa técnica e para o vereador do pelouro que coordenou a elaboração do projeto que o trabalharam, porque efetivamente é este tipo de planos que como se notou da parte desta bancada gostamos de trabalhar, debater, estudar, reunir sobre ela e comparar com coisas que apresentámos. Portanto, a primeira nota é de felicitação genuína para quem trabalhou esta matéria. Naturalmente e tendo em conta uma sinergia que existe de pensamento sobre o plano que aqui é apresentado e sobre coisas que nós próprios já apresentámos, existem aqui muitas linhas de entendimento sobre as melhorias que entendemos para o concelho e mau o era se não fosse, seria muito hipócrita se agora chegasse aqui e disse, discordo. Muitas coisas apresentámos, nós apresentámos em devido tempo um programa político muito assente nesta matéria, muito mais focado também na parte da sustentabilidade como o Américo falou, mas há aqui algumas questões e não vou fazer, estou-me a conter porque não quero sentir a sensação do ilustre deputado Figueiredo Santos e dizer isto aqui é com todo o *fair play político*, mas dizer, nós já fizemos, isto é extemporâneo, nós já apresentámos, poderia fazer e dizer nós em tempo, há propostas que aí estão que nós já apresentámos várias delas, mas não vou entrar por aí, não quero saber qual é a sensação, mas há algumas que me recordo a velocidade dentro da, esta por acaso



vou anotar, as zonas trinta e vou felicitar o PS por evoluir no pensamento, porque, está aí exatamente, mas recordar que no mandato transato, tinha que fazer. O senhor Vice-Presidente, Presidente de Junta de Freguesia de então, nós apresentámos isto e muito veementemente votou contra, nós fomos quase maltratados na Junta, que era estapafúrdio extemporâneo, nunca na vida, mas ainda bem que agora aceita e que evoluímos e que agora está aí, mas recordar que na altura o Vítor Couto, autarca de Freguesia, quase lhe cortaram o cabelo de formas pouco subtis, mas é verdade e vejo isso e, portanto, naturalmente que há aqui algumas matérias que agora vou aflorar e não há tempo, porque é muito ingrato com o tempo que existe e no fórum em que estamos agora estar a falar nas cidades cinco, dez minutos, que seguramente quem elaborou o plano sabe a proximidade, incorporar, a infraestrutura não ser a prioridade é um tema que muito gostamos toda a bancada do PSD e o partido PSD à data em Portimão, a vereação também que eleita pelo PSD e nos órgãos autárquicos locais a nível de freguesia. Naturalmente concordamos, gostávamos, de facto como o Américo disse, não vou reiterar tudo, que parte daquilo que nós concordamos houvesse maior envolvência e maior, como é que eu vou dizer em português o output, a proposta final que sai do estudo que fosse mais consentânea com o valor acrescentado à qualidade de vida do munícipe, a valorização e o benefício económico-financeiro para as famílias e que isto fosse incorporado no plano que é um passo seguinte seguramente, porque tem que estar apropriado ao município de Portimão como um foco genuíno e próprio e naturalmente que a roda já foi inventada há muito tempo, nós fizemos questão de salientar, vimos isso, analisámos isso e isto não é crítica, mas é uma constatação noutros sítios, mas nós temos a nossa capacidade e experiência própria enquanto munícipes e, portanto, dar essa nota que numa fase seguinte e gostaríamos como temos vindo a fazer sempre e aqui somos favoráveis àquilo que aqui aparece, de podermos debater isso de forma construtiva e trazer um 2.0 ou um 3.0 aos serviços nesta forma económico-financeira e de benefício de qualidade de vida para se trazer aqui, mas portanto, para já era esta nota que queria dar, mas porque é assim que entendemos e que estamos, trabalhamos com afinque esta matéria, discutimos muito e queremos de facto convictamente felicitar os serviços e os técnicos que trabalharam esta matéria e também o município porque entendeu que é uma matéria importante e que trabalhou-a, descreveu-a e sintetizou como sendo importante e assim quando é, é bom. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que este plano é para durar pelo menos dez anos, não é? Mas já vi, estamos a pedir ciclovias, até agora nós temos. Isto parece tipo *I have a dream*, é mais ou menos, este plano para mim parece-me *I have a dream* e posso citar aqui o que escrevi e que já foi dito ali pelo senhor



professor, o anterior membro da Assembleia, mas «um plano de mobilidade urbana, sustentável, deve ser elaborado de uma forma participativa», eu nunca participei nisto, como deputado aqui não houve participação da parte da Assembleia, estive lá a senhora Presidente aqui numa fotografia, nós não estivemos, «com a participação ativa da população», da população também não vi a população aqui, «setores empresariais», duas a três empresas, mas do setor dos transportes, «académico» sim, possivelmente foi a única que acertaram, «organizações de sociedade civil» também não vi, «que garante as necessidades, expectativas da população, que sejam levadas quanto à definição de prioridades, ações, para serem implementadas. Além disso, o plano deve ser atualizado periodicamente», parece-me que sim durante os dez anos, «acompanhado de mudanças de dinâmica, da mobilidade urbana, evolução tecnológica» e prédios sustentáveis». O que não me parece e que me foi dito aqui e eu ia para dizer isso que era tipo um *copy past* de outros estudos e que estamos a falar de povos nórdicos, porque nós vamos, basta a gente ir para o trabalho e ver que todos os paizinhos gostam de levar os filhos à escola no seu carrinho, porque foram educados assim também e é uma mentalidade que vai ser muito difícil de mudar e como já foi dito aqui, nós não temos tantos espaços verdes, imaginem e já me aconteceu ir para o trabalho num dia de calor de fato e gravata, eu chego ao trabalho, tenho que trocar de camisa, o que é que eu levava, levava o fato e a camisa num saquinho, chegava lá e tirava a T-shirt e depois ia trabalhar, e como foi dito, não há árvores, não temos condições, os passeios não têm condições, isto é uma evolução que estão aqui para dez anos que não fizeram em cinquenta anos. Parece-me quase o *I have a dream*.

-----Falam aqui também do passe modal, o passe modal também já está em estudo, já na Intermunicipal levámos uma moção, o Bloco de Esquerda levou uma moção para a Intermunicipal, só agora é que está em estudo, ou a começar a encarrilhar com o Vamus, mas também levou uma série de anos, ainda não está definitivamente, como disse aqui a minha camarada de partido, o Vai e Vem há situações que não vai a certas paragens, e que levou lá uma hora à espera do Vai e Vem, que o Vai e Vem já estava atrasado por causa das obras, em vez de passar pela praça... depois, a minha colega pede a palavra e fala sobre essa situação do Vai e Vem e também vi que aqui no estudo, havia e é um *copy past* daquilo que já estudámos aqui, é o *copy past* do regulamento de estacionamento, é o *copy past* do estudo que foi para o Vai e Vem, no fim de contas é mais ou menos aquilo que nós já conhecemos, não tem assim muito mais de novo, e depois o que também queria afirmar aqui é que já que fizemos os Censos de 2021, deviam estar aqui os Censos de 2021 e não o de 2011. Acho que deviam ter adaptado o estudo já com os Censos de 2021 e não de 2011. Para já, fico-me por aqui, tenho dito. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que queria dizer o seguinte. Queria antes de mais saudar aqui o plano, enfim, já o fiz no dia 22 de setembro lá no auditório do Arena, tive o interesse e a disponibilidade também felizmente para lá estar e para fazer algumas observações em relação àquilo que foi apresentado, e eu na altura fiquei com, sou sincero e, aliás, manifestei com o senhor Vice-Presidente, creio que com o seu chefe de gabinete também, fiquei com um sentimento assim um bocadinho agridoce em relação àquilo que ouvi neste dia. A parte doce foi, finalmente parecia que iríamos ter um plano de mobilidade em Portimão e já não era sem tempo, mas no dia 22 de setembro ouvi muita generalidade, ouvi muita coisa que dava para Portimão como dava para Freixos de Espada à Cinta, ou dava para Caminha, ou dava para o Montijo, se calhar e ouvi algumas coisas que são evidências há muitos anos aqui e noutras partes do país e noutras partes da Europa e, portanto, fiquei um bocadinho preocupado. Bom, quando se iniciou a discussão pública, tomei a liberdade de ir tentar ler alguma coisa disto, ainda pensei em fazer uma participação, mas ainda bem que não fiz, para já que felizmente tenho a oportunidade de aqui discutir o plano hoje, mas se tivesse feito também não vinha aqui referido, porque os senhores dão aqui nota que realmente houve uma discussão pública que não era obrigatória, é verdade, mas foi feita e ainda bem que foi feita, mas não sabemos que contributos é que foram entregues no âmbito dessa discussão pública. Tenho receio que não tenham sido nenhuns, mas se não foram nenhuns eventualmente deveria ser dito aqui que não houve quaisquer contributos, nada edita sobre isso. -----

-----Depois, fala-se aqui nas discussões e nas reuniões preparatórias com *stakeholders*, etc., etc. pois bem, não houve uma reunião com a Assembleia Municipal no âmbito dessa discussão, o que é de lamentar também e eu tenho que dizer isto, senhor vereador, é uma evidência o senhor agora diz que eventualmente na tal comissão de acompanhamento eventualmente poderemos, enfim, se calhar é bom deixar cair o eventualmente, é bom que tenhamos nessa comissão membros da Assembleia, pelo menos um elemento da Assembleia indicado por cada força política com assento aqui na Assembleia. E depois dizer o seguinte sobre a questão do plano entrando agora a fundo e substantivamente aqui no plano. Eu diria que este plano, enfim, é um plano manco, infelizmente para Portimão é um plano manco e isto já foi aqui a florado aqui na intervenção anterior, é um plano que na parte de diagnóstico e de análise é bastante exaustivo e eu não me dei ao trabalho de contar e contabilizar as páginas, mas isso é evidente quem olha para a proposta vê facilmente isso e depois tem uma perna mais curta, que é a parte prepositiva e que é a análise prospetiva para o futuro de intervenção do plano, e essa é que é a grande lacuna, ou a grande pecha se quiserem



deste plano e digo isto com pena e digo isto sublinhando infelizmente. E dou vários exemplos, enfim, há aqui questões que não estão manifestamente previstas, fala-se aqui e bem nos movimentos pendulares para fora e para dentro, diz-se que os principais concelhos de destino quando as pessoas saem de Portimão em movimentos diários, Lagos, Lagoa, Silves, desses concelhos limítrofes para Portimão, Lagoa, Lagos, Silves, Monchique, Albufeira, não vejo aqui propostas para fazer face a estes movimentos, nomeadamente de criar aqui, enfim, linhas em conjugação com estes municípios vizinhos para que se possa eventualmente fomentar nestes movimentos pendulares a questão do transporte coletivo em detrimento do transporte individual.

-----Bom, depois, a questão da ciclovía e da intermodalidade. Dizem-se aqui uma série de evidências e não há aqui uma proposta estruturada sobre isso. E depois há aqui uma questão que me preocupa mais, vem aqui realmente um cronograma de execução do plano, mas eu não sei se realmente é da minha miopia, não quero usar a miopia como desculpa para tudo, mas estes quadradinhos que veem aqui, tendo em conta os anos, têm uma leitura assim um bocadinho complicada, que eu não consigo entender nos vários parâmetros de monitorização do plano, quais são as metas anuais ao longo do tempo de monitorização que os senhores se propõem atingir, quando põem estes quadradinhos com cores diferentes, e depois não há critérios de monitorização, não há, o que é uma coisa estranha. Como é que os senhores vão avaliar a execução do plano num horizonte temporal se não há critérios para medir essa execução, portanto é estranho. Eu nesta primeira intervenção, enfim, ficava por aqui, rematava só com uma referência e é só realmente em relação aqui à questão da via ciclável, foi uma que ontem até me saltou à vista, que se calhar decorre da tal estrutura que já foi usada várias vezes em vários locais do país, etc., etc. que já foi aqui também afluída. Página cento e quarenta e oito, a propósito da rede ciclável do concelho, diz-se assim, vou citar, «relativa à abrangência territorial e dimensão», fim de citação. Eu temo sinceramente que isto tenha sido uma referência de uma outra versão de uma mesma proposta deste plano, mas para outro concelho que não para Portimão, porque isto, eu vou repetir senhor vereador, página cento e quarenta e oito, rede ciclável, diagnóstico «relativa à abrangência territorial e dimensão». Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, para dizer que acha que já foi tanta coisa dita aqui que não vai acrescentar quase nada nem tem essa pretensão, mas apenas debater ou partilhar convosco algumas reflexões pessoais, muito pessoais. E para já sem crer de maneira nenhuma denegrir o trabalho, o excelente trabalho, há um trabalho aqui imenso feito para se atingir e obter esta proposta de mobilidade, mas falando em mobilidade. Uma das minhas preocupações ao analisar este estudo, foi que o mesmo se baseia



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



num estudo e nos fatores relativos ao ano 2011, ou seja, o ponto de partida para o estudo e para a sua [impercetível 03:01:00-03:01:01], e isso em mim cria-me o receio de uma desatualização face à realidade. Senhor vereador, na minha opinião sim, porquanto nós vemos um desajuste tão grande em relação, repare ao trânsito, falando assim vagamente, apenas o trânsito, o trânsito antes da pandemia, final de 2019, início de 2020 e eu, que há vários anos, há muitos anos que faço este percurso diariamente, nomeadamente lá está, sou uma das que circulam entre Lagoa e Portimão, como o estudo bem refere grande parte desta população, o aumento exponencial do trânsito em dois anos, agora nesta fase pós-pandemia é indescritível, a cidade está cheia de trânsito, as estradas estão cheias de trânsito, cento e vinte e cinco a circulação é indescritível para quem circula na época baixa não é o aumento de turistas, mas há um aumento de circulação e creio também que foi referido também pelo meu colega de bancada. -----

-----Os hábitos mudaram para pior, para pior e eu não sei se o estudo reflete e se estamos preparados para isso, as pessoas estão a andar ainda mais de carro e ainda há mais carros e não é só o ir levar as crianças à escola, há muitos fatores aqui, se calhar a cidade não contribui e não tem soluções e este plano não apresenta soluções para motivar uma mudança de comportamentos, porque o que estamos a falar aqui é de uma mudança de mentalidade muito grande a fazer junto da população e eu receio que se não houver uma participação mais ativa da população a definir o que é que necessita e que as autoridades estejam recetivas a receber esses contributos e a integrá-los, estamos a criar planos dissociados da realidade. Esta é a preocupação, creio eu da minha bancada, daquilo que percebi e que é minha também. Portanto, a participação não é só dizer que se auscultou e que se ouviu, é desse ouvir, retirar conclusões e como responder de forma cabal a essas preocupações e integrá-las no plano. Eu aí não vejo no plano onde isso esteja refletido, não é mostrarem-me fotografias de reuniões, etc. É no plano ver onde é que está, ali como o deputado João Caetano dizia há estas dúvidas de que realmente o plano esteja a olhar abertamente para Portimão e não esteja a ser um bocadinho *copy past* e adaptar medidas, ciclovias, mas a população portimonense está preparada para andar de bicicleta? -----

-----Reflitamos, qual de nós aqui presente é que anda de bicicleta? Qual de nós é que faz deslocações, estamos a falar aqui, somos uns quantos. Ora bem colega obrigada, diariamente ninguém, portanto isto é um desafio muito grande, eu não creio que seja por colocar ciclovias ou abrir ciclovias que vamos pôr as pessoas a andar de bicicleta, é um trabalho de fundo, isto não é menosprezar o plano, o plano é muito bom, estamos a avançar, o executivo está a dar passos e que se isso fique claro, mas esta insuficiência é que nos preocupa de um modo geral. Agora, deixem-me só ver aqui as minhas notas, porque nós perdemos um bocadinho, portanto, esta... Ah!



por exemplo, fala-se aqui em várias coisas muito interessantes, o plano modal, o passe modal, etc., etc. mas isto pressupõe que haja um sistema de transportes que não é só Portimão que tem de ser regional ou pelo menos Barlavento para atender a estas necessidades, nomeadamente um dos pontos muito importantes e que neste plano se fala é da ligação à rede ferroviária, mas nós não temos comboios, nós temos comboios a vapor, por amor de deus, o Barlavento não tem a linha eletrificada que é algo por que o Barlavento há tantos anos reclama e, portanto, isto também é mais um sonho, é mais uma realidade enquanto não houver e isto não depende de Portimão, isto depende de uma política nacional e que nós andamos todos a lutar por esta realidade, não é? Por um comboio, por uma linha eletrificada, portanto, estas medidas e estas intenções são muito boas, começar em 24, etc. mas enquanto não houver um apelo maior, uma agregação maior destas outras medidas externas, nomeadamente da linha ferroviária que é tão importante, nós não vamos ter os resultados que gostaríamos de ter e esse é o meu receio e a minha preocupação, sempre sem deitar abaixo, não é esse o espírito, é o espírito de uma crítica que queremos seja para produzir. -----

-----Mais uma preocupação, a minha preocupação última é ambiental, porque aqui neste plano fala-se em ambiente, mas eu creio e eu não vou agora estar aqui à procura nas páginas, mas a memória não me falhará muito, eu creio que não há mais de quatro páginas que falam diretamente de ambiente na parte final e a parte do ambiente só fala em dois pequenos pontos, poluição e ruído, mas falar de ambiente e de mobilidade não é só isso, porque falar em mobilidade implica a criação de espaços verdes, a criação de jardins, enfim, muitos mais fatores e os jardins contribuem para o arrefecimento, os jardins, a vegetação contribuem para arrefecimento, para combater a poluição, etc. portanto, é algo que aqui, lá está, temos boas intenções, fala-se, mas não há aqui passos concretos, é a ausência de passos concretos, de medidas mais concretas na dita governança destas orientações concretas que nós colocamos. -----

-----Os transportes públicos são insuficientes, quer em termos de Vai e Vem, continua a haver muitas críticas, muita falta de resposta, é preciso esclarecer as verdadeiras necessidades dos cidadãos. Esta mudança de mentalidade não se faz de um ano para o outro, e eu creio que não conseguiremos fazer de repente, mas é um trabalho junto das populações que é muito mais importante. Obrigada pela vossa atenção, tenho dito, obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, só queria dizer que eu cheguei a andar de bicicleta, só que um dia roubavam-me o banco, outro dia roubavam-me a roda e depois houve um dia que me levaram a bicicleta toda, a minha e a do meu filho! E aqui o que se pode fazer nestas situações das bicicletas e o que está aqui no



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



plano, é as bicicletas elétricas como já existe nas outras cidades e que é o mais viável. No entanto, fico-me por aqui. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para fazer um ponto de ordem à mesa. São meia-noite e dezassete minutos e, portanto, de acordo com o regimento, temos período até à meia-noite e meia e se a Assembleia entender mais meia hora, mas por isso mesmo pedia que temos que decidir se continuamos na próxima sessão, se terminamos hoje e, portanto, não sei se ainda existem muitas dúvidas. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **António Alves Alferes Pereira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que não trará muito à discussão, mas de qualquer maneira ele não pode deixar em claro e não pode deixar de perder esta oportunidade de lhes dizer que os miúdos da escola de música no dia 2 de junho no teatro municipal o Tempo, vão apresentar uma ópera que se chama *Wir Bauen Eine Stadt*, que quer dizer vamos construir uma cidade. Essa ópera é de Hindemith e é de 1933. Eu hoje estive com os meus alunos e o Hindemith diz que esta ópera não é para entreter crianças nem adultos, é para educar e, portanto, vem no sentido de toda a discussão que está aqui e eu penso que é pertinente dizer isto. Eu ainda hoje estive a discutir com os miúdos o que é que é construir uma cidade nova e eles falaram, eles falaram muito, isto, sim, é realmente uma educação de fundo e de raiz. Eu exortava a todos os presentes que aparecessem no dia 2 no Tempo, às vinte e uma horas, para virem ouvir os nossos alunos com todas as dificuldades que têm, mas é uma orquestra de jovens e é um coro de meninos de sete, oito, nove, dez anos que falam nestes assuntos e eu penso que é por aqui pela educação que também, e deixo o meu contributo, gostava de vos ver lá. Está bem? Muito obrigado.

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Filipe Cardoso**, fazer aqui alguns considerandos, tentar apanhar um bocadinho de tudo o que foi dito. Antes de mais, agradecer a todos as intervenções, agradecer ao professor Américo a densidade da análise académica que fez do plano e dizer o seguinte. Nenhuma transformação social se faz sem mudanças de mentalidades, isso é um facto e nesta área é óbvio que há um caminho a percorrer. Esse caminho faz-se com o *I have a dream* do deputado Pedro Mota, que tem que se consubstanciar numa visão, que tem que se consubstanciar num plano estratégico que a este nível e acho que isso é evidente, é um plano macro, porque cada uma destas propostas de ação que aqui está vai ter que ser consubstanciada em projetos concretos, projetos específicos a nível de execução mais micro, com mensuração de objetivos, de critérios e de objetivos a atingir. Portanto, essa era a primeira consideração que acho que serve para muitas das intervenções que foram aqui ditas. -----



-----Depois, dizer aqui o seguinte. Falta de adaptação do plano. O processo participativo foi de facto o que foi e eu acho que é por isso que ele não se esgota no plano em si e por isso é que é tão importante o modelo de governança, porque o modelo de governança pressupõe um processo participativo contínuo, e as dinâmicas de cogovernança, como o professor Américo disse bem, acho que é um excelente contributo bem-vindo, parece-me possível de executar ainda perfeitamente, portanto não põe em causa e depois dramatizou aí um bocadinho no fim e tal, mas não põe em causa de todo a bondade do plano nem a sua exequibilidade. E dizer também, por exemplo, acho que há um bocado referiu isso no ponto anterior, propostas do PSD, zonas trinta. Zonas trinta estão aqui. Eu acho que não faria sentido, não sei onde é que foi votado aquilo que disse que o senhor Vice-Presidente votou contra, se foi na Assembleia de Freguesia na altura, ou se foi na Assembleia Municipal, mas votar, foi na Assembleia Municipal, foi aqui que votámos contra, pronto, foi lá na Assembleia de Freguesia. Pronto, mas também parece-me evidente que votar uma proposta desgarrada sem visão como vocês costumam dizer e bem e às vezes bem, de uma zona trinta, bem sempre com um texto de planeamento da mobilidade integrada faria sentido, agora que está aqui integrada num plano, ok, é diferente, pronto, tudo bem. -----

-----Propostas do PSD, o PSD tem feito outras propostas na área da mobilidade, é verdade saudamos isso, outros partidos também o fizeram e também demonstra, e acho que este plano também demonstra esta abertura e esta capacidade de fazer essa análise e de incluir as vossas propostas sobre estas matérias. -----

-----Ao deputado Pedro Mota, dizer que, eu saudava já o deputado João Caetano que de facto demonstrou interesse em ir à sessão onde foram convidados todos os deputados municipais para estar presentes, muito poucos foram e gostava muito que o deputado Pedro Mota tivesse ido. Estava em trabalho, pronto sim senhora, mas foi ao final do dia, tentámos arranjar aqui um horário, foi assim já ao final do dia, porque de facto não houve uma reunião com a Assembleia Municipal, mas houve vários momentos em que, pelo menos este em que os deputados municipais foram convidados a estar presentes. Certamente há outras falhas no modelo de auscultação, mas isso é da vida, há aqui um processo contínuo, há oportunidades de participação.

-----Ao deputado Luís Custódio, intervenção urbana, as árvores, a proposta que é feita aqui em matéria de caminhabilidade na cidade integra-se também na proposta que é feita aqui em matéria de melhoria do ambiente urbano, nomeadamente na questão dos espaços verdes da cidade. Isto está integrado, está aqui, é fácil de consultar, há aqui uma ligação, não são coisas desgarradas, mas essas duas dimensões da mobilidade numa ótica de usufruto do espaço público quando se caminha para uma cidade está aqui a florada e está aqui estudada e trabalhada. -----



----- Contributos na consulta pública. Existiram dois contributos de cidadãos, pode-se fazer chegar esses contributos se quiser. Existiram dois contributos em várias áreas, não sei, não tenho aqui presente, mas o que é evidente é que esses contributos tal como todos os outros contributos dos outros momentos todos foram considerados nesta que é a versão final. Ok? Pronto. Está bem, mas não tem que estar, isto não é um plano com uma consulta pública formalizada, não, quer dizer, isto não é nos termos em que se fazem outros tipos de consultas públicas por lei, não é? Pronto, e o senhor deputado sabe isso, mas estão aqui vertidas. Não, não estamos a brincar, porque vertemos as propostas, vertemos aqui as propostas, estamos a falar do modelo. -----

----- Critérios de monitorização. O plano tem critérios de monitorização globais, estão aqui no fim, há critérios de monitorização, sim, de monitorização dos objetivos. Obviamente que em cada proposta de ação que será consubstanciada em projetos terá que haver outro tipo de critérios, mas isso são critérios próprios de cada projeto. -----

----- Censos de 2011. Eu não me parece que os Censos de 2011 ou Censos de 2021, tal como foi dito na minha intervenção no início, se há coisa que evidenciam é uma degradação dos objetivos que se propõe a mobilidade sustentável hoje a este plano. Portanto, tudo aquilo que se pretende conseguir, os indicadores não melhoraram, portanto, eu acho que o plano não perde atualidade, por isso, a questão do trânsito não há aqui nenhuma dimensão de mensuramento do trânsito, isso terá que ser feito nos projetos que forem concretizados no âmbito daquilo que será uma política de melhoria da questão da gestão do estacionamento e das operações de logística que estão aqui também previstas e que terão que ser executadas. -----

----- Quanto à questão das medidas que efetivamente não dependem do município de Portimão, uma visão de mobilidade não pode consubstanciar apenas a visão local, é óbvio que esta visão de mobilidade está integrada naquilo que é a visão de mobilidade do governo, da Europa, do mundo e por isso é que era efetivamente normal que todos os planos de mobilidade sustentáveis que sejam feitas em qualquer município deste país, hoje digam em grande percentagem do seu conteúdo a mesma coisa, porque de facto a visão estratégica e os objetivos estratégicos da mobilidade sustentável não variam, são substancialmente município para município. Depois, aquilo que é a aplicação prática das propostas de ação ao território, aí sim e é por isso que de facto essa crítica que é feita à questão dos planos serem chapa cinco, a única coisa que é chapa cinco, é aquilo que é evidente e que é global e que é transversal à visão que o mundo tem hoje da mobilidade urbana sustentável, e penso que toquei nos pontos quase todos. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, lamentando de facto o adiantado da hora, até pela circunstância de que chegámos a um nível de



discussão muito interessante e penso que verdadeiramente o âmago da política está aqui e não naquelas discussões de engenharia se há pedra na calçada, ou se há buraco na calçada, isso é da engenharia, é uma coisa demasiado complexa para a minha compreensão confesso, mas, enfim, tirando esta pequena nota de humor sem graça, eu diria o seguinte. Primeiro, é necessário que nós saibamos de onde é que partimos, onde é que estamos verdadeiramente para podermos traçar planos, depois o que é que são os planos? Esta visão teleológica, a gente quando concebe uma casa não concebe a casa no tijolo, concebe a casa num papel e do papel para o tijolo necessariamente que há distorções, porque o tijolo não tem a finalidade do papel. Isto para dizer que um plano é efetivamente uma equação de um pensamento que se quer dinâmico, ou seja, os planos só são bons quando nós já os derrubámos, isso verdadeiramente é que interessa. Agora, pensar como é que um plano deve ser implementado. É óbvio que dependendo das correntes de pensamento, para uns, os planos deverão ser conceções mais elitistas, conceções que efetivamente tenham mais a ver com a difusão do conhecimento do que com a democratização e não vale a pena nós embarcarmos por vezes em teoréticas puras, pensando efetivamente na participação, num processo participativo de todos os cidadãos. Isso é utópico, portanto, é preferível que efetivamente esquadriremos bem o que é a sociedade e nomeadamente o que é a sociedade civil secundária para percebermos que há níveis de participação também em função dos níveis culturais dos indivíduos, porque não podemos fazer tábua rasa, dizer somos todos iguais, todos iguais, mas todos diferentes. -----

----- Bem, eu queria dizer o seguinte. Um plano não é uma peça estática, um plano supõe dinâmicas participativas e naturalmente que temos pensado a que se destina esse plano, a que espaços é que esse plano se destina. Portimão, à semelhança de outras cidades, enfim, do Algarve e do país, foi uma cidade concebida para ter como centro a indústria e como periferia os quase cidadãos, porque nem eram cidadãos, ou seja, essa cidade era construída para o cidadão? Não, o cidadão é que se ia adaptar a uma dinâmica da dita sociedade industrial. -----

Não, pela minha parte senhora Presidente, eu compreendo-a, pela minha parte já termino, não quero obviamente abusar, daremos sequência se for, enfim, se a maioria se expressar nesse sentido, naturalmente que sim, não deixaria de ser uma discussão bem interessante e sobretudo, enfim, não com o cunho académico que se possa dar, porque nós académicos também temos que despir a nossa fardeta, temos que ter um fecho éclair e obviamente que aqui é o plano político, não é propriamente gerirmos um plano académico que se pretende, porque para que toda a gente participe também temos que ter em conta os diferentes níveis de especialização dos indivíduos, e eu a esse respeito quero confessar com toda a humildade que não sou um perito nesta matéria, eu



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



não sei o que é a cidade, não sei o que é que é a sociedade e, portanto, numa visibilidade de ser muito profundo. Portanto, acho que a ignorância não pode ser atrevida e, portanto, prometo não ser atrevido nesta discussão se ela houver lugar. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que se for o entendimento da maioria, ela iria pôr à votação o plano, se não for esse o entendimento, as bancadas que assumam isso e que digam. Eu não estou a pedir para abdicar, eu estou a perguntar qual é a posição das bancadas. Há duas hipóteses, há a hipótese de se prolongar até à uma da manhã regimentalmente, se existir a oposição de alguma bancada, portanto, continuará na próxima data que está prevista. É o que o regimento prevê. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que estranha que um documento com a importância deste que estão aqui a debater. -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não está a fazer juízos de valor. Eu estou a perguntar às bancadas. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que está a tentar responder. Eu não estou a dizer que a senhora Presidente está a fazer juízos de valor, estou a tentar responder à pergunta que colocou e dizia eu em resposta que, tendo em conta a importância deste documento e a densidade do documento, olhando para o quadro dos tempos e havendo várias bancadas que ainda têm todo o tempo para intervirem, se for esse o entendimento e algumas que ainda têm quase metade do tempo... -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para pedir ao senhor deputado que fale pela sua bancada, as outras bancadas falarão. Peço desculpa. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer à senhora Presidente que é óbvio que está a falar pela sua bancada, não está a falar por mais ninguém. ----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que cada bancada que se pronuncie e em função da pronúncia de cada bancada tomar-se-á a decisão.

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, pela parte que toca à nossa bancada, nós nem abdicamos do tempo de intervenção, nem nos parece que em vinte e cinco minutos se consiga acabar o debate e, portanto, pela nossa parte achamos que torna-se



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



indispensável nem que seja por meia hora ou três quartos de hora, ou uma hora, o que seja fazer o resto do debate no outro dia em que seja viável. Não sei. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para perguntar qual é a posição das outras bancadas, já agora? É porque temos a possibilidade de fazer até à uma da manhã nos termos do regimento. Não havendo unanimidade, qual é a posição já agora? Se o PSD tem posição relativamente a esta matéria. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que o PSD tem sempre posição, obviamente. Não, acho que não olhem ao tempo total, olhem ao tempo parcial e permitam-me as bancadas que quiseram intervir, prepararam isto e intervieram, já intervieram, fizeram no tempo devido, não acredito que o tempo que ali está, olhando, se tivermos uma ocupação de sessenta e cinco setenta por cento do que ali está, acabamos daqui a vinte e sete minutos, não é? Portanto, acho que está dito, dá para acabar hoje. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que dá para terminar à uma da manhã. Eu ponho a questão as outras bancadas. Bem, a discussão macro, eu estive cá a ouvir e pareceu-me que a grande questão estava falada, a não ser a bancada do Partido Socialista que me pareceu que não estava ainda tão... Eu dei às bancadas a palavra, a bancada do PSD pronunciou-se, a bancada do Portimão Mais Feliz, e agora queria dar às outras bancadas e, portanto, acho que têm esse direito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, por nós continuamos para a semana. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, e já agora se a CDU tiver posição. -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, nós também continuamos para a semana. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para perguntar qual era a posição da senhora deputada Independente e do Partido Socialista? -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer para a semana. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, o Partido Socialista contrariamente ao PSD, não tem posição, ou seja, quero com isto dizer que se a maioria decidir que é até à uma hora, será até à uma hora. Se decidirem que, portanto, nós nesta



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



matéria e por muito humor que possa provocar, nós queremos ser magnânimos nesta matéria e, portanto, aquilo que a maioria de facto, enfim, não considerando aqui neste momento a bancada do PS, aquilo que a maioria decidir, é sem dúvida em linha nas palavras do deputado João Caetano, que de facto é uma matéria da máxima importância, uma matéria sublime, portanto, não posso deixar de aceitar com as limitações próprias do cansaço que já tenho, não é, é óbvio que possamos ir até à uma hora, não é? Não tenho problema quanto a isso. -----

-----Agora, como é uma questão opcional, sinceramente é por isso que eu não tenho opção, ou seja, gostaria de ver esta matéria discutida, agora, enfim, os parâmetros temporais de facto não são os mais indicados para uma meia hora. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que têm o consenso, quem não tem posição, quem tem posição de uma forma de outra e, portanto, por maioria vamos continuar na próxima sexta-feira. Eu não estarei cá e, portanto, tenho muita pena de não assistir ao resto da discussão que penso que será ainda bastante discutida, mas queria antes de terminar os trabalhos e encerrar os trabalhos, queria dar, porque não estarei cá e não o posso fazer, dar os meus parabéns ao executivo camarário por apresentar esse projeto, porque o município já tem muito trabalho realizado nesta matéria. Obrigada. -----

-----Não havendo mais intervenções e esgotado o tempo regimental previsto para esta sessão, quando eram zero horas trinta e sete minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 2.ª reunião desta 2.ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e três, realizada no dia cinco de maio de dois mil e vinte e três, e desde logo ficou agendada a continuação dos trabalhos para o dia doze de maio, no mesmo horário e local. -----

-----**3ª Reunião da 2ª Sessão Ordinária de 2023 – 1º Mandato 2021-2025**-----

-----**Reunião de 12 maio de 2023**-----

-----Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café** e **Sheila Gassin Tomé**, respetivamente Primeiro e Segunda Secretária da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA	FORÇA POLÍTICA
----------------------	----------------



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Cristiano Damaso Malha Gregório	Partido Socialista
José Luís Mateus Barbudo	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Maria da Luz Cabeça Garrancho Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Mónica Isabel Martins Fernandes Secretária da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata
Raquel Gonçalves Bernardino	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata
Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Luis Filipe Lourenço Alves Custódio	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
César Rodrigo Simões Valente	PAN

----- Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Pedro Jorge Marques Moreira	1	12/05/2023	Cristiano Damaso Malha Gregório
PS	Carlos Alberto Osório	1	12/05/2023	José Luis Mateus Barbudo
PSD	Carlos Eduardo Martins	1	12/05/2023	Raquel G. Bernardino
PSD	Vítor Manuel Campos Couto	1	12/05/2023	Ricardo Jorge Viana
PSD	Cristina de Sousa Velha	1	12/05/2023	Bruno Miguel Candeias
PAN	Daniela Duarte	1	12/05/2023	Ricardo Nuno Cândido
PAN	Ricardo Nuno Cândido	1	12/05/2023	César Rodrigo Valente
BE	Marco Pereira	6 meses	20/04/2023 A 20/10/2023	Marilu Batista Santana

----- Apresentaram pedido de representação, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, os seguintes membros: -----

Força política	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
----------------	------------------	-------------------------	-----------------	---------------------------



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PS	Ivo Miguel Inácio Carvalho	1 Dia	12/05/2023	Mónica Isabel Martins Fernandes
----	-------------------------------	-------	------------	------------------------------------

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo:

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Isilda Maria Prazeres dos Santos V. Gomes	Presidente – Partido Socialista
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
José Pedro Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA
Ana Maria Chapeleiro Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador - Coligação "Portimão Mais Feliz"

-----Por parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não estiveram presentes:

João Vasco da Glória Rosado Gambôa	Vereador – Partido Socialista
------------------------------------	-------------------------------

-----Quando eram vinte e uma horas e oito minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **3ª reunião da 2ª Sessão Ordinária de 2023**, cumprimentando todos os presentes, e informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o ponto **4 e)** - Discussão e Votação do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Município de Portimão – (PMUS), nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 155/23**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra.-----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que relativamente ao PMUS, na sequência do início da discussão que tiveram na semana passada, no dia 5 e em aditamento àquilo que foi já objeto de intervenção aqui da bancada nessa primeira sessão, há aqui questões que permanecem por esclarecer, nomeadamente a questão de o documento que lhes foi aqui remetido para análise não conter o relatório de contributos da discussão pública. Portanto, continuamos sem saber e durante esta semana também, pelo menos a nós ninguém nos fez chegar esse documento. E depois há aqui



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



lacunas, além daquelas que já referi a semana passada, há aqui lacunas relativamente a este documento, que, enfim, nos fazem de alguma forma duvidar da utilidade do mesmo e da aplicabilidade do mesmo. Além daquilo que já disse a semana passada, há aqui questões com a ausência de soluções para fazer face aos movimentos pendulares, quer para o exterior, quer para o interior do concelho, nomeadamente para o exterior, com uma solução, digamos estruturada com outros concelhos vizinhos, nomeadamente Lagoa, Silves e Lagos, para assegurar que há um transporte coletivo para assegurar essa mobilidade para fora do concelho, porque esses movimentos pendulares estão aqui mais ou menos descriminados no plano. -----

-----Depois, há aqui outra questão que, enfim, decorre e o transporte público não pode ser o parente pobre da mobilidade, e há aqui uma questão que decorre até de uma notícia que veio a lume recentemente, o governo veio ao Algarve numa ação, enfim, de governação aberta, pareceu-me mais propaganda exatamente, mas pronto, e anunciou aquilo que foi inicialmente designado como um metro de superfície entre Faro, Loulé e Olhão. No dia seguinte veio-se a saber que não era um metro de superfície, era um autocarro, uma espécie de autocarro elétrico que andava numa calha ou irá andar numa calha específica. -----

-----Ora, este tipo de solução deveria ser estendido a outros concelhos do Algarve, nomeadamente o Barlavento algarvio, porque pensar neste tipo de solução transconcelhia para assegurar a mobilidade entre concelhos, só no Sotavento, é manifestamente empobrecedor. Ora, o plano e estou a falar exatamente, estou a falar deste assunto exatamente por isto, o plano não prevê formas de assegurar esta mobilidade entre concelhos, nomeadamente os três concelhos que referi, portanto, Lagoa, Silves e Lagos que são de acordo com o estudo que está aqui, que são os concelhos onde há mais movimentos pendulares para fora. Isto é uma lacuna bastante grande e, portanto, para já era só o que tinha para dizer. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marilu Veiga Correia Baptista Santana**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que na qualidade de utente dos transportes públicos, porque ela não tem carro privado, portanto anda de transportes públicos e nessa qualidade está com muitos problemas a nível das linhas. Eu vou-me referir às linhas que eu mais utilizo, que são as linhas 11, 12 e 36, porque eu normalmente, como moro perto da Quinta das Oliveiras, apanho o Vai e Vem ali. É costume o Vai e Vem que vai, isto acontece muitas vezes, os Vai e Vens que vêm atrasados, que partem da linha para os Montes de Alvor, quando se atrasam e chegam à rodoviária, o que é que acontece? Vão direto a Alvor deixando depois as pessoas nas respetivas paragens. Já me aconteceu duas ou três vezes. O que é que surge daí? As pessoas que estão para entrar nos empregos a essa hora entram uma hora



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



depois, porque têm que estar à espera do próximo autocarro. Isto aconteceu no dia cinco, mais precisamente em frente ao mercado, não era eu a única utente, havia vários utentes para entrarem. Por outro lado, também é-me dado observar que, a mim aconteceu-me, mas acontece a outras pessoas, o Vai e Vem, quer dizer, as pessoas que moram na Pedra Mourinha e arredores, Bemposta, que só andam de transportes públicos não podem nem conseguem ter um emprego fora de Portimão, porque não há ligação da Pedra Mourinha para dentro de Portimão se não às sete e vinte e seis, é o primeiro autocarro e ao fim-de-semana não há. -----

-----Acontece que na zona ribeirinha sai o primeiro autocarro às sete e meia para Lagoa. Eu, por exemplo, perdi um contrato de um ano de trabalho no centro popular de Lagoa por não ter transporte da Pedra Mourinha para dentro de Portimão que me chega dentro de Portimão às oito e meia para eu poder apanhar o autocarro para Lagoa. Portanto, eu bem sei que não se pode ter um Vai e Vem para cada pessoa, mas também sei que agora, principalmente no verão, há muitos hotéis, Carvoeiro, Lagoa, em que as pessoas não podem aceitar um emprego porque não têm transporte. Obrigada.

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer à senhora deputada que queria só fazer um ponto de esclarecimento, que era. Essas questões não estão neste momento a ser discutidas aqui neste plano, mas obviamente a senhora deputada pode sempre fazer chegar esse tipo de dificuldade ao executivo e, portanto, o executivo depois analisará criteriosamente, através de e-mail, etc. poderá fazer essa chamada, essa comunicação. Está bem? Pronto, mas era só para fazer o esclarecimento, está bem? Obrigada, mas agradeço a sua intervenção. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente a este plano, quer saudar a discussão que se fez aqui na Assembleia Municipal até ao momento sobre o mesmo. Acho que todas as bancadas concordarão que é um documento importante que merece reflexão e que podia antes de ter vindo aqui ter sido discutido com a Assembleia Municipal ou pelo menos com alguns membros da Assembleia Municipal. Isso também já foi aqui dito por alguma bancada, penso que pela do PSD, portanto não me quero alongar nessa questão. -----

-----O que eu reparei no plano, é que sendo a nossa população cada vez mais envelhecida e por isso com mais necessidades de locomoção do que pessoas relativamente jovens, se bem que o conceito de juventude hoje é um bocado discutível, diz-se que uma pessoa de setenta anos ou de setenta e cinco é jovem, pronto. Certo é que pessoas com essa idade terão mais dificuldade em se locomover, ou pessoas com deficiência, ou com mobilidade reduzida terão mais dificuldade em se



locomover e em se fazer transportar na cidade de um sítio para o outro. Em relação a essas pessoas, eu não vi aqui sinceramente um especial cuidado no plano. Posso ter visto mal, está aí um dos técnicos que ajudou na elaboração fará a devida correção se eu estiver enganada. Mas de facto assistimos a isso, cada vez há mais dificuldade para uma determinada faixa etária de locomoção e de facto isso penso que não foi abordado com um especial cuidado aqui no plano. E estranho uma Câmara que preza a ação social não ter dedicado uma especial atenção a esse grupo, portanto a um grupo etário como um grupo de pessoas que acidentalmente poderão estar numa situação de ter mobilidade reduzida por um acidente, uma lesão, o que quer que seja. Disse.-----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e começar por dizer o seguinte. Obviamente isto é um plano, é um processo de intenção, tem fases obviamente aqui de implementação, tem uns custos inerentes, enfim, todo o documento técnico é elaborado por alguém que obviamente merece respeito e é especialista na área e, portanto, temos que dar esta identificação como um bom ponto de partida, mas reforço aquilo que também já aqui foi dito, é importante que a participação pública seja inserida nas várias fases deste plano, não só na participação à priori e também gostava que obviamente todos os representantes aqui partidários também fossem obviamente ouvidos relativamente àquilo que são as fases seguintes. Para já e resumidamente, vou colocar aqui uma dúvida que tenho e uma questão que é, que está mencionada na página salvo erro, noventa, noventa e dois, em que fala exatamente das questões estratégicas para o concelho do desenvolvimento, não só do aeródromo de Portimão, como as questões da parte portuária que podem ser obviamente muito importantes face ao desenvolvimento económico do concelho, porque aqui o documento aborda estas questões e até dá sugestões e o que é que a autarquia pensa fazer exatamente a estes dois setores, porto de Portimão por um lado e aeródromo por outro. Disse, obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que segundo a ONU, as cidades de hoje estão congestionadas, os acidentes de trânsito matam um total de três mil, duzentas e oitenta e sete pessoas por dia e as emissões poluentes e gases de efeito de estufa, relacionadas com o transporte estão a aumentar. O mundo precisa de avançar para sistema de transporte de seguros baratos, acessíveis, integrados e sustentáveis, ao mesmo tempo que liberta o potencial das tecnologias emergentes para reduzir o congestionamento, a poluição do ar e a incidência de acidentes de trânsito. O espaço urbano precisa de ser repensado, de forma a otimizar a fluidez do trânsito, mas também aumentar e incentivar o uso de transportes não motorizados, como a circulação pedestre



ou a bicicleta. As ruas precisam de ser adaptadas com passadeiras, travessias e ciclovias. Podemos ler no programa *Global Future Cities* o seguinte. As cidades têm hipótese de abordar oportunidades educacionais, riqueza, geração de empregos para homens e mulheres e reduzir a desigualdade. Elas também desempenharão um papel essencial na concretização da agenda 2030 das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável, ou seja, os objetivos de desenvolvimento sustentável, o acordo de Paris sobre as mudanças climáticas, o quadro de Sendai sobre redução de risco de desastres e nova agenda urbana. -----

----- Coletivamente, estes acordos oferecem um plano para o planeta mais sustentável até 2030 e além. Embora o governo seja responsável por cumprir os objetivos desses vários acordos, é também responsabilidade das cidades e dos governos locais atingir essas metas. -----

----- Enquanto lar da maioria da população mundial, as cidades são vitais para reduzir as emissões de gases de efeito de estufa, eliminar a pobreza e garantir a preparação de desastres naturais. ---

----- Em Portimão, para que isto seja possível, não basta apenas a promoção de padrões de mobilidade sustentável, onde paralelamente à priorização dos modos suaves de deslocação se prima pela racionalização da utilização do transporte individual automóvel, como indicado neste plano, mas toda uma reestruturação do paradigma da mobilidade e do que é atualmente uma cidade, nomeadamente o conceito da cidade dos quinze minutos. O mentor deste conceito é Carlos Moreno, um urbanista especialista em sistemas complexos e professor da universidade de Sorbonne, que está a promover a transformação em Paris. Podemos ver em Paris várias transformações, o bairro é a cela da vida urbana, mais de mil quilómetros dedicados a bicicletas, o uso do carro diminuiu quarenta e seis por cento, será cem por cento ciclável num futuro próximo, as ruas foram devolvidas aos peões, as escolas abrem-se ao público à noite e ao fim-de-semana tornando-se espaços de reunião e lazer, cem hectares dedicados à agricultura urbana como as hortas comunitárias. A Câmara de Paris comprou mais de sessenta e duas lojas a privados e colocou-as a concurso para uso de proximidade e criou uma nova marca, *Fabrique-a-Paris*, para encorajar a produção local e criação de emprego. -----

----- A ideia da felicidade associada à proximidade e à qualidade de vida sobrepõe-se ao conceito de cidade inteligente. A pandemia veio sublinhar exatamente o conceito da cidade de quinze minutos e os novos estilos de vida emergentes promovem o olhar diferente sobre a evolução da vida urbana.

----- Quantos de nós não passaram a valorizar viver perto de um espaço verde para conseguir respirar fundo neste contexto desafiante, ou ter uma mercearia local para comprar o essencial e apoiar os pequenos produtores, ou ir rapidamente a um veterinário, porque está nas imediações com o amigo de quatro patas na pausa do almoço. Precisamos também como já foi mencionado de



vias adaptadas à circulação, com arvoredo que nos proteja da exposição aos raios solares, oferecendo-nos sombra, que no verão diminua as elevadas temperaturas, que torne o ambiente mais agradável e respirável, a aumentar o nível de humidade no ar, que permita a redução de ruído diminuindo o impacto da poluição sonora, que favoreça a biodiversidade nas zonas urbanas e que nos ajude a reduzir os riscos de inundação ao promover a infiltração de águas pluviais. Neste sentido, foi inclusivamente aprovado recentemente por unanimidade pela AMAL, uma proposta do PAN que apela à aplicação imediata por parte dos municípios do regime jurídico de gestão de arvoredo urbano promulgado a 18 de agosto de 2021. Gostaríamos de ver estes princípios aplicados neste plano que apesar de válido, poderia ser muito mais ambicioso. Apesar disso, o PAN irá votar a favor. Disse. - -----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Motta**, para dizer que fala aqui na parte do estacionamento e logística que está aqui no ponto quatro ponto seis, é com agrado que vê que a Câmara meteu aqui o Beco das Salinas, os quinhentos lugares, uma recomendação do Bloco de Esquerda, mas não chega. Eu sei que está a ser feito ali também no Fojo, que já veio cá, os moradores ali do Fojo estão a fazer ali, vão fazer ali três torres sem estacionamento, ali devia de ter também tipo um parque destes tanto no Fojo e também na praia da Rocha mais um silo, como já foi dito aqui, queremos ir à praia e não conseguimos estacionar, mesmo pagando não conseguimos e isso acontece com todos nós, queremos parar quinze, ou vinte minutos, ou trinta minutos na praia da Rocha e não conseguimos, muitas vezes nem no próprio parque de estacionamento, porque está cheio, há falta de estacionamento e acho que neste ponto não devia só ter este estacionamento e os outros lugares também muitos que sinalizaram aqui muitos deles são privados vão deixar de existir, que é o caso aqui da horta do palácio, vão deixar de existir, porque está lá também para construir ali mais duas torres, são estacionamentos que meteram aqui que vão desaparecer no fundo, no espaço se calhar destes dez anos. Por isso, o estacionamento é muito importante e deviam de pensar melhor nesse assunto e fazer uma estratégia igual a esta do Beco das Salinas. Também como já foi dito aqui um pouco o que eu queria dizer impedir os processos de identificação dos centros urbanos, fomentando planos de reabilitação urbana, protegendo o modelo de bairro de rua, incluindo programa estratégico de promoção e fomento ao pequeno comércio de proximidade, provavelmente aqui o deputado do PAN foi mais à frente que a própria Câmara de Paris, compraram as lojas e adquiriram as lojas para fomentar o bairro e o comércio local. É excelente essa ideia e aqui também se podia fazer mais ou menos um parecido, eu sei que também a Câmara não tem dinheiro para isso tudo, há coisas também mais importantes, mas é um excelente projeto e deveria de estar incluído também neste plano. Por isso mesmo, o Bloco de Esquerda também... Ah! e uma coisa que eu queria falar aqui. Neste plano não



vi nada em termos fluviais, já se falou aqui da área portuária, mas em termos fluviais não há. Eu não sei se daqui a dez anos, se calhar a parte fluvial da travessia entre Portimão e Ferragudo, ou Lagoa, se calhar também não podia ser uma solução. Não é uma solução, mas no caso de Faro e de Olhão é uma regra, porque as pessoas para vir para as ilhas têm que ter um barco e aqui porque não também fomentar a parte fluvial? Não vi neste projeto, eu tenho pena, mas mesmo assim com os defeitos e virtudes que este plano tem, o Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que estão de acordo quando se fala de mobilidade sustentável. Para nós é premente elaborar um plano de mobilidade sustentável, centrado nas preocupações com as populações, com a sua qualidade de vida e utilização responsável do ambiente. -----

-----As políticas de mobilidade são cruciais para a qualidade de vida das populações, para o funcionamento da economia e para a redução dos impactos antrópicos no ambiente. Ao debruçar-me sobre este plano, constatamos que o mesmo olha à mobilidade sustentável apenas em meio urbano. Esquecendo que temos de olhar todo o território do concelho, que se caracteriza por meio rural, urbano e periférico. Não há mobilidade sustentável sem uma aposta forte nos transportes públicos, sem a transição massiva de utilizadores do transporte individual para o transporte público, para o transporte coletivo. -----

-----Um plano não pode ser um conjunto de necessidades sem objetivos concretos. -----

-----A mobilidade não pode ser vista de forma isolada sem ter em conta como foi planeado e ordenado o território do município. -----

-----A cidade de Portimão cresceu de forma desordenada e descoordenada sem ter em vista a mobilidade da população residente e de quem nos visita. Esse crescimento deveu-se a opções políticas seguidas ao longo dos anos pelo PS. -----

-----O concelho desenvolveu-se de forma desequilibrada, privilegiando a zona litoral para fins maioritariamente turísticos, esquecendo as zonas interiores periféricas e uma freguesia quase deixada à sua mercê com muito pouco investimento, com áreas que não são ainda abrangidas por saneamento básico, com um único acesso viário às outras freguesias do concelho, acesso esse que se mantém desde a conquista da democracia. -----

-----Este desequilíbrio levou a despovoamento populacional, quer pela falta de qualidade de vida, quer desenvolvimento económico, provocando que as populações se concentrassem no litoral,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



criando um aumento de procura em zonas já carentes de habitação residencial permanente e em zonas predominantemente turísticas. -----

-----Foram estas as políticas da responsabilidade de quem tem governado o município, as quais privilegiam a rentabilização e o uso do próprio solo de uma forma mercantilista em detrimento da qualidade de vida do espaço público e ambiental, das gerações atuais e futuras. Não conseguimos com pena nossa vislumbrar neste documento qual foi a participação da sociedade civil, nomeadamente de associações de cidadãos portadores de deficiência. -----

-----Este plano é composto por dois volumes: caracterização e diagnóstico com trezentas páginas, e estratégia e intervenção com cem. O primeiro é um belo trabalho académico, elaborado com dados desatualizados, baseados nos Censos de 2011, o que não permite alcançarmos um diagnóstico completo e fidedigno do estado atual do município. O segundo compreende a estratégia e intervenção, é mais do que o mesmo, das sucessivas Câmaras do PS em Portimão, muita parra e pouca uva e infelizmente muita dívida. -----

-----A nossa análise ao ver este plano e sem desvalorizar o trabalho de profissionais da Câmara Municipal de Portimão envolvidos e dos interesses dos stakeholders é mais fumo sem fogo. -----Aqui queria tomar a liberdade de aconselhar ou pedir à Câmara, para que nos documentos oficiais começasse a usar mais a língua portuguesa, ainda há pouco tempo todos nós festejámos o Dia Mundial da Língua Portuguesa e continua-se a utilizar e em larga escala línguas estrangeiras. -----

-----A nossa análise, portanto, o sumo deste plano encontra-se explanado em quatro das quatrocentas páginas, indicando as intenções de: visitar as frentes de água; promover a acessibilidade e mobilidade universal em toda a circunstância urbana, isto sim essencial para a sustentabilidade da mobilidade; implementar uma nova hierarquia viária, pensamos nós outro devaneio, construir variantes, novos acessos estruturantes e colmatar a rede viária local para a qualificação dos centros urbanos, essencial para a questão, projetos e estes que já têm barbas em Portimão, quem não se lembra das famosas variantes V6, de VS do engenheiro Nuno Mergulhão e estratégicas essenciais para o plano. Todos estes pontos dois para inglês perceber e dois essenciais ficam, na cronologia de execução para o extraplano. -----

-----Empurrar com a barriga o essencial, fazer grande pompa da coisa, é a política do faz de conta da Câmara do PS. Importa realçar que a verdadeira necessidade e urgência da entrada em vigor de um plano de mobilidade sustentável, é ser condição de acesso a fundos europeus. Não significando daí que esses mesmos fundos venham a ser utilizados na concretização do mesmo. Habitados, aliás, estamos na visão deste município, que ficam com as promessas em investimento público por concretizar. Embora consideremos a necessidade e utilidade da existência de um plano



de mobilidade sustentável, não votaremos contra, porque os principais prejudicados pela inexistência do mesmo seriam as populações dele dependentes. Por outro lado, o voto a favor seria compactuar com os autores e concretizadores desse plano e com a sua exclusiva visão na qual não nos revemos. Por isso, iremo-nos abster. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que eles introduziriam aqui algumas notas prévias que lhes parecem importantes, desde logo, porque o município de Portimão integra a rede de cidades com mobilidade para todos. Portanto, embora isto em si mesmo não seja significativo, isto no fundo já revela de facto uma consciência antecipada e uma sensibilidade relativamente, portanto, àquilo que é ilustrativo dos esforços da autarquia em matéria de promoção de acessibilidades. Claro está que este plano vem muito nessa sequência e também é um plano que é dotado de uma iniciativa que não tem em si mesmo digamos assim um primado legal, ou seja, há algo que sobressai aqui em termos de iniciativa que é absolutamente louvável, porque não está justamente ao abrigo desse primado da legalidade. -----

-----Nós felicitamos o município naturalmente por esta iniciativa, anotamos algum constrangimento na discussão deste plano face à ausência dos autores, mas isto por uma razão simples, é que estas pessoas que são especialistas, merecem-nos efetivamente imenso respeito e, enfim, independentemente das considerações que nós possamos fazer sobre o plano, não sendo especialistas que é o nosso caso, naturalmente que temos de ter alguma humildade científica, no sentido de nos pronunciarmos a esse respeito. -----

-----Eu gostaria obviamente de pensar que nós estamos perante um plano globalmente bem estruturado, enfim, com os seus défices todos. Os planos têm os seus défices, não é? défices analíticos, a realidade social total não é passível de ser abarcada como nós desejaríamos no plano intelectual ou no plano intelectual como queiram e naturalmente é sempre interessante e desejável que os planos suscitem o envolvimento da sociedade civil secundária. -----

-----Como nós podemos observar, o plano só faz sentido se for conjugado com planos municipais de ordenamento do território e em particular com o plano diretor municipal. Portanto, sem ir ao detalhe, até porque nós não estamos perante um projeto, estamos perante um plano de trabalho e aí penso que de facto houve alguma confusão do Bloco, enfim, entre o projeto e plano, não é, sem desprimor obviamente dos problemas que são colocados, mas um plano contém necessariamente uma visão prospetiva que é necessário que tenha e que nos apraz e que seguramente se o executivo levar a peito conseguirá, para além daquilo que já é mencionado em termos explícitos, conseguirá



também seguramente imensos elementos para a sua produção ao nível da política local no que diz respeito a termos que estão implícitos, mas vamos à nossa análise. -----

-----Eu sinceramente fiquei, fiquei e penso que todos nós ficámos com pele de galinha quando o PCP, que costuma ser tão rigoroso nas suas análises e tão coerente internamente nas suas análises, possamos ou não discordar, enfim, das mesmas, o PCP atira para o PS, parece que o processo de industrialização, não é? O processo de industrialização foi indutor da cidade que temos, portanto, é um disparate falar no PS neste momento. A produção de produtos, enfim, substituiu a produção das obras de arte, a produção de relações sociais ligadas a essas obras e a verdade é que essa indústria nascente, não é, instalou-se junto das fontes, neste caso junto do rio, os meios de transporte ligados, enfim, aos nós, ligados aos caminhos-de-ferro e obviamente as reservas da mão-de-obra vêm depois. Portanto, estamos aqui no princípio industrializador que nada tem a ver com o PS, lamento profundamente, eu às vezes penso que chego a açambarcar a alienação política de falar do PS a propósito de tudo e de nada. Enfim, os bairros operários não foram de facto a invenção do PS, o PS é bem mais recente do que aquilo que se possa pensar, enfim, todos os impulsos é verdade conduziram a uma crise habitacional e à degradação urbana. Depois, vem o turismo, não é, o turismo milagreiro, não é, o turismo fordista que engoliu e que desurbanizou de forma absolutamente arbitrária, é um turismo que tem por base uma especialização setorial a partir de poucos recursos, neste caso da praia, enfim com uma oferta caracterizada com uma extrema concentração de oferta em termos geográficos e à volta do elemento de atração, daí a fácil saturação à volta deste espaço, portanto, Portimão não tem ganho em termos urbanísticos, não tem ganho com estes fluxos de crescimento, não estou a falar de desenvolvimento, não confundamos os planos e vamos então perguntar e aí não tenho problemas nenhuns em ir ao encontro dessa análise marxiana de perguntar se o sul urbano hoje tem apenas o valor de uso, ou se tem um valor de troca, valor de troca, ou seja, espaços comprados, vendidos, a supremacia da riqueza e do imobiliário, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos. É óbvio que o tecido urbano não se limita à morfologia, ele é um suporte de estilos de vida degradados. Portanto, vamos pensar que nós hoje necessitamos e esta é a questão central, nós hoje necessitamos de repensar o habitar por sermos herdeiros de um urbanismo irrefletido, e bom, nós chegámos ao urbanismo tecnocrático. Era preciso dar lugar aos carros e às comunicações. A sociedade ganhou características absolutamente dromológicas a vertigem da velocidade. Se os senhores tiverem um computador lento, já ficam nervosos. -----

-----O homem neurótico do século XXI está aí e a urbanização desurbanizada também. Portanto, o nosso desencontro reside aqui. -----



-----O problema central a questionar, é qual é a finalidade de habitar numa cidade nos nossos dias? Quem é que vai habitar a cidade, quem são os cidadãos? E de certa maneira a Dra. Marta já aflorou um pouco o problema da população dependente de velhos e crianças e todo o problema da mobilidade suave em patins. Eu brinco um pouco com estas questões, porque de facto muitas das vezes às vezes os planos não são de todo em todo eficazes, justamente porque não têm exatamente em conta o público alvo. -----

-----Se os Censos de 2011 ditavam uma percentagem significativa de velhos e de crianças, imaginem hoje em 2023 e imaginem em 2030 e em 2050 e obviamente que os planos têm que responder a uma dimensão futura, não é? -----

-----Como é que um país, uma região ou uma cidade pode alcançar a sua prosperidade quando tem pessoas invisíveis, segregadas ou excluídas? Bem, há aqui uma premissa no plano que ela é particularmente discutível. Como veem, o PS é efetivamente um berço de liberdade, de criatividade, porque a liberdade é isso que permite e naturalmente um conjunto de sensibilidades várias para onde a riqueza, a nossa riqueza pode e deve caminhar, porque nós apelidamos tanto e falamos tanto da colaboração do público, nós não sabemos exatamente o que é, mas quando se trata efetivamente de debatermos aqui, parece que alguns ficam a mais e alguns realmente entopem o caracol do ouvido, não é, nós só temos música para o nosso ouvido, raramente temos música para o caracol do ouvido dos outros, mas bom, eu dizia justamente que a ideia da rapidez da facilidade de chegar aos destinos em transporte individual tornou-se obsoleta. Isto não é verdade. Não foi a responsabilidade de gerar grandes dificuldades ao nível de mobilidade nos centros urbanos esta história do transporte. O transporte individual que está na base das dificuldades é isso ou é a própria densidade da ocupação urbana que tem um papel determinante no padrão das deslocações. É que muitas das vezes nós somos obrigados a pensar a realidade pelo seu bojo, não é pela sua aparência, e a ciência é isso mesmo, não é? Bem, não ajuda nada a questão das densidades da ocupação urbana e sinceramente a este respeito eu não queria estar na pele do executivo por qualquer executivo lúcido que seja sensível a estes constrangimentos. Isto para dizer que a legislação sobre edificações urbanas não ajuda nada a pretexto dos preços elevados a que esses, enfim, imóveis iriam sair com o atendimento da ultrapassagem de barreiras arquitetónicas. Há uma dificuldade imensa e que é esta, quando eu falo de mobilidade, penso, são cinquenta e seis por cento dos indivíduos com sessenta e cinco e mais anos de idade em Portimão que têm ou não têm uma casa-de-banho com dois por dois, que podem ou não podem descer escadas, ou seja, a mobilidade começa dentro das nossas próprias casas, não tenhamos ilusões a esse respeito. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Bem, eu não vou, digamos já fiz aqui a minha análise crítica, não ao plano, mas, enfim, ao modo como se estão a desenrolar as análises modernas, a maior parte delas, enfim, que no fundo procuram de certa maneira mitigar o problema da densidade da ocupação elevada e que depois para resolverem isto arranjam o transporte público. Algum dos senhores abandonou o telemóvel em detrimento do telefone fixo que até é mais barato, não paga nada? Isto é politicamente correto, não é. Eu bem sei que não é. -----

----- Bem, eu não queria alongar-me mais, teremos oportunidade obviamente de promover, enfim, mais debate, mas há aqui alguma raiz kantiana neste plano? E quem quer ser romântico que o seja, eu, por exemplo, a propósito do relatório, enfim, invocar entre Portimão e Lagoa que haveria a possibilidade, enfim, de atração da cidade, enfim, vir a ser relevante ponderar a criação de ligações fluviais entre margem. Bem, isto vale o que vale, há uma série de considerandos que a nosso ver não partem propriamente da análise cultural, ou da cultura mais profunda do nosso povo e muitas vezes tendem a transportar-se de outros níveis culturais. Portanto, é preciso algum cuidado relativamente a isto. Portanto, eu não vou avançar mais, apenas dizer o seguinte, são as cidades que são deficientes e não são os seus cidadãos. E gostaria obviamente de terminar por ora avançando com a ideia de que não é possível nós aceitarmos com ligeireza os impactos sociais, ambientais, económicos, de cidades como falou há pouco a nossa representante da bancada do PCP, porque é necessário que nós tenhamos de facto uma sensibilidade grande à importância do planeamento, de um planeamento que leva à plena acessibilidade do ambiente construído, ao acolhimento e à inclusão de todos os cidadãos, e para isso é necessário percebermos qual é o público, quais são os públicos primordiais. O que fazer então, vamos premiar cidades com boas práticas de projeto e de planeamento voltadas para a acessibilidade, para a inclusão social? E isso basta? Não basta. Este plano é suficiente? Não é, mas é um bom princípio, e se o plano constituir um desafio para o executivo, este estará de parabéns à imagem e semelhança da iniciativa que já teve. Portanto, o PS vangloria-se pela circunstância mesmo de que há um executivo que toma uma iniciativa que não está respaldada na legislação em vigor. Muito obrigado, senhora Presidente. Disse. -----

----- Pedeu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que acha que depois de tantas intervenções, depois de ver, analisar este plano, acha que estão ainda no plano do lirismo da mobilidade, mais, quando consideram que este plano é um desafio para o município, um plano completamente desatualizado. Portanto, estamos a falar de um plano de 2011, começou em 2011, nós estamos em 2023, e espanta-me a forma como eu ouvi aqui algumas intervenções até do próprio plano. Nós queremos mobilidade, falamos em mobilidade, parece que esta conversa de



mobilidade é boa de se fazer porque está na moda. Meus senhores, nós temos uma cidade que em termos de mobilidade, a básica não existe, ok? Nós temos passeios cheios de buracos, nós temos passeios estreitos, nós temos passeios cheios de erva, erva, as pessoas caem constantemente, nós, esta Câmara ainda não implementou qualquer medida de acordo com a regeneração para os deficientes, está completamente esquecida. Há passeios sem qualquer acesso, para os serviços públicos não existem acessos em condições e vejo falar em mobilidade. Eu diria uma coisa, comecem pelo essencial e o principal, que é, um planeamento em relação aos passeios para haver boa mobilidade e o planeamento pelos transportes públicos e os transportes públicos com horários, isto é tão fácil, porque é assim, como é que os senhores querem que as pessoas cheguem à cidade e que ponham os carros nos estacionamento que não há, não há, eu, por exemplo, a semana passada estive a trabalhar à meia-noite, deixei o carro aqui no estacionamento paguei dezassete euros, quase vinte euros, portanto, é isto que a cidade oferece aos cidadãos, e aos cidadãos que trabalham. Como é que é possível, eu vejo falar num projeto de mobilidade desde 2011 elaborado com fatores de 2011 que não houve qualquer implantação do mesmo. Eu só espero é que este desafio, este projeto é um desafio, é um desafio ou é uma obrigação? E uma obrigação desde 2011, isto não é desafio, isto é uma obrigação básica, os desafios nós temos muitos desafios que não sejam obrigações básicas e para o conforto da população. Isto, eu quando começo a ouvir isto, meus senhores, nós estamos no século XXI, vejam a vossa cidade, vejam a mobilidade, os acessos que esta cidade tem, há zero, eu noutra vez experimentei, estacionei o carro, foi há quatro ou cinco anos, tinha o carro estacionado e fui a um serviço público num meio de transporte público, o Vai e Vem. Eu estive uma hora à espera do Vai e Vem e depois eu levei duas horas daqui da baixa até ao liceu, duas horas. É assim que os senhores querem, é assim que os senhores falam da mobilidade, e passados anos ainda temos aqui estes horários vergonhosos! Como é que os senhores querem fazer isto? Ainda por cima, quer dizer, falam aqui em urbanismo irrefletido, urbanismo irrefletido. Então estão a falar em Portimão, em relação à cidade de Portimão, quem foi os autores deste urbanismo irrefletido? O que é que a industrialização tem a ver com isto? O que é que a industrialização tem a ver com a falta de planeamento e falta de inteligência para projetar uma cidade com conforto básico para os cidadãos? Eu só espero que não façam como nos outros anos. -----

----- Os fundos comunitários não foram aproveitados e eu só espero que pelo mínimo deste projeto sejam ao menos aproveitados uma parte e com celeridade, e quando me dizem que este plano depende da aprovação do PDM, ou depende do PDM, meus senhores, vamos esperar mais dez anos? -



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Candeias**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que a mobilidade, conforme referido quando foi discutido neste órgão o contrato de concessão do serviço público de transportes de passageiros, deve ser vista como um direito. E abordá-la de forma sustentável eu diria que é a nossa obrigação. -----

-----A estratégia de mobilidade de uma cidade tem impacto direto na economia, no emprego, educação e lazer, é fundamental, portanto, para o bem-estar da população que servimos e essa deve ser a meta, proporcionar bem-estar e qualidade de vida. Vivemos numa região que por diversos fatores é muito procurada por pessoas de origem nacional e estrangeiras para aqui se fixarem e também por muitos turistas e, portanto, o crescimento populacional verificado em muitas das cidades com uma flutuação do número de pessoas representa um grande desafio na gestão das infraestruturas. A tendência natural é construir, as pessoas têm que ter um teto, mas não é só de um teto que as pessoas vivem, são necessários acessos, escolas, espaços de lazer, convívio, são necessários estacionamento. Não somos só nós na oposição que o dizemos, não é por representarmos cores diferentes, são as muitas pessoas que escolheram Portimão para morar, ou que nos visitam que dizem, conduzir em Portimão é difícil, andar em Portimão não é solução. Pedalar em Portimão é perigoso, utilizar os transportes públicos em Portimão só como segunda, ou como terceira opção, e o plano de discussão também o refere, há cada vez menos pessoas a deslocar-se a pé e a média de utilização de transportes públicos é em muito inferior ao desejável. -----

-----A elaboração de um plano deste género é fundamental para a cidade e revemo-nos em muitas das medidas propostas. No entanto, não podemos deixar de referir o contraste entre a intenção presente no documento e aquilo que vamos vendo ser feito pela cidade e que temos alertado. Não podemos também deixar de referir que várias das medidas propostas agora no plano foram já antes apresentadas pelo PSD de Portimão e também por outros partidos da oposição e sempre rejeitadas pelo PS. -----

-----Tem de haver coerência e gostávamos de levar a sério este documento, mas para isso temos que ver no terreno uma verdadeira vontade de mudança. Eu vou dar alguns exemplos e o primeiro é um caso pessoal e vão perceber porquê. Eu moro a um quilómetro da escola primária que fica mais perto da minha casa, a minha filha foi colocada a cinco quilómetros, portanto nós se estamos a falar de uma cidade de quinze minutos é algo que temos que mudar. Não faz sentido atravessar a cidade e pelo caminho cruzar-me com outros pais que fazem o caminho em sentido inverso, que moram no centro da cidade e têm crianças na periferia. -----



----- Junto ao colégio do Rio, outro exemplo, estão a ser construídas novas moradias, estão agora a ser acabadas, não têm estacionamento suficiente, os carros são deixados em cima do passeio, pessoas com crianças pequenas que querem até fazer o circuito para a escola, levar as crianças à escola a pé têm que circular pela estrada. Não faz sentido. -----

----- Novas urbanizações têm que ser pensadas, tem que haver solução para as viaturas, têm que ser fiscalizadas também, porque muitas têm estacionamento dentro das habitações, mas não fazem uso dele, portanto tem que ser um conjunto de medidas entre o município e autoridades a aprovar projetos e também fiscalizar depois. -----

----- No aeródromo, estrutura municipal, não existem passeios, já alertámos várias vezes, eu próprio na Assembleia de Freguesia de Alvor, é um assunto que já foi falado por todos, toda a gente concorda, tem que haver lá melhorias. -----

----- Junto à escola da Bemposta também recentemente foi alargada a estrada e não foi pensada a construção de passeios nem de ciclovias, e referir também obras em vias de circulação com tráfego elevado planeadas para horas de ponta ou para época alta. -----

----- Ainda na semana passada, eu não sei quem é que se lembrou de autorizar pinturas de passadeiras junto à escola às nove da manhã, portanto, tudo isto causa um grande transtorno, causa acidentes, causa a chegada atrasada de pessoas aos seus compromissos. -----

----- Por muito bom que seja um plano, se formos nós a criar constrangimentos à circulação, o plano vai por água abaixo. Concluindo, nós saudamos a apresentação deste plano e gostaríamos de frisar novamente que nos revemos em vários dos aspetos referidos. Não nos revemos é na forma de atuar deste executivo, que não tem feito o suficiente para melhorar o que de mal se tem feito em Portimão no que respeita a este assunto. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que começaria por fazer uma pequena introdução à mobilidade. Como é do conhecimento em geral, a mobilidade urbana retrata-se na facilidade e fluidez das pessoas e bens em se deslocarem na cidade ou nos perímetros urbanos para desenvolverem as atividades económico e sociais. -----

----- O ser humano, atendendo ao seu DNA, necessita de se deslocar, seja a pé, bicicleta, carro, autocarro, barco ou até aereamente. E o não tendo essa mobilidade urbana, defrauda, coarta uma melhor experiência do viver citadino. -----

----- Após atenta leitura do plano de mobilidade sustentável urbana aqui em debate e a votos, gostaria de interpelar o executivo nas seguintes questões, uma vez que se reconhecem os espartilhos que a cidade de Portimão se confronta com a mobilidade. Exemplificando: -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- A V3 e V6 rasgam a cidade dando e bem, fluidez nas entradas e saídas, mas coartam e delimitam os acessos lateralizados aos peões, aos cicláveis e motorizados. Será que o plano de mobilidade prevê mais travessias perpendicularizadas às supracitadas vias? -----

-----Ponto dois, a linha férrea da CP atravessa o nosso município, personificando uma invasão de território que se tolerou em séculos passados. Recordo que há uns anos a esta parte esta mesma via estrangulou uma via pública deixando comerciantes e industriais em transtornos e falências na rua de São Pedro requalificada recentemente. Hoje, com toda a cosmopedagogia e planos afetos à mobilidade, porque não pensar-se em fazer deslocar a mesma via férrea para fora da cidade? Ao mantê-la criar então mais pontos de travessura e mobilidade condignos ao longo da mesma, facilitando assim os diversos povoados. -----

-----Ponto três. O rio Arade devidamente desassoreado permitiria a sua navegabilidade até à cidade de Silves, permitindo um turismo de melhor qualidade e de transporte público entre as cidades. No mesmo conceito, promover o transporte marítimo entre as duas margens, Portimão e Ferragudo, o que viabilizaria a menor entrada de viaturas de profissionais e turistas nas duas localidades, dando assim acréscimo à mobilidade e menor poluição do ar e acústica. A isto chama-se mobilidade. -----

-----Ponto quatro. Contemplando também a sustentabilidade à mobilidade aérea do nosso município, reportando-me exclusivamente ao nosso aeródromo municipal de Alvor. Sabe-se da intenção de requalificar e redirecionar o aeródromo e a sua pista de aterrar, sendo diagonalizada para que a sua maior extensão permita com segurança um tráfego aéreo de aeronaves de maior porte. Portimão e o Barlavento não deve deixar fugir oportunidade de assumir de vez este projeto que irá incrementar um maior fluxo turístico e de melhor qualidade, trazendo-os diretamente a Portimão sem fazerem escala em Faro, ou será que o aeródromo municipal fica enfeudado e confinado pelas empresas que exploram artes lúdico-turísticas. Pergunto ao executivo, sendo o plano de mobilidade aprovado, onde e quando enceta as diligências de cumprimento pelo mesmo. -----

-----Por último e por mim prometido, a pedido de um portimonense radicado em Lisboa e indutor político de vereador presente, aqui deixo a sua mensagem. Para quando a exclusão definitiva da circulação de carroças puxadas por quadrúpedes em locais não permitidos, como por exemplo, em estradas municipais e cidade. E por agora me fico. Obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu começaria aqui, antes de passar a uma questão concreta que é importante, passaria aqui só um comentário breve em relação àquilo que o senhor deputado Figueiredo Santos disse. O senhor deputado Figueiredo Santos falou aqui em



excesso de edificado, senhor deputado lamento, mas não há, o excesso de edificado não é o problema aqui da mobilidade, o problema é o défice e de soluções de mobilidade sustentável, porque há excesso de edificado em toda a Europa, há a concentração urbana em toda a Europa, nomeadamente no centro e Norte da Europa e se formos por esses países há soluções muito mais sustentáveis do ponto de vista da mobilidade que não existem aqui, nomeadamente em Portimão. E depois, o senhor disse que a cidade é deficiente, não tem sido a cidade que tem sido deficiente, é a política que tem sido deficiente, as políticas de mobilidade, nomeadamente em Portimão, têm sido deficientes e a visão do que deve ser uma cidade moderna voltada para os cidadãos, para a definição do espaço público onde se pode circular sem ser exclusivamente de carro ou de meios motorizados. A deficiência tem sido só esta e não é pouca. Portanto, dito isto, disse aqui que era um bom princípio este plano, é um princípio, eu não sei se é bom princípio e não sei se é bom princípio, eu tenho esta dúvida, o senhor deputado Figueiredo Santos falou no Kant, eu tenho mais uma dúvida metódica que é, saber se este plano é o que Portimão precisa. Se calhar é um plano feito para justificar que se fez um plano, porque há que colar a lapela com a tal referência às cidades de mobilidade para todos, enfim, fica bem, fica bem nos discursos, fica bem nos discursos falar em sustentabilidade, mas depois vamos a ver aqui as soluções concretas e a forma como elas vão ser monitorizadas e medidas ao longo do tempo e este plano falha completamente, pelo menos na proposta falha completamente e nós não temos critérios, não temos um cronograma que nos permita saber daqui a quatro ou cinco anos como é que vamos mensurar se este plano foi ou não executado, e esse é que é o problema. Porque citando a senhora Presidente da Câmara aqui numa Assembleia já há algum tempo, fazer planos é fácil, fazer planos é fácil, foi a senhora Presidente que disse, fazer planos é fácil, está aqui à mostra, o problema é fazer planos que são exequíveis e que respondam às necessidades dos nossos munícipes. Essa é que é a questão e, portanto, perguntava diretamente ao executivo como é que vamos monitorizar este plano ao longo do tempo de vigência. Disse. ----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, ó senhor deputado, eu de facto não desejaria dirigir-me diretamente aos seus argumentos exclusivamente, mas em todo o caso vou fazê-lo. Eu suponho que é vilipendiar a honorabilidade política de quem aqui está no executivo, quando perante a apresentação de um plano, perante os encargos que isso supõe à autarquia, ajuizar-se da forma como o senhor ajuizou, parece-me absolutamente excessivo para não estar a adjetivar. -----

-----Depois, a minha afirmação foi clara a respeito das cidades que são deficientes e são deficientes à face daquilo que é o nosso desejo aristotélico de ter uma vida boa e essa vida boa de facto não é compatível com o modo como as cidades foram concebidas desde a primeira



industrialização até ao turismo de massas que nós temos, aliás, basta observar e verificar por todo o mediterrâneo que é assim, não é, que quem constrói na falésia nem sequer constrói perpendicularmente ao mar, constrói paralelamente ao mar e as vistas desaparecem, ou seja, até do ponto de vista cénico o turismo é efetivamente um animal com duas bocas, não é, uma que se come a si próprio e outra que vai devorando o ambiente. Portanto, penso que nesta matéria estarei mais à vontade para dar o exemplo, ou uma nota exemplificativa das preocupações que nos regem e, portanto, são efetivamente notas críticas e são notas críticas que efetivamente refletem a sensibilidade do nosso tempo, porque se dizia, ah, mas o Partido Socialista não é um partido ecologista, o Partido Socialista não é um país ambientalista. Hoje que nos pronunciámos criticamente face ao existente, como é que fica? O nosso papel é um papel circense, ou nós estamos a assumir a autenticidade daquilo que dizemos, a autenticidade daquilo que nos propomos fazer. Eu voto este plano e penso que toda esta bancada vota este plano absolutamente convicta da autenticidade, não só dos propósitos da sua apresentação, como também na autenticidade da sua aplicação de que ele possa ser levado à prática política. Nós conhecemos o executivo e sabemos que não é em vão que se preparam esses planos, que eles têm que ter efetivamente uma utilidade prática e pública, e daí que, enfim, termino por ora, lamentando mais uma vez, enfim, observações que de facto não fazem muito sentido e não conferem honorabilidade, não é, ao Partido Socialista, é à própria política. É muito fácil, é muito fácil a nossa tentação de cairmos no falar mal de tudo e de todos, o não darmos oportunidades às iniciativas, de não aclamarmos as iniciativas, mas felizmente que este executivo, à semelhança do anterior executivo, deu já mostras do que é capaz e, portanto, a este respeito estamos conversados. Muito obrigado, senhora Presidente, peço desculpa. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que gostaria de começar a ouvir algumas respostas por parte do executivo. Obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, eu agora em tom de brincadeira, eu acho que neste plano de mobilidade e nesta noutras cidades, se calhar temos que começar a pensar em vez do filho único ter o carro único, que é a maneira de acabar com os carros na estrada, então vamos pensar em que um casal só pode ter um carro único e um telemóvel único e dispensava este plano de mobilidade. E outro tom que a gente tinha aqui e já foi falado aqui pelo PSD que é extremamente importante neste plano que também falam um pouco disso, mas que devia sair mesmo do papel e ir para a prática é a questão, se as pessoas moram ao pé de uma escola não vão pôr os alunos e isso aconteceu comigo pessoalmente infelizmente, estava ao pé de uma escola, o meu filho não teve lugar e foram-no pôr numa escola a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cinco quilómetros fora e depois a minha esposa ia levar à Pedra Mourinha e depois da Pedra Mourinha ia para o Parchal, e acho que isso tem que sair do papel e tem que ser mesmo estratégico, e não custa dinheiro, é uma questão de plano e é uma situação que devia ser feita já mesmo neste ano. Tenho dito. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que em primeiro lugar, deixem-lhe agradecer aos elementos desta Assembleia Municipal que lhe têm manifestado a sua solidariedade e o seu apoio pelo momento difícil que está a passar, ao contrário daquilo que o membro desta Assembleia João Caetano, que naturalmente teve que lhe fugir a boca para o chinelo, o pé para o chinelo, porque é mais forte que ele, quando veio aqui comentar que ela hoje está cá. Eu hoje estou cá e estou a fazer um sacrifício enorme, porque a conselho do médico eu não devo estar em situações de stress, não posso nem devo estar em situações de stress. Muito bem, eu digo, não há segredo nenhum, tenho o síndrome de Ménière, portanto, do ouvido esquerdo com vertigens constantes e, portanto, ontem, por exemplo, ia dar um beijo a uma criancinha, ia caindo em cima dela e, portanto, eu nunca sei quando é que tenho uma vertigem, o Dr. Luís Carito, o colega Luís Carito também já me deu outro medicamento, mas também não faz efeito e já ando há seis semanas nisto, seis semanas, portanto evitando situações de stress. Devo dizer que ontem estive uma hora e meia no hospital a pôr aqui uma coisa na veia, mas também não adiantou, portanto, continuo com muitas vertigens e isto é de facto altamente incapacitante, até porque nunca sei quando vou ter uma vertigem e nunca sei quando é que de facto pronto, posso cair para o lado, não é, mas pronto, tem esta explicação, dada esta explicação e agradecendo aos membros com quem tenho falado e que de facto me manifestaram a sua solidariedade, vou então continuar, tentando dar aqui o mais possível as respostas que tenho para dar. -----

-----Relativamente ao senhor deputado municipal César do PAN, eu devo dizer que setenta por cento da nossa frota já é elétrica, setenta por cento, portanto, dentro da mobilidade suave, obviamente que estamos a fazer aqui um esforço enorme, isso já fez parte do concurso e, portanto, setenta por cento já é mobilidade elétrica. -----

-----Depois, a senhora deputada municipal Marta Caetano lembrou que a discussão do plano devia ter sido feita com os membros desta Assembleia. De facto, foram todos convidados para estar presentes no Portimão Arena a discutir este tema com quem estava a fazer o plano, porque era quem melhor podia dar as respostas. Foi num dia ao fim da tarde, para além de ter havido outras exposições. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----O senhor deputado Paulo Canha, de facto, o aeródromo é uma das nossas preocupações e estamos neste momento a tentar ver se com a ampliação da pista, portanto, fazendo a pista com mais, já nem sei quantos metros são, porque é o senhor vereador João Gambôa que está a tratar disso, se é possível recebermos aqueles pequenos jatos que são aqueles que nós podemos de facto ter aqui, porque nós sabemos que as pessoas que vêm para o autódromo por norma vêm no seu jato privado, é esse tipo de jatos que nós queremos aqui, que nós precisamos e os jatos naturalmente das pessoas com algum poder económico que vêm passar férias ao Algarve e é isso que nós pretendemos. -----

-----O porto de Portimão, isso está consagrado aqui no plano que prevê que do outro lado, do lado de Lagoa, possa ser o porto de carga e do lado de cá o porto de cruzeiros. Como sabe, neste momento, vamos avançar para o estudo arqueológico do rio, portanto, vai ser feito o estudo arqueológico, leva algum tempo e depois obviamente vai ser feito o desassoreamento, eu, sinceramente, não sei se é para ficar à quota menos oito, se é à quota menos dez. Portanto, nós não pretendemos ter aqui aqueles navios maiores, porque há três categorias de navios de cruzeiros, os pequenos, os médios e os grandes, não é, nós temos aqueles mais pequenos que têm mil e tal pessoas, mil e tal passageiros até dois mil. Claro que o que nós pretendemos é a outra gama, porque neste momento o que vos posso dizer, é que, por exemplo, Espanha, está extremamente interessada em que de facto nós possamos receber aqui esse tipo de navios. Aliás, tem havido várias conversas, inclusivamente com a CCCR, no sentido de virmos a ter aqui um porto como deve de ser e, portanto, recebermos aqui navios de média dimensão. -----

-----Depois, o senhor deputado municipal Pedro Mota, é assim senhor deputado municipal, nós temos consciência de que muitos alvarás que estão naturalmente neste momento ainda em vigor e que nós não podemos anular a não ser que paguemos uma indemnização, que de facto nos trazem alguns constrangimentos, porque não têm lugares de estacionamento, mas também lhe digo uma coisa, eu comprei dois apartamentos como toda a gente sabe na avenida São João de Deus e eu não consigo meter lá o carro, porque a única vez que tentei meter lá o carro e tenho três garagens, tinha três espaços e tentei meter e nunca mais de lá saía, porque de facto, aquilo é tudo feito com tantas colunas, tantas colunas, que os carros não conseguem passar, de modo que, ou também exigimos uma construção diferente e, portanto, vamos penalizar os empresários porque têm de fazer menos apartamentos obviamente, mas de facto tem que se tomar uma decisão, tem que se tomar uma decisão e neste momento estamos a pensar em tudo o que sejam cedências e locais que estejam livres, transformar em parques de estacionamento, tudo o que seja cedências e, portanto, espaços livres.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Quanto à rede fluvial, portanto, já está considerada no plano e pretendemos naturalmente assim que for possível operacionalizá-la, porque está previsto uma rede regular fluvial entre Portimão, Ferragudo e Parchal, portanto, abrangendo aquelas três áreas. Estas três áreas e isso naturalmente que já retira muito trânsito da ponte, aliás, devo dizer-lhes que numa altura em que nós tivemos a possibilidade de fechar a ponte para fazer um evento de milhões que nos ofereciam, que era oferecido e que só não foi feito porque Lagoa diz que não precisava do dinheiro e, portanto, não aceitou, não foi este Presidente de Câmara, havia uma empresa que punha um autocarro daqueles como tem Lisboa, um autocarro fluvial, não é, portanto, que saía de Ferragudo, vinha pelo rio e depois saía no cais, quer dizer, não tinha problema nenhum, portanto, é perfeitamente possível fazer essa ligação. -----

----- A senhora deputada Lurdes Melo, obviamente que é um conceito que eu não tenho, são os conceitos do PCP nos quais eu não me revejo e, portanto, também não vou dizer mais nada nem vou comentar. -----

----- Relativamente à senhora deputada municipal Ângela Venâncio, eu devo dizer-lhe que os dados foram dos Censos de 2011, porque os atuais ainda não estavam publicados. Portanto, quando o plano se iniciou, tiveram que ser os Censos de 2011. -----

----- Quanto às duas horas que levou até ao liceu, eu duvido e tenho quase a certeza que se levou duas horas que se enganou na linha e deve ter ido pelo Vau e por Alvor, deve ter dado uma volta muito grande, porque duas horas daqui de baixo ao liceu, a menos que o tal autocarro tenha avariado ali na 25 de Abril e tenha ficado parado. Portanto, eu acho que a gente quando diz as coisas, eu aceito que seja dito, embora às vezes com alguma gritaria à mistura, mas eu aceito que seja dito e naturalmente que encaixo quando tenho que encaixar, mas esta de duas horas para chegar ao liceu, francamente só com um engano na linha, não pode ser de outra forma, porque não se compreende. -----

----- Depois, dizer-lhe também que nós fomos pioneiros na rota acessível e estamos a fazer caso não se tenha apercebido, uma alteração das passadeiras e temos recebido muitos agradecimentos e elogios por parte dos cidadãos que andam em cadeiras de rodas e que neste momento têm a vida muito mais facilitada naquele tipo de passadeiras. -----

----- Depois, o senhor deputado municipal Bruno Candeias, levantou aí várias questões das quais muitas delas tem razão e também lhe digo uma coisa, se estivesse tudo bem eu já me tinha ido embora, porque não me sentia aqui a fazer nada, sentia-me inútil. Portanto, reconheço que não está tudo bem, não está, há muita coisa para fazer, mas Roma e Pavia não se fizeram num dia e eu não sei se o senhor deputado municipal acompanhou o meu percurso desde que tomei posse aqui, levei quatro anos para estabilizar as contas desta Câmara, depois apareceu a pandemia, agora é a guerra



e, portanto, temos naturalmente também tido aqui que vencer as dificuldades e não são poucas. Agora, tem razão e estamos a trabalhar já no projeto para fazer os tais passeios na Bemposta, que são de facto urgentes. -----

----- Depois, o senhor deputado municipal Mário Espinha, posso dizer-lhe, portanto, falou também nas ligações via, o rio, não é e, portanto, isso já está no plano, está consignado no plano e vamos ver, eu e o meu colega obviamente vamos ter que nos entender e fazer aqui essa ligação, porque acho que é fundamental. Aliás, ela praticamente já existe, porque quem conhece, há um operador que faz a travessia de lá para a Rocha, portanto, é tipo um táxi, portanto, para a Rocha, é mesmo um táxi marítimo. -----

----- Quanto à via férrea, este plano já prevê o enterramento de alguns troços da via férrea, portanto, já prevê isso. Pronto, não lhe posso dizer quando é que será feito obviamente, porque são coisas que levam o seu tempo, mas está lá previsto, porque isto não é um plano para ser executado num ano, nem dois, nem três. Portanto, isto é um plano evolutivo e também não significa que seja estático, porque quando detetarmos que alguma coisa não está bem, seremos nós os primeiros a dizer, olhe isto não está bem e chamar aqui quem o elaborou e disse, olhe altere, porque de facto isto não nos satisfaz. De momento, obviamente que nos revemos neste plano, eu revejo-me neste plano, mas nada é estático, as coisas podem mudar e como evolui a cidade, também este plano pode evoluir obviamente e estaremos abertos a propostas, propostas honestas, propostas sinceras que não sejam simples atropelos àquilo que a gente está a fazer, porque quando as propostas são bem feitas e quando as propostas são feitas com mérito nós só temos mais é que agradecer a quem as faz, porque isso faz-nos ser melhores e faz-nos naturalmente também trabalhar melhor. Por isso, aqui fica também... -----

----- Depois, o aeródromo, também já respondi, obviamente nós gostaríamos muito de deslocar o aeródromo. Há uma área que em princípio estaria prevista para fazer, era mesmo um campo, era mesmo, digamos um novo, não era aeródromo, já era aeroporto e devo dizer-vos que em tempos tivemos aqui alguns contactos, nomeadamente por parte de uma empresa francesa que estava interessada em fazer o novo aeroporto e explorá-lo. Temos uma dificuldade, que é assim, este aeroporto fica a menos quilómetros do que aqueles que é obrigatório para que haja dois aeroportos, portanto, a distância daquele local onde está previsto ao aeroporto de Faro não é suficiente para que eventualmente seja aprovado um novo aeroporto. Foi aquilo que nos foi dito, aliás, eu na altura, quando nos foi proposto, eu falei, inclusivamente disse «então, mas isto é muito para lá, não, tem que estar, olhem eu não vos posso dizer agora a quantos quilómetros, não consigo dizer a quantos quilómetros». Sei que foi uma das dificuldades que nos levantaram, é a proximidade ao aeroporto



de Faro. De qualquer forma, se não lhe chamarmos aeroporto, chamamos-lhe aeródromo, só que podemos é fazer uma coisa maior obviamente e pronto não abandonámos essa ideia, até porque se nos aparecer um investidor que o queira fazer, obviamente que estaremos abertos a isso e disponíveis, porque nos faz imensa falta, e também digamos que a Câmara não tem propriamente, como é que eu vos hei-de dizer, acho que não é bom ser a Câmara a explorar um aeródromo, acho que não, acho que se for um privado é muito mais rentável e tira-nos esse ónus de cima, portanto, quando de facto aparecer alguém que tenha uma intenção séria de ficar com o aeródromo, de o gerir e naturalmente de o gerir bem e que vá ao encontro daquilo que são as nossas perspetivas, nós não temos nenhum prurido em naturalmente fazer um concurso e atribuí-lo a quem quiser ficar com ele, quem der mais fica com ele e explora. -----

-----Depois, início do plano, nós já estamos a iniciar, nós já estamos a iniciar o plano, portanto o plano não tem uma data para ser iniciado, nós já estamos a iniciá-lo e, portanto, já estamos a fazer coisas que estão dentro do plano. -----

-----O senhor deputado João Caetano nem sei o que é que perguntou, executar o plano da forma prevista foi o que eu escrevi aqui, mas sinceramente já me esqueci o que é que queria dizer, executamos o plano da forma como... monitorizar, olhe seremos todos nós, tem critérios, olhe por acaso tem, tem ali os critérios, tem, tem, tem critérios de monitorização e, portanto, naturalmente que também contamos convosco para fazer essa monitorização e estaremos todos aqui para avaliar se o plano é bom, ou se precisa de ter alguma alteração. Muito obrigada a todos, espero e deixo aqui este, digamos, não sei bem se conseguirei estar aqui na próxima segunda-feira, espero que sim que consiga estar cá convosco, mas como vos disse, eu tenho que evitar as situações de stresse e, portanto, depende de como me sentir, porque estou há seis semanas consecutivas com este problema e, portanto, das duas uma, ou trato de mim, ou então a vertigem, ou eu trato da vertigem, ou a vertigem trata de mim e, portanto, e eu não quero que a vertigem trate de mim. Muito obrigada a todos, peço desculpa. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo da Conceição Leonor Mateus**, para dizer que não é política, eles ali já fizeram a política que tinham que fazer. É só como a senhora Presidente falou na questão dos cruzeiros, eu queria deixar um alerta sem alarmismos, porque o ouvi na reunião de especialistas que cá tivemos, especialmente de duas pessoas que gostaria que o executivo tivesse em consideração ou falasse com eles quando tiverem decisões da questão dos cruzeiros. Estou a falar do diretor do Instituto da Conservação da Natureza Mediterrânico que veio de Valência e estou a falar do especialista de poluição nas áreas costeiras que é um especialista da Geórgia, o Dr. Mamuca que cá esteve, e o alerta é este, é que quando,



uma das áreas que nós estudámos foi a zona do Porto e eles fizeram pesquisa e trouxeram dados da poluição que já existe na praia da Rocha dos barcos que ali passam, e eu só faço um alerta simples, sem política nenhuma associada, que o executivo quando estiver a considerar, porque estratégica e economicamente pode ser uma coisa muito importante para a cidade, mas não descoro os dados que já existem. Portanto, eu não vou dar os dados que foram dados porque ia ser alarmista, vou só chamar a atenção para por favor terem isso em conta quando pensarem na estratégia do cruzeiro que compreendo a importância e desenvolvimento económico, mas que acarreta um grande peso associado, está bem? Era só isso e obrigada, Dr. Figueiredo e peço desculpa de não ter dado os cumprimentos oficiais a todos. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, senhor deputado municipal, está prevista a descarbonização do porto, portanto, esse é um projeto que inclusivamente já tem verba da CCDR para proceder à descarbonização do porto. Obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, apenas questionar relativamente a três ou quatro situações que estão aqui no plano e gostaria de ver esclarecidas, nomeadamente, uma fala da descontinuidade espacial assinalável a propósito das vias cicláveis, pedonais, o que é que a autarquia pensa fazer, porque isto está aqui mencionado, portanto, fala também da deficiência de sinalização nalgumas destas vias, relativamente, enfim ao regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros que obviamente a autarquia em parte assumiu na estratégia que todos sabemos, mas também fala aqui nalgumas deficiências de cobertura de algumas zonas se isso atualmente já está ultrapassado ou não, nomeadamente situação da cobertura de porto de Lagos, Rasmalho, nesta situação intra municipal, porque depois há questões aqui intermunicipais também, caso do Monte Judeu, é o caso da Quinta da Rocha, Esteveira, ou seja, aglomerados que têm mais de quarenta pessoas e precisavam obviamente de uma assistência diferente em termos de transporte público. -----

-----Por último, a senhora Presidente, falou do porto, relativamente à questão de cruzeiros, mas aqui o plano também fala do porto como uma alternativa porto de carga, alternativa a Sines e a Faro também com algumas deficiências que esses apresentam, qual é a estratégia nesse sentido e por último fazer referência àquilo que para mim é evidente, que é, este plano está previsto o investimento de milhões, mas depois acaba aqui naquilo que para mim é a maior deficiência deste plano tendo muita coisa boa, a aplicação apenas em vinte mil euros ou a alocação apenas de vinte mil euros para educação nas escolas sobre este plano de mobilidade urbana sustentável, quando é na educação que tudo isto começa e, portanto, dentro dos milhões previstos, sejam eles conseguidos



ou não através de fundos comunitários, aplicar vinte mil euros nas escolas da forma que está faseada parece-me muito pouco e, portanto, deixo o alerta nesse sentido e reitero aqui o desafio de quando comecei, que é que a senhora Presidente tenha exatamente esta questão em conta ao longo das várias fases do processo, tenha e aceite ouvir as diferentes bancadas e as diferentes opções também para lhas sugerir, porque todos queremos obviamente evoluir para que isto melhore. Muito obrigado, disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, as vias cicláveis, obviamente que para nós é uma preocupação e elas têm que ter continuidade. Portanto, a mobilidade suave passa também pela bicicleta como é óbvio e, portanto, continuaremos a desenvolver esforços no sentido de dar continuidade às vias que temos. -----

----- Depois, quanto à cobertura de algumas zonas, eu vou-lhe dizer uma coisa. Nós temos consciência de que há zonas que estão por cobrir, ou melhor, que têm um défice de cobertura. Agora, não está a ser implementada uma coisa que nós fizemos no anterior mandato, nós comprámos três carrinhas, uma para cada Junta de Freguesia que era para haver transporte a pedido, isto é, nós Câmara, oferecemos aquelas carrinhas às juntas de Freguesia e os cidadãos, inclusivamente, por exemplo, em Portimão ali na zona que era onde nos pediam muito, que era, como é que se chama ali ao pé do hospital? Na Companheira, na Companheira falámos com um café que existe na Companheira onde as pessoas se costumam juntar e pedimos ao senhor do café para ser ele a receber os pedidos. Portanto, as pessoas chegavam lá, inscreviam-se e diziam, «olhe, eu preciso de ir ao médico, eu preciso de ir ao hospital ver uma pessoa de família, eu preciso de ir à conservatória». Exatamente, as três carrinhas foram oferecidas, estão lá nas mãos dos presidentes de Junta. Sei que o Presidente da Junta da Mexilhoeira a utiliza com muita frequência, mas também lhe digo uma coisa, nós antes de fazermos estas novas rotas, tivemos gente a circular nos autocarros para ver quantas pessoas circulavam e digo-lhe uma coisa, havia muitos autocarros que andavam completamente vazios, horas e horas, voltas e voltas completamente vazios. Isto deu-nos um défice que quando eu cheguei tínhamos uma dívida para com a empresa de treze milhões de euros, porque de facto, quer dizer, não se faz dinheiro, não é, portanto, eles andam vazios, obviamente que nós gostávamos muito de ter uma cobertura alargada e foi por isso que nós depois começámos a diminuir essa cobertura, mas para combater isso, Alvor tem uma carrinha de nove lugares, Mexilhoeira tem uma carrinha de nove lugares e Portimão tem uma carrinha de nove lugares. Se as usam para outras coisas, não devem, porque elas estão lá exatamente para este efeito e ainda bem que me lembra



isso, porque é a forma de eu perguntar aos senhores presidentes de Junta quantas vezes, aliás, estão aqui e, portanto, como é que elas estão a ser usadas, porque é exatamente para isso. -----
-----Depois, vinte mil euros para as escolas. Eu devo dizer-lhe que as escolas já têm, sim, já têm, neste momento já estão, já têm há muito tempo, nomeadamente nós tivemos inclusivamente uma professora destacada durante um ano na Proteção Civil, exatamente para fazer formação às crianças na área da proteção civil e segurança e a segurança passava também pela segurança rodoviária. Portanto, elas já tiveram e continuam a ter essa formação e também lhe digo obviamente que, e assumo, não há problema nenhum se vinte mil não chegarem, se for preciso quarenta mil, são quarenta mil ou cinquenta mil. Aliás, a propósito disso, eu hoje estive com um Presidente de um agrupamento que me disse que o dinheiro que nós demos possivelmente para as refeições não vai chegar e eu já lhe disse, «então, mas diz quanto é que precisas mais», porque em algumas escolas quando nós passámos a dar as refeições gratuitas, porque como sabem agora nas escolas as refeições são inteiramente gratuitas seja para que escalão for, A, B, C, é para todos e o número de alunos triplicou, o que não era esperado, porque de facto não iam lá comer e, portanto, não se esperava. Ele disse-me o dinheiro com certeza não vai chegar, eu disse, «mas diz-me quanto é que falta». Portanto, felizmente não estamos, digamos, numa situação em que mais vinte mil ou menos vinte mil, ou mais trinta mil, ou menos trinta mil cause uma diferença tão grande que não possamos fazer as coisas como devem ser feitas e, portanto, naturalmente que teremos isso em linha de conta, e se vinte mil não chegarem, poremos quarenta ou cinquenta mil, traremos a reunião de Câmara e naturalmente será reforçada esta verba. Muito obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, senhora Presidente Isilda Gomes, foi com toda, não gosto, não gostei e repudio a maneira como a senhora Presidente Isilda Gomes política dirigiu-se à minha pessoa. Uma coisa que eu não necessito é vir aqui mentir, porque eu não sou política, não sou política, nunca precisei da política para viver e não preciso da política para viver, porque a minha maneira de estar na sociedade a isso não me permite, senhora Presidente. Portanto, eu sei que ardilosamente a senhora Presidente constantemente coloca ardilosamente e ardilosamente em causa as palavras que contrariem ou que possam contrariar a vossa execução. Portanto, quando não gosta, em vez de ter humildade de reconhecer que os serviços não funcionam, ataca e atacou-me desta maneira, indiretamente a senhora chamou-me mentirosa! Senhora Isilda Gomes política, não admito e que seja a última vez que o faça! Não admito e que seja a última vez que o faça, porque uma situação é politicamente ou ardilosamente dizer outras coisas, outra coisa é colocar em causa a palavra, a minha palavra e isso a senhora não faz e não irá fazer daqui para o futuro e mais, a senhora quando



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



chegou a esta cidade, eu não conheço a cidade, não conhecia as ruas? Senhora Presidente, a senhora quando chegou a esta cidade eu e a minha família já tínhamos aqui anos e nunca precisámos da política para viver e nunca precisámos da política para enriquecer.-----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-e)**- Discussão e Votação do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Município de Portimão – (PMUS), nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 155/23, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	2	0	1	0	18
ABSTENÇÕES	0	5	3	2	0	1	0	1	12
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

Foi aprovado, por maioria, o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Município de Portimão – (PMUS), nos termos da Proposta. -----

-----Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram vinte e três horas, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 2ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e três, realizada no dia doze de maio, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento.-----

-----De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos, foi rececionada resposta por parte da Câmara Municipal, a qual fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----E eu, Telma Maria Nunes Matias _____ Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Isabel Andrez Guerreiro)



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)

2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal

(Sheila Gassin Tomé)

de: DIVISÃO DE EDUCAÇÃO (educacao@cm-portimao.pt)

para: Silvia Fernandes de Sousa (silviapirk@gmail.com)

registo n.º 6156

data 2023/05/10

NIPG 5678/23

assunto: **SEGURANÇA NAS ESCOLAS DE PORTIMÃO**

Exma. Senhora,

Na sequência da exposição apresentada por V. Exa acerca do assunto supra indicado, o qual mereceu a n/ melhor atenção, informo o seguinte:

Por se tratar de uma questão de segurança, uma preocupação permanente deste Executivo Municipal, foram estabelecidos contactos com o Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas Poeta António Aleixo e com a PSP - Escola Segura, para um melhor conhecimento da situação.

Em face dos esclarecimentos obtidos tenho a informar que, aquilo que ocorre até ao limite do perímetro escolar é da responsabilidade da Direção do Agrupamento de Escolas, enquanto que, o que ultrapassa este limite encontra-se na abrangência da PSP.

No caso em apreço, da responsabilidade da PSP, o Município estabeleceu contacto com esta entidade, tendo tomado conhecimento que se tratou de um ato isolado, sem recorrência, encontrando-se em desenvolvimento os devidos procedimentos legais e inerentes à ocorrência.

Devo referir que entre o Município e a PSP os canais de comunicação encontram-se permanentemente abertos, em efetiva sintonia, sempre com o objetivo de salvaguardar a melhor e maior segurança do munícipe, e muito em particular das crianças e jovens que estudam e residem no concelho.

Com os melhores cumprimentos.

A Vereadora por Delegação
da Presidente da Câmara



Dr.ª Teresa Mendes
A Vereadora por Delegação
da Presidente da Câmara

AV/CF

(Teresa Mendes)

Pendente: 1063440

EXMA. SRA.
DRA. ISABEL GUERREIRO
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
PORTIMÃO
amp@cm-portimao.pt

S/referência	S/ comunicação de	N.º Ofício	N.º de Registo	NIPG	data
		10844/23	10059	19037/23	2023/07/27

Documento expedido por via digital

Assunto: SINALIZAÇÃO DE CASO DE SALUBRIDADE

Serve o presente para informar V. Exa. que, relativamente à situação exposta, o Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA) de Portimão tem desenvolvido todas as diligências possíveis, no âmbito das suas competências, de intervenção e acompanhamento da pessoa referenciada.

Neste âmbito, são feitas visitas regulares ao local através das quais se sensibiliza o utente para a manutenção da salubridade do espaço.

Para além disso, o NPISA de Portimão tem solicitado a intervenção de várias entidades relativamente a este caso, nomeadamente, o CHUA, Saúde Pública e Ministério Público.

Com os melhores cumprimentos.

A Presidente da Câmara



Dr.ª Isilda Gomes
A Presidente da Câmara
Municipal de Portimão

(Isilda Vargues Gomes)

Exma. Senhora

DRA. ISABEL GUERREIRO

Presidente da Assembleia Municipal de Portimão

amp@cm-portimao.pt

S/referência	S/ comunicação de	N.º Ofício	N.º de Registo	NIPG	data
		13356/23	12399	19037/23	2023/09/19

Documento expedido por via digital

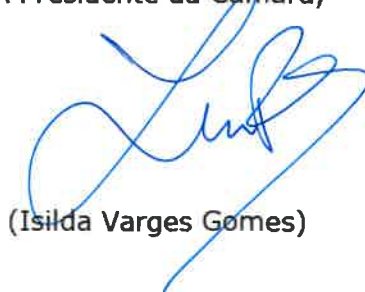
Assunto: INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS – 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2023 | INTERVENÇÃO DO CIDADÃO ANTÓNIO PEDRO DE OLIVEIRA QUARESMA SOBRE OS EXTORES DA SALA DE ENSAIOS DO TEATRO “TEMPO”

Exma. Senhora,

Serve o presente para informar V. Exa. que, relativamente a situação exposta pelo Cidadão António Pedro de Oliveira Quaresma, o assunto se encontra já assinalado nos serviços desta Autarquia desde 2021, fazendo parte de um conjunto de outras necessidades que terão de ser intervencionadas no equipamento, estando o processo de consultas junto do mercado a decorrer, nomeadamente, para posterior análise de custos e decisão superior.

Com os melhores cumprimentos, *e estima pessoal.*

A Presidente da Câmara,



(Isilda Vargues Gomes)

Pendente: 1092334